Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

MADEIRA 2030

DOCUMENTO DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

Outubro de 2019

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO **1**

PARTE A - DESAFIOS E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL **3**

A.1. ELEMENTOS DE BALANÇO DO COMPROMISSO MADEIRA 2020 ..... **3**

A.2. INTERVENÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS REGIONAIS NO HORIZONTE 2030 ..... **15**

2.1. Tendências recentes e Incertezas cruciais 15

2.2. Estratégia de Desenvolvimento Regional Madeira 2030 21

PARTE B - ELEMENTOS-CHAVE DE DIAGNÓSTICO PROSPETIVO REGIONAL **29**

B.1. POSICIONAMENTO DA MADEIRA NO CONTEXTO NACIONAL E EUROPEU **29**

B.2. ELEMENTOS-CHAVE DE DIAGNÓSTICO, POR AGENDA TEMÁTICA DO PORTUGAL 2030 ..... **35**

2.1. Demografia, Emprego, Inclusão e Igualdade 35

2.2. Inovação e Qualificações 49

2.3. Competitividade externa e coesão interna 71

2.4. Sustentabilidade e Valorização dos recursos endógenos 89

ANEXO - Participação na programação do desenvolvimento regional Madeira, 2030 ..... **117**

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Indicadores de desenvolvimento económico e emprego 30
Tabela 2: Evolução do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (2013-2017) 30
Tabela 3: Indicadores-chave da RAM - Evolução pós-2013 31
Tabela 4: População residente, segundo o escalão etário - Região Autónoma da Madeira 35
Tabela 5: Projeções demográficas RAM 36
Tabela 6: Evolução trimestral do emprego - total e por setor 37
Tabela 7: Evolução dos principais indicadores de atividade, emprego e desemprego da RAM 38
Tabela 8: Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos (%) 38
Tabela 9: Número de trabalhadores por conta de outrem, segundo CAE 39
Tabela 10: Taxa de desemprego jovem (%) 40
Tabela 11: Taxa de jovens com idade entre 15 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação 40
Tabela 12: Evolução recente dos Indicadores do Mercado de Emprego (Desemprego registado) 41
Tabela 13: Taxa de jovens NEET com 15-24 anos 43
Tabela 14: Iniciativa Garantia Jovem/ RAM - Principais indicadores 44
Tabela 15: Rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem (€) 45
Tabela 16: Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (N.º) 46
Tabela 17: Indicadores de desigualdade na distribuição dos rendimentos 47
Tabela 18: Indicadores de Pobreza - 2018 47
Tabela 19: Despesa em I&D no PIB (%) 50
Tabela 20: Principais indicadores de inovação empresarial na RAM (2014-2016) 51
Tabela 21: Investimento em I&D (mil €) 51
Tabela 22: Doutorados por ano nas instituições de ensino superior (nº) 52
Tabela 23: Doutorados do ensino superior por 1000 habitantes (nº) 52
Tabela 24: Posicionamento das Regiões Portuguesas no Regional Innovation Scoreboard 54
Tabela 25: Projetos aprovados no EP1 Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação do Madeira 14-20, por Tipologia de Operação 55
Tabela 26: Taxa de pré-escolarização por ano letivo 61
Tabela 27: Taxa de abandono precoce de educação e formação, por ano letivo 62
Tabela 28: Taxa de retenção e desistência, segundo o nível de ensino e ciclo de estudo, por ano letivo 62
Tabela 29: Taxa de jovens com 20-24 anos que concluíram, pelo menos, o Ensino Secundário 63
Tabela 30: Taxa de estudantes do ensino secundário profissional (CITE 3) 63
Tabela 31: Taxa de diplomados do ensino superior com 30 a 34 anos (CITE 5-8) 64
Tabela 32: Taxa de diplomados do ensino superior com 25 a 64 anos (CITE 5-8) 64
Tabela 33: Taxa de emprego de recém-diplomados (CITE 3-8) 65
Tabela 34: Taxa de participação de adultos com 25 a 64 anos em ações de educação e formação 66
Tabela 35: População ativa, por nível de escolaridade completo (2017) 67
Tabela 36: Trabalhadores por conta de outrem, segundo as habilitações 67
Tabela 37: Quociente de Localização dos Estabelecimentos e dos TPCO, entre a RAM e o Continente 72
Tabela 38: Evolução dos Indicadores de turismo, no período 2013-2017 75
Tabela 39: Principais indicadores do alojamento local (Nº) 79
Tabela 40: Distribuição das 5 Atividades mais representativas, no VAB e no Volume de Negócio (em %) 82
Tabela 41: Evolução da População Residente (2001-2018) 83
Tabela 42: Dinâmicas de ocupação dos Parques Empresariais (2012-2019) 87
Tabela 43: Indicadores Socioeconómicos das Pescas e da Aquicultura da RAM (2012-2018) 97
Tabela 44: Indicadores de Resíduos 112
Tabela 45: Indicadores de Águas Residuais 114

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Trajetória linear de redução da dívida da RAM (% do PIB regional) 20
Gráfico 2: Evolução da Dívida Global da RAM (M€) 20
Gráfico 3: Evolução do Indicador Regional de Atividade Económica 32
Gráfico 4: Dívida das Administrações Públicas da RAM 32
Gráfico 5: Saldo das Administrações Públicas das RAM 32
Gráfico 6: Projeção da evolução da dívida regional em % do PIB 33
Gráfico 7: Despesa em I&D em percentagem do PIB, por Região 50
Gráfico 8: Padrões de execução de despesa em I&D, por NUT III (2016) 53

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Diamante Estratégico da Madeira no horizonte 2020 6
Figura 2: Quadro de referência das Incertezas cruciais 16
Figura 3: Diamante Estratégico da Madeira no horizonte 2030 26

APRESENTAÇÃO

No âmbito dos trabalhos preparatórios do novo ciclo de programação da Política de Coesão que deverá viabilizar o acesso aos recursos de financiamento do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, o Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM (IDR) enquanto entidade responsável pela coordenação das atividades de programação, deverá elaborar os seguintes três Documentos principais:

- **Documento de Orientação Estratégica**, que deverá refletir de forma objetiva as dimensões-problema da Região Autónoma da Madeira (RAM), bem como os Desafios Estratégicos e a Estratégia Regional no horizonte 2030;
- **Documento de Estratégia e Prioridade de Atuação**, cujas traves mestras são constituídas pela síntese do Diagnóstico Prospetivo e Estratégia Regional e pelas necessidades de intervenção das políticas públicas regionais à luz das Orientações de Política da Coesão; e
- Proposta dos instrumentos de financiamento, designadamente, do futuro **Programa Operacional Madeira 2021-27**.

Na preparação destes documentos que deverão ancorar a programação das prioridades estratégicas do desenvolvimento regional e as dimensões operacionais do desenho e modalidades de acesso aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), destacam-se como importantes referenciais para enquadrar o trabalho de programação estratégica e operacional nas Regiões os seguintes instrumentos:

- *Objetivos de Política* do novo ciclo da Política de Coesão que orientam a concentração temática (Europa + Inteligente; Europa + Verde; Europa + Interligada; Europa + Social; e Europa + Próxima);
- *Agendas temáticas* constantes do Programa Nacional de Reformas (Agenda Temática 1 - As Pessoas Primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade; Agenda Temática 2 - Inovação e Qualificações como motores do desenvolvimento; Agenda Temática 3 - Sustentabilidade e valorização dos recursos endógenos; Agenda Temática 4 - Um País competitivo externamente e coeso internamente).

O processo de programação da RAM salvaguarda o Princípio da Parceria, tendo os parceiros económicos e sociais sido convidados a acompanhar, desde o início, a preparação da Estratégia e dos futuros programas para o período 2021-2027, por forma a assegurar que os parceiros intervenientes relevantes a nível regional e local são envolvidos nas diferentes etapas do processo, do Planeamento à Avaliação.

Deste modo e, tendo em conta a composição e as competências do *Conselho Económico e de Concertação Social* (CECS-RAM), o IDR solicitou a convocação de uma Reunião plenária do Conselho com o objetivo de transmitir informação relativa aos trabalhos a desenvolver no âmbito da programação, beneficiando da participação ativa dos seus membros pelas intervenções na Reunião e através de contributos escritos preparados posteriormente.

Paralelamente, e em vista da desejável participação neste processo das entidades públicas (Organismos do Governo Regional e Institutos Públicos), foram solicitados contributos técnicos, segundo uma matriz de recolha de informação que contemplou:

- Contributos setoriais para o Diagnóstico Prospetivo Regional, elaborados por diversos Organismos do Governo Regional;
- Contributos setoriais para caracterizar o cumprimento dos Critérios das Condições Habilitantes, por Objetivo de Política da Coesão;
- Contributos setoriais para sistematizar elementos de fundamentação e conteúdos dos futuros eixos de intervenção e instrumentos de política.

O **Documento de Orientação Estratégica Madeira 2030** processou também informação documental existente, nomeadamente Relatórios de Monitorização do Programa Operacional Madeira 14-20 e Planos setoriais recentes (Plano Integrado Estratégico de Transportes, Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, Agenda Regional para a Economia Circular, Alterações Climáticas, PROT RAM - 1ª fase, …), cujos conteúdos contribuíram para robustecer o Diagnóstico Prospetivo e a Estratégia Regional incorporando elementos de balanço do PDES 2020 e lições extraídas da experiência de implementação dos instrumentos de financiamento das políticas públicas regionais no período 2014-2020.

A estrutura do **Documento de Orientação Estratégica** adota um modelo de organização em duas Partes:

Parte A - Desafios e Estratégia de Desenvolvimento Regional

A.1. Balanço do Compromisso Madeira 2020;

A.2. Intervenções das Políticas Públicas Regionais no horizonte 2030, que compreende: (i) Evolução recente e Incertezas cruciais; e (ii) Desafios Estratégicos e Estratégia de Desenvolvimento Regional.

Parte B – Elementos-chave de Diagnóstico Prospetivo Regional

B.1. Posicionamento da Madeira no contexto nacional e europeu;

B.2. Elementos-chave de Diagnóstico, por Agenda temática do Portugal 2030.

2.1 Demografia, Emprego, Inclusão e Igualdade
2.2 Inovação e Qualificações
2.3 Competitividade externa e coesão interna
2.4 Sustentabilidade e Valorização dos recursos endógenos.

PARTE A - DESAFIOS E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A.1. ELEMENTOS DE BALANÇO DO COMPROMISSO MADEIRA 2020

No momento em que se preparam os novos referenciais e instrumentos de programação do desenvolvimento regional pós 2020, afigura-se importante refletir sobre a conceção e a implementação do período de programação 2014-2020 tanto mais quanto esta apresentou o desígnio ambicioso de "promover a sustentação dinâmica das atividades económicas instaladas, preparando a sua autonomização gradual dos apoios públicos".

1. A longa maturação de um modelo de desenvolvimento com especialização económica mais diversificada e mais conhecimento-intensivo

A programação 2014-2020 na Região Autónoma da Madeira, essencialmente plasmada no Programa Operacional Regional Madeira 14-20 foi precedida de um exercício de prospetiva estratégica vertido no referencial do Plano de Desenvolvimento Económico e Social Madeira 2020.

A implementação concretizada desse período de programação, até meados de 2019, e a preparação do quadro estratégico para 2021-2027 (no horizonte 2030), não podem deixar de ser contextualizadas no processo de longa maturação de um modelo de desenvolvimento com especialização económica mais diversificada e com maior incorporação de conhecimento.

Tal como no Continente, em que o impacto sucessivo da crise financeira de 2007-2008 e da crise das dívidas soberanas com resgate financeiro para a economia portuguesa se observou num modelo de crescimento económico fortemente baseado nos setores não transacionáveis, também na RAM a crise financeira e o impacto do ajustamento se observaram num modelo económico carenciado de renovação e de novos fatores de impulso. De facto, o modelo económico baseado na dinâmica turistico-imobiliária com forte investimento de modernização de infraestruturas, não ignorando as limitações e os constrangimentos da ultraperifericidade para fixar novas atividades económicas, dava sinais de exaustão, gerando a necessidade da sua reconversão e renovação com novos fatores e crescimento económico.

A transformação de um modelo como o que sustentou o crescimento económico regional nas duas últimas décadas constitui um desafio de grandes proporções e assenta, seguramente, numa lenta maturação. Os traços dessa transformação são conhecidos:

- uma progressiva desaceleração do peso das dinâmicas imobiliárias na sustentação da economia regional;
- o estabelecimento de complementaridades mais robustas, e diversificadas e de maior valor acrescentado, entre o núcleo central de especialização turística e os outros ramos da economia regional, com destaque para o potencial associado às diversas vertentes da Economia do Mar, desde a investigação científica e tecnológica, em que a Região tem procurado construir um novo quadro de interações entre conhecimento e produção, uma forte aposta que o aproveitamento das potencialidades do CINM poderá vir a impulsionar;
- a incorporação de uma maior intensidade em conhecimento e em inovação no modelo de especialização; e
- a procura e sustentação de produtos turísticos suscetíveis de assegurar uma maior diferenciação do destino turístico Madeira, no sentido de assegurar uma mais robusta resposta à concorrência internacional na faixa de preços em que a RAM pretende afirmar-se (com elevado investimento em capital fixo nessa orientação) e acautelar os efeitos associados a efeitos negativos decorrentes do Brexit.

Não é difícil compreender, percorrendo os traços de mudança atrás assinalados, as exigências da longa maturação que é pedida à especialização económica da RAM:

- a recolocação das atividades de *real estate* na economia regional é lenta e será tanto mais rápida quanto mais incisivos se revelarem os já referidos esforços de diversificação;
- as complementaridades reforçadas com a economia regional exigem capacidade de resposta do empresariado regional e existem limitações à capacidade dos grandes grupos hoteleiros em adaptar os seus padrões de compras a modelos de maior incorporação de recursos regionais, aumentando o valor acrescentado regional;
- a conceção e montagem de uma estratégia regional de especialização inteligente (EREI) foi objeto de intervenção por parte do Governo Regional, deu os seus primeiros passos neste período de programação, criando as bases institucionais para um mais elevado esforço de I&D regional, mas constituirá sempre um processo de maturação lenta;
- finalmente, a partir do momento em que está a revelar-se difícil manter limiares de procura nas faixas de preços a que o modelo turístico da RAM aspira, os agentes turísticos e hoteleiros começam a revelar propensão para reinventar o seu

modelo de afirmação competitiva internacional, a que não será também seguramente estranho reavivar a excelência da formação turística da RAM, estendendo-a a outras funções, depois de um período de alguma estagnação.

O período de programação 2014-2020 deveria marcar o início de uma transição (a transformação da economia regional para uma sustentação mais competitiva das suas fontes de crescimento), representando um desafio relevante para um novo ciclo de políticas públicas mais ajustado às necessidades de transformação do modelo económico. Esse desafio apelava a investimentos públicos melhor conectados com essa transformação, apoios às empresas que potenciassem mudança organizacional nas mesmas e uma maior autonomia financeira, e ao uso dos apoios FSE com maior foco na formação de ativos, apelos que estiveram longe de ter sequência em orientações especificas e na eficácia das realizações e resultados.

Uma boa forma de demonstrar que o período de programação 2014-2020 representa uma viragem nas políticas públicas da RAM, no sentido de favorecer a pretendida transição para um modelo económico que assegure fontes mais sustentadas de crescimento regional, consiste no reconhecimento da relevância do Diamante Estratégico (DE) que enquadrava o Compromisso Madeira 2020, futuro PDES Madeira 2020.

Nem sempre a formatação concreta de um período de programação consegue harmonizar na perfeição o referencial estratégico que enquadra a prospetiva regional e as exigências da programação nacional e comunitária, com os seus próprios referenciais estratégicos. A programação efetivamente implementada constitui sempre um compromisso entre aqueles referenciais, ao qual se deve incorporar a nem sempre fácil resposta da procura aos apoios desenhados. A sucessão de períodos de programação tende a gerar inércias em muitos dos *stakeholders* regionais e quando uma programação apresenta recortes inovadores perfila-se, regra geral, um período de formação de novas procuras, nem sempre moldáveis a ritmos de execução similares aos pretendidos em velocidade de cruzeiro.

Ao consagrar o mote "Inovação na tradição", o DE que inspirou globalmente a prospetiva 2020 para a RAM teve em conta a mensagem crucial segundo a qual não se tratava de uma mudança radical da especialização regional, antes se tratava trabalhar com o núcleo central da especialização turística, combinando-o com um outro conjunto de fatores de crescimento, procurando novas complementaridades e desenhando, sobretudo, uma nova trajetória tecnológica e de inovação para a RAM.

Figura 1: Diamante Estratégico da Madeira no horizonte 2020

Os desafios colocados pelo DE relevam, sobretudo, da constatação segundo a qual, mais do que um conjunto estático de 5 blocos de aposta estratégica, a sua capacidade de resposta aos constrangimentos estruturais do modelo de especialização regional depende do seu entendimento como um sistema de interligações e dinâmicas de complementaridade. Como ponto de partida de todas essas complementaridades destaca-se a especialização turística, sobre a qual se pretende construir uma base de conhecimento e inovação capaz de induzir e disseminar inovação no tecido económico regional e atrair investimento em serviços intensivos em conhecimento.

A construção sustentada de uma nova trajetória tecnológica e de inovação para a RAM, reforçando e redirecionando a sua base de produção de conhecimento e de investigação científica e tecnológica, constitui uma prioridade do novo rumo dinâmico para o qual apontou o DE. Esta nova trajetória tecnológica visava articular positivamente com outras prioridades, nomeadamente:

- Estabelecer uma marca de excelência internacional na formação superior e de alta direção no turismo e hotelaria, contribuindo também para uma ampla e generalizada qualificação da população ativa, base de atração de investimento em serviços intensivos em conhecimento;

- Consolidar uma inimitabilidade regional por via da marca da sustentabilidade associada a uma economia de mais baixa intensidade em carbono e valorizadora da biodiversidade, esforço que exige uma grande adaptação ao marketing turístico e territorial da RAM; este esforço exige um forte alinhamento dos principais grupos hoteleiros regionais com uma imagem obviamente cosmopolita do turismo da RAM, mas também capaz de compreender a biodiversidade como fator de atratividade;
- Preservar a coesão social e o valor de capital social e confiança que a mesma representa numa região em que os níveis de pobreza permanecem bastante elevados, o que se explica pela incapacidade de modelo instalado remunerar suficientemente uma parte dos ativos e pela difícil integração e empregabilidade de grupos sociais com níveis mais baixos de qualificações.

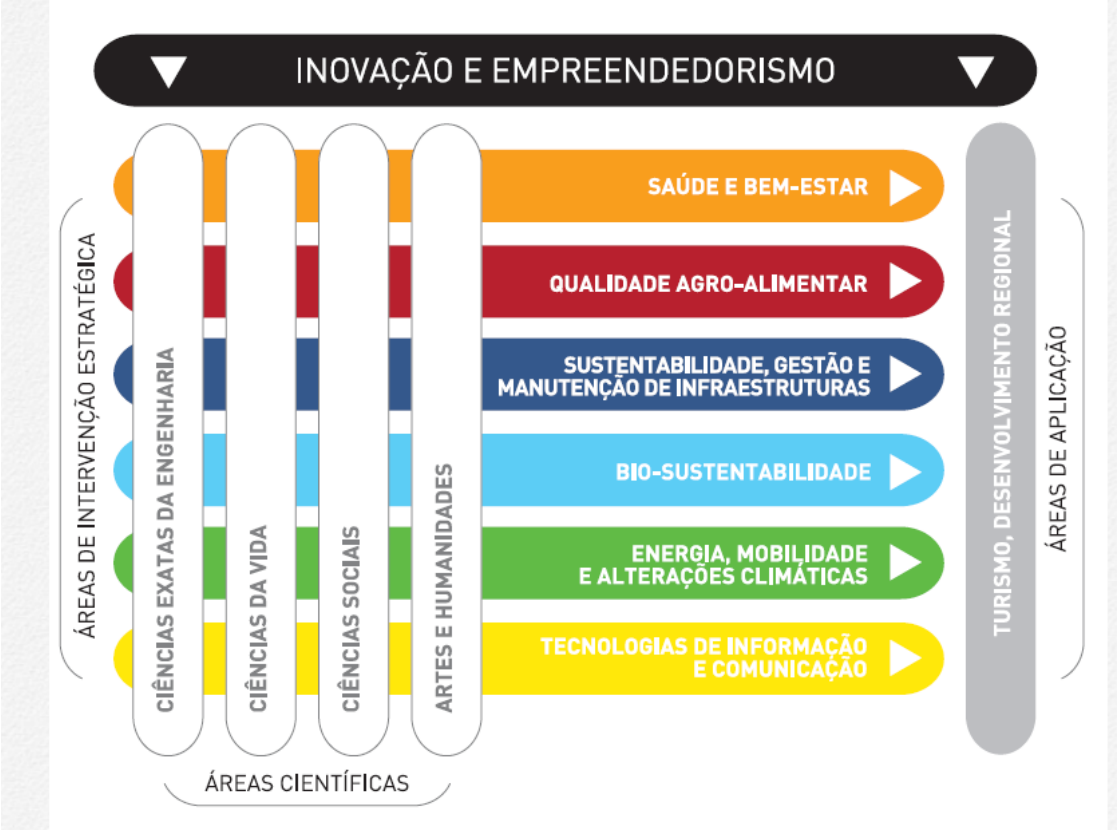
2. O que nos trouxe a implementação da programação 2014-2020

Em matéria de Conhecimento e Inovação

A RAM parte de níveis muito baixos de esforço tecnológico medidos pelo peso no PIB regional das despesas totais de I&D e de despesa de I&D empresarial, o que é melhor compreendido quando se percebe a inferioridade relativa da Região relativamente às NUTS II mais dinâmicas do Continente, situadas na aglomeração de Lisboa, nas regiões do Norte e do Centro. Para além disso, a RAM apresenta um ainda incipiente grau de maturação do seu Sistema Regional de Inovação (SRI). A literatura mais relevante confirma-nos que toda a trajetória regional bem-sucedida de inovação assenta em sistemas regionais de inovação estruturados e, sobretudo, ricos de interação entre os seus principais *stakeholders*: universidades, infraestruturas de base tecnológica, interfaces investigação-empresas, centros tecnológicos e empresas. Não admira, por isso, que a EREI (Estratégia Regional de Especialização Inteligente) tenha iniciado a sua implementação com o objetivo de estruturar o SRI inserindo-se nesse propósito a criação da Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação (ARDITI).

Com este ponto de partida em matéria de esforço tecnológico, não é legítimo esperar uma resposta imediata das empresas em termos de procura-investimento em I&D e inovação; também é conhecida a fraca propensão da atividade turística para gerar níveis elevados de I&D empresarial. Neste contexto, o aumento dos níveis de esforço tecnológico tem de assentar, inicialmente, no esforço público o qual será tanto mais sustentado quanto mais incidir na criação de condições a montante das empresas, estimulando parcerias institucionais consistentes suscetíveis de atrair a atenção e a confiança das empresas.

A Avaliação da Implementação das estratégias nacional e regionais de especialização inteligente durante o atual período de programação[1] concedeu a devida atenção à experiência da RAM nesta matéria, concluindo que a EREI Madeira está a fazer o seu caminho, reforçando a sua notoriedade junto dos empresários, através da dinamização exercida pela ARDITI. O esforço público de criação a montante das empresas de condições institucionais favoráveis a um mais intenso esforço tecnológico, é já visível com relevo para o reforço de centros de investigação e de competências em C&T[2].



Fonte: ARDITI, *PIDT&I - Plano de Ação para a Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.*

O racional da EREI Madeira elegeu o Turismo e os Recursos e Tecnologias do Mar como os grandes domínios de estruturação da trajetória de inovação, para os quais devem concorrer o conjunto das restantes seis áreas: Saúde e Bem-estar, Qualidade Agroalimentar, Sustentabilidade, Gestão e Manutenção de Infraestruturas, Bio-sustentabilidade, Energia, Mobilidade e Alterações Climáticas e TIC.

[1] Avaliação promovida pela AD&C e coordenada pela Quaternaire Portugal.

[2] Neste âmbito devem ser referenciados projetos com o "Observatório Oceânico da Madeira", o "MITIExcell - Excelência internacional de IDT&I nas TIC", o "Centro de Química da Madeira - CQM+", o "CASBio - Avaliação e monitorização da Agrobiodiversidade e da Sustentabilidade dos Agrossistemas nos novos cenários climáticos" e o Projeto Turismo (UMa).

O estádio de implementação da programação não permite ainda apreender se, para além da estruturação do (SRI) da Madeira que os projetos atrás mencionados pretendem configurar, as articulações entre as áreas prioritárias estarão ou não a ser recriadas. O Turismo e os Recursos e Tecnologias do Mar não têm o mesmo grau de implementação, pois o turismo é, regra geral, considerado como uma atividade pouco propensa a incorporar conhecimento e inovação sob a forma de I&D estruturada. Tal como está configurada a oferta turística, as articulações mais promissoras à partida serão as que ocorrem com a Saúde e Bem-estar, a Qualidade Agroalimentar e as TIC, estimando-se que à medida que o setor possa evoluir para níveis mais elevados de sustentabilidade, as articulações com a Bio-sustentabilidade e a Energia, Mobilidade e Alterações Climáticas possam ser reforçadas.

Com aspeto positivo salienta-se a promoção do empreendorismo de base tecnológica e intensivo conhecimento promovido pela ação da Start Up Madeira, numa dinâmica de alinhamento com as apostas prioritárias da EREI Madeira que deveria traduzir-se por uma maior atração de serviços intensivos em conhecimento à Região, via interessante para novos rumos de especialização económica.

Em matéria de Competitividade e Internacionalização

As considerações anteriores sugerem que os efeitos dos projetos e investimentos estruturantes no investimento das empresas instaladas na Região tenderão a ser diferidos no tempo, com as empresas regionais, pelo menos as menos internacionalizadas e com maiores desafios de competitividade, a balançar entre a procura de apoios que minimizem os efeitos da ultraperifericidade e das limitações associadas do mercado interno regional (numa lógica que prolonga alguma inércia instalada) e a procura de apoios que suportem estratégias mais ousadas de inovação e internacionalização. Este último binómio é essencial, pois a inovação para o mercado interno será sempre mais limitada em termos do seu impulso estimulante do que a realizada em ambiente de mercado externo, com exceção de inovações que possam contribuição para a redução dos custos de contexto da insularidade.

Um processo de rejuvenescimento do tecido empresarial por via da atração de novas empresas do exterior da Região poderá contribuir para uma forte aceleração deste processo, mas não existem evidências de que essa atração esteja a acontecer com intensidade relevante.

A tensão entre a procura de inércia e a procura orientada para o binómio inovação-internacionalização tenderá, por isso, a manter-se impondo à programação uma gestão mais proativa dos equilíbrios pretendidos.

Em matéria de Educação e Formação

Portugal, e a RAM não é exceção, não pode alhear-se, em matéria de qualificações e competências, da procura de um equilíbrio entre melhoria de fluxos (a formação de jovens e a promoção da sua empregabilidade em todos os níveis de qualificações) e de *stocks* (corrigir desequilíbrios de formação dos ativos empregados). Embora não seja um problema exclusivo da RAM, no período de programação 2014-2020, a balança caiu para a melhoria de fluxos, privilegiando os jovens e a formação de qualificações iniciais e trabalhando sobre as mesmas o potencial para uma maior empregabilidade.

A transformação do modelo de especialização da RAM não constitui um processo alimentável exclusivamente pela injeção na economia regional de novas atividades. Essa transformação tem de ser trabalhada a partir do seu núcleo de especialização central. Assim sendo, a formação de ativos não pode ser ignorada ou desvalorizada. Preparar as empresas para uma trajetória mais exigente de investimentos em formação, inscrevendo esses investimentos (com preocupações de retorno) na agenda das práticas colaborativas com as empresas deve constituir uma prioridade a colmatar ainda neste período de programação e para ter em devida conta e prioridade na preparação do Programa Operacional Regional Madeira 2021-2027.

A política de formação profissional na RAM tem espaço para retomar com vigor a formação de ativos e também a formação de adultos, em linha com duas prioridades: a da transformação do modelo económico da Região e a da promoção da empregabilidade dos menos qualificados.

A este nível, torna-se necessário criar condições para que a formação-ação assuma na RAM uma outra dimensão e representatividade, designadamente no campo de formação hoteleira, contribuindo para ultrapassar um período de menor afirmação da Escola de Hotelaria, na relação com importantes modalidades de formação escolar e profissional as quais pressupõem forte interação formativa com as empresas regionais.

A formação-ação exige instituições regionais capazes de organizar o processo, uma seleção criteriosa de consultores empresariais apetrechados para um diálogo com as necessidades de formação e, sobretudo, uma forte motivação para a participação das empresas. Ou seja, pressupõe uma trajetória de capacitação e aprendizagem que pode

constituir uma via interessante para projetar a RAM num outro estádio de formação destinada às empresas, implicando um papel mais interveniente das instituições públicas e das associações empresariais nas lideranças de iniciativa indispensáveis para organizar esta modalidade de formação de competências.

As dimensões da Sustentabilidade e da Biodiversidade na afirmação turística regional

O modelo de especialização turística da RAM tem seguramente à sua frente um vasto potencial de consolidação, o qual pode ser concretizado através de diferentes caminhos:

- a gestão de excelência, designadamente em termos de formação avançada hoteleira e turística em geral, que deve constituir um desígnio regional;
- a qualidade do atendimento e o profissionalismo dos recursos humanos das unidades de maior prestígio e excelência tem de ser alargado a todas as outras faixas de preços da oferta hoteleira da RAM;
- a via de uma animação e serviços complementares mais estruturados;
- o trabalho sistemático e persistente sobre as faixas de procura que interessa cativar;
- o esforço de envolver outras zonas do território da Região que não apenas a concentração ímpar do Funchal.

O modelo de oferta turística da Região tem capitalizado a sua tradição cosmopolita e a qualidade das suas infraestruturas turísticas, a que não é indiferente o muito elevado investimento em capital fixo hoteleiro registado na RAM. Mas a tradição cosmopolita da RAM e da sua oferta turística não podem ignorar o potencial diferenciador da sustentabilidade ambiental. A incorporação dos temas da sustentabilidade ambiental e de valorização da biodiversidade no modelo de afirmação turística da RAM constitui um desafio particularmente exigente em termos de articulação entre a estratégia de desenvolvimento económico e de ordenamento do território. Este alerta é tanto mais relevante quanto o Plano Regional de Ordenamento do Território da RAM está em revisão, oportunidade única para incorporar essa dimensão de sustentabilidade no próprio modelo económico da Região.

Nas dimensões de aposta do Diamante Estratégico, a Sustentabilidade é aquela que justificaria uma presença mais robusta na programação do que a efetivamente observada. Essa dimensão, que foi penalizada na reprogramação entretanto concretizada, está timidamente presente seja em projetos de investigação científica e tecnológica e em investimentos empresariais na área do turismo, seja na mobilidade

urbana sustentável, onde ainda não se expressaram de forma satisfatória dinâmicas de procura ajustadas ao investimento programado pelo Madeira 14-20.

Neste domínio justifica-se, também, um maior envolvimento de entidades públicas regionais na formação de investimento, sempre na lógica de abrir caminho e sensibilizar outras entidades da sociedade civil madeirense, incluindo aí os grandes operadores turísticos e outros grupos empresariais, com o objetivo de colocar a sustentabilidade cada vez mais presente na formação das estratégias empresariais.

O Porto Santo apresenta inequivocamente um elevado potencial para se transformar numa espécie de laboratório de experimentação nas áreas da sustentabilidade, mas importaria que a aposta nessa dimensão não se reduzisse à opção pelo Porto Santo. Toda a RAM deveria diferenciar-se a esse nível e essa será seguramente uma linha de continuidade a explorar o próximo período de programação 2021-2027, estando fortemente representada nos 5 Objetivos de Política da Agenda Europeia.

A Coesão social

No ano de 2018, a RAM apresentava resultados ainda preocupantes em termos de indicadores sociais básicos, designadamente no plano comparativo e comunitário:

- 31,9% de taxa de risco de pobreza e exclusão social (Portugal - 21,6%);
- 9,4% de privação material severa (Portugal - 6,0%);
- 27,5% de risco de pobreza após transferências sociais (Portugal -17,3%).

Os valores revelam um agravamento que transcende os efeitos do desemprego na Região, variável que envolvia no 1° trimestre de 2019 cerca de 9.800 pessoas (taxa de desemprego de 7%), com uma trajetória de redução considerável desde 2013. As 24.000 pessoas que se encontravam em risco de pobreza e em privação material severa representam números mais elevados do que os associados ao conceito de desemprego, revelando dados mais estruturais.

O fenómeno da pobreza e das condições associadas encontra-se relacionado seja com deficientes condições de rendimento (que o acesso ao mercado de trabalho permite a alguns grupos da população madeirense) seja com fenómenos mais profundos de não acesso a oportunidades de emprego e à habitação, frequentemente em situações de prolongamento geracional.

O modelo económico regional necessita de acomodar condições de coesão social minimamente aceitáveis sob risco de não sustentação, para além de colocar o Orçamento Regional sob a pressão de provisionamento de recursos de suporte às políticas sociais de

combate à pobreza. Além disso, a disseminação da pobreza cria problemas de compatibilidade com a imagem de excelência turística que se pretende implementar.

A análise da implementação do PO Madeira 14-20 evidencia que são as medidas ativas de emprego mais tradicionais (Estágios profissionais; Incentivos à criação de postos de trabalho; Criação do próprio emprego e criação de empresas; e Programas Ocupacionais) que absorvem a maior parte dos apoios. A comparação deste padrão de apoios com os dados da incidência da pobreza na Região aconselha a que as políticas sociais de combate e erradicação venham a ocupar uma maior notoriedade e focagem na afetação de recursos, pois corresponde a uma dimensão de problemas não corrigíveis apenas com políticas de promoção da empregabilidade e do emprego.

A.2. INTERVENÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS REGIONAIS NO HORIZONTE 2030

2.1. Tendências recentes e Incertezas cruciais

A experiência portuguesa recente demonstra que os processos de transformação estrutural são lentos, suscetíveis de reversões perversas para os modelos anteriores e são também, de alguma forma, violentos e forçados. Este é o caso da viragem de extroversão da economia portuguesa que, na resposta à profunda crise da Grande Recessão de 2008, retomou de forma assinalável o crescimento das exportações que vinha a afirmar na década anterior [3]. Esta transformação é mais o resultado de um "estado de necessidade" do que o efeito de medidas de política pública e, menos ainda, de instrumentos de investimento público de suporte.

A RAM beneficiou, durante um longo período, do seu sucesso na afirmação de uma especialização muito acentuada nas atividades turístico-imobiliárias e num forte investimento público. São conhecidos os efeitos económicos e sociais da dependência de uma única atividade económica ou grupo de atividades associadas e da promoção de políticas públicas contra-cíclicas, sem adequado respaldo orçamental. No caso da RAM, este diagnóstico tem sido testado ao longo dos anos quer face a variações bruscas da procura (que a Região não controla na emergência de mercados concorrentes com forte capacidade competitiva), quer face à necessidade de processos de ajustamento financeiro sempre difíceis.

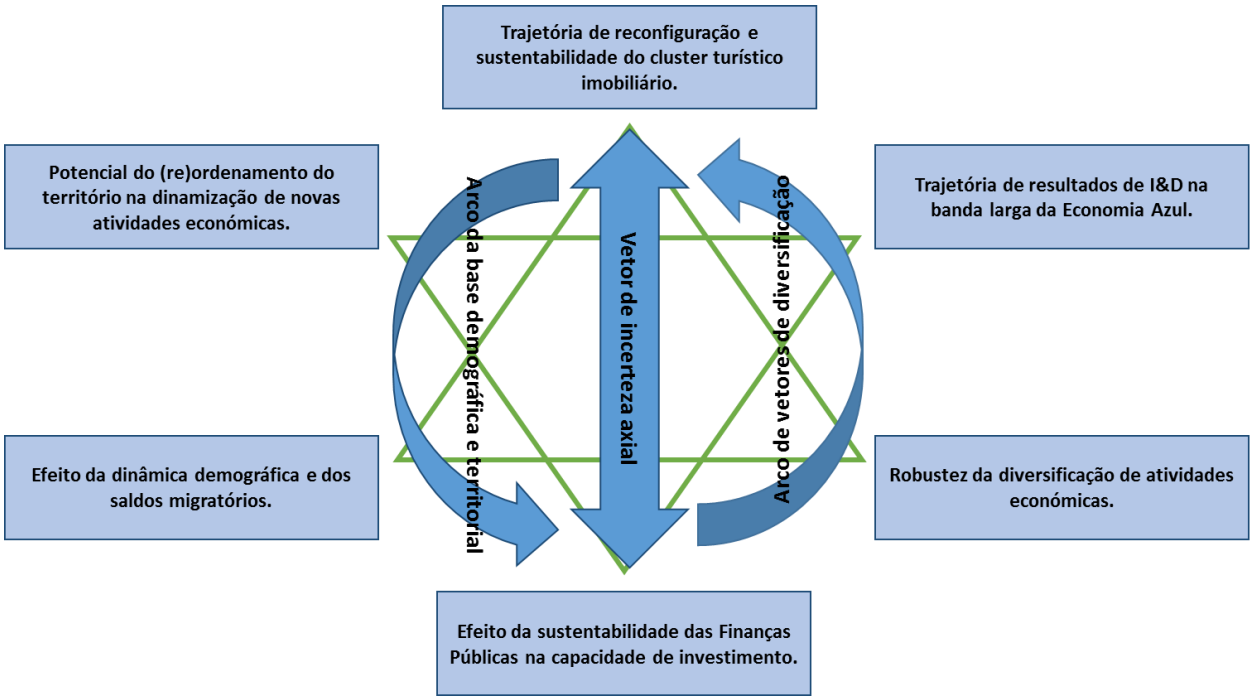
A sociedade madeirense conhece também os problemas que se colocam à alteração do modelo económico e da sua transformação de forma controlada, sustentada e consistente. A persistente dificuldade em utilizar o Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM) enquanto instrumento cujos objetivos se coloquem para além de instrumento de otimização fiscal, constitui um elemento de contexto que deve ser retido e incorporado de forma ativa no processo de formulação estratégica. Num contexto em que a pressão para uma harmonização fiscal mais competitiva no espaço europeu tem vindo a afirmar-se, com fortes apoios em especial nos novos Estados-Membros, este processo afigura-se inevitável. Importa por isso encontrar formas de potenciar a atividade do CINM em direção a novas atividades produtivas, designadamente as que propiciem atividade económica e

[3] A RAM também teve um papel neste processo, quer através da sustentação das suas exportações de serviços (em particular de serviços turísticos) quer de bens, tendo conseguido alcançar uma Balança de Bens e Serviços positiva em 2017.

emprego de elevada produtividade, integradas de forma sustentada e sustentável nas cadeias internacionais de produção.

O **quadro de Incertezas cruciais**, no arranque para uma nova década de planeamento e programação, aparece assim marcado por um hexágono de incertezas em que as respostas não podem ser dadas de forma cabal, mas a sua equação no quadro compreensivo dos instrumentos de política regional tem forçosamente de acontecer. Este quadro é esboçado na figura seguinte.

Figura 2: Quadro de referência das Incertezas cruciais



No contexto do presente exercício de planeamento a linha estratégica axial das Incertezas cruciais será a que liga a reconfiguração do cluster de atividades predominantes na RAM com as restrições que o Governo Regional enfrentará, em face da necessidade de aumentar a margem orçamental de base fiscal de que possa vir a dispor para fazer face às inevitáveis oscilações dos ciclos económicos. Estas oscilações, impactando um leque restrito de atividades, podem ser muito fortes e resultantes de origens muito diversas; no presente (meados de 2019), destacam-se o processo do Brexit, a instabilidade no quadro económico e político da União Europeia e a desaceleração da economia mundial pela pressão de novas formas de protecionismo.

As atividades turístico-imobiliárias continuarão a ter um peso muito relevante na economia da RAM por muitas décadas. A sua redução brusca só poderia ocorrer por razões catastróficas e as alternativas emergentes ou que venham a surgir demorarão sempre um

tempo longo de afirmação, com avanços e recuos, durante o qual serão inevitáveis sucessos e insucessos.

A articulação entre estes dois pontos de ancoragem do eixo de Incertezas cruciais poderá ser efetuada por dois arcos principais: (i) *arco da base demográfica e territorial* que associa o efeito da dinâmica populacional e a inevitabilidade de um (re)ordenamento do território; (ii) *arco de vetores de diversificação* que associa as dinâmicas emergentes de exportação de bens e serviços por empresas residentes (predominantemente de "trading off-shore") e as dinâmicas de atividades ligadas às TIC.

As projeções demográficas existentes para a RAM evidenciam uma forte incerteza de cenarização, acompanhando as tendências para o conjunto do País, o que terá implicações relevantes quer na economia, quer nas finanças públicas. Tendencialmente é de esperar uma redução significativa da população residente e um acentuar da tendência do seu envelhecimento, o que diminui a capacidade produtiva potencial (podendo mesmo chegar a inviabilizar a emergência de novas atividades económicas de exportação) e aumentar as necessidades de despesa pública (seja corrente, principalmente em saúde, seja de investimento em equipamentos).

Os fluxos de migrações tenderão a assumir uma relevância progressiva na determinação do ambiente demográfico da RAM e essa prospetiva não tem apenas que ver com os possíveis impactos na população residente de retorno da Venezuela ou de possíveis impactos de um BREXIT não ordenado: mesmo num cenário em que esses fatores exógenos estivessem ausentes, a relevância dos fluxos migratórios para a (in)determinação dos cenários demográficos pode ser considerada algo comum em contextos insulares.

Quão menos bem sucedido for o processo de transformação do cluster de atividades turístico-imobiliárias, maior será a tendência para uma dinâmica populacional menos favorável, com redução acentuada da população em idade ativa. A contração da população residente diminuirá a pressão sobre o território, mas haverá, em contrapartida, um acentuar da tendência de concentração no litoral sul e uma diminuição dos recursos para promover a exploração do seu potencial do território.

Os fluxos imigratórios podem proporcionar um refrescamento do stock de capital humano que permita aumentar o potencial de crescimento da Região. A diversidade é um valor que hoje é aceite de forma quase incontestada na teoria económica: disponibiliza novas abordagens de solução dos problemas existentes, cria oportunidades de desenvolvimento de novas atividades, lança no mercado agentes com maior disponibilidade de risco por

terem menos a perder com tentativas inovadoras. No entanto, uma vez mais, não é uma garantia, mas um potencial cuja concretização constitui uma incerteza.

No arco das atividades de diversificação existe experiência na RAM que permite sinalizar pequenos sucessos já alcançados e valorizar os custos do insucesso de grandes projetos emblemáticos. Neste âmbito, é tão inútil ignorar as lições dos insucessos de políticas anteriores como é inconcebível a sua repetição acrítica.

As atividades económicas da nova revolução industrial (nomeadamente os associados a processos de Inteligência Artificial, a Internet das coisas…) exigem ecossistemas complexos e com massa crítica significativa. A localização em territórios ultraperiféricos é apenas um dos vários problemas que têm de ser ultrapassados na atração de tais atividades pelo que importa investir na identificação de agentes/parceiros chave (objetivo em que o CINM pode constituir um ativo relevante) evitando a focalização excessiva na capacidade de atração de infraestruturas, por mais sofisticadas e bem estruturadas que estas sejam; nem toda a oferta gera a sua própria procura.

Os pequenos territórios, proporcionando ambientes mais facilmente controláveis, podem mesmo ser ativos valiosos, por exemplo, na localização de espaços dedicados à investigação e produção experimental de veículos autónomos. A Ilha do Porto Santo pode qualificar-se neste mercado, começando por concretizar o Projeto de Mobilidade elétrica.

Com efeito, iniciativas como a descarbonização dos transportes rodoviários no Porto Santo podem ter um papel relevante na transformação da imagem da RAM, transformação com um elevado potencial de aumento das suas dimensões *premium*, permitindo aumentar o valor acrescentado da atividade turística e reduzindo a pressão para uma utilização extensiva de recursos (humanos e ambientais, sobretudo).

Mas os ecossistemas tendem a complexificar-se ou a extinguir-se, num processo evolutivo de tentativa e erro. A experiência da RAM neste domínio pode e deve ser revisitada, segundo um processo mais orientado para a atração de talento e agentes que possam ser parceiros da Região no aproveitamento do que existe e na sua potenciação, mais eficaz e seguramente mais eficiente que a retoma de iniciativas de grande visibilidade esperada, mas que não surtem efeitos por não terem quem as explore e transforme em valor (empresas e emprego). A incerteza neste processo é evidente. A tentativa de atração de novas atividades no domínio das TIC é hoje mais concorrencial que o mercado turístico e tem uma tendência de concentração muito mais pronunciado; novos atores têm um longo e incontornável caminho a percorrer.

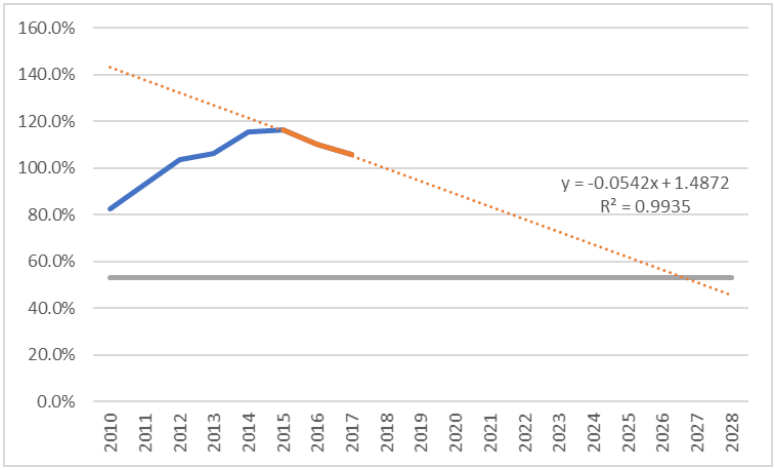
Da mesma forma, a ultraperificidade da RAM dificilmente a torna um polo de produção industrial que possa integrar as grandes cadeias transnacionais. No entanto, a sua proximidade a África pode proporcionar oportunidades, inicialmente de escala reduzida, p. ex., partindo da instalação na sua Zona Franca (CINM) de produtores que possam explorar a combinação de eficiência fiscal com proximidade geográfica para instalar segmentos de atividade industrial ligeira e de serviços, competitivos e sustentáveis.

Os pontos focais onde estas Incertezas cruciais se repercutem (nomeadamente, a reconfiguração da dependência do cluster turístico-imobiliário e a sustentabilidade das finanças regionais) exigem duas considerações que são, simultaneamente, elementos incontornáveis de contexto e Incertezas cruciais:

- O cluster turístico-imobiliário é um ativo insubstituível a médio-prazo de grande valor, cuja sustentação tem de continuar a estar entre os focos estratégicos centrais; o grau de sucesso na sua transformação dinâmica para um papel menos determinante na Região e com resiliência às mutações que irão inevitavelmente continuar a ocorrer, talvez seja a maior incerteza para o futuro da RAM.
- A sustentabilidade das finanças públicas regionais limita a capacidade de prosseguir estratégias baseadas em endividamento público. Não é uma incerteza a necessidade de manter uma orientação contra-cíclica na gestão orçamental da Região, mas é uma incerteza a capacidade para manter esse espaço, seja pelo aumento das fontes de receita, seja pelo aumento da eficiência na gestão da despesa pese a trajetória que a Administração Regional tem percorrido para aprofundar a margem de gestão orçamental.

  A incerteza é, sobretudo, decorrente da dependência das finanças públicas face ao ciclo macro económico onde avultam as incertezas presentes sobre o crescimento da economia mundial (restrições ao comércio internacional, conflitos persistentes e crescentes no Médio Oriente, dificuldades no quadro da União Europeia, incertezas nos mercados financeiros, …) que podem, com elevada probabilidade, comprometer o crescimento económico na RAM e, por essa via, limitar a capacidade de manter uma posição orçamental positiva.

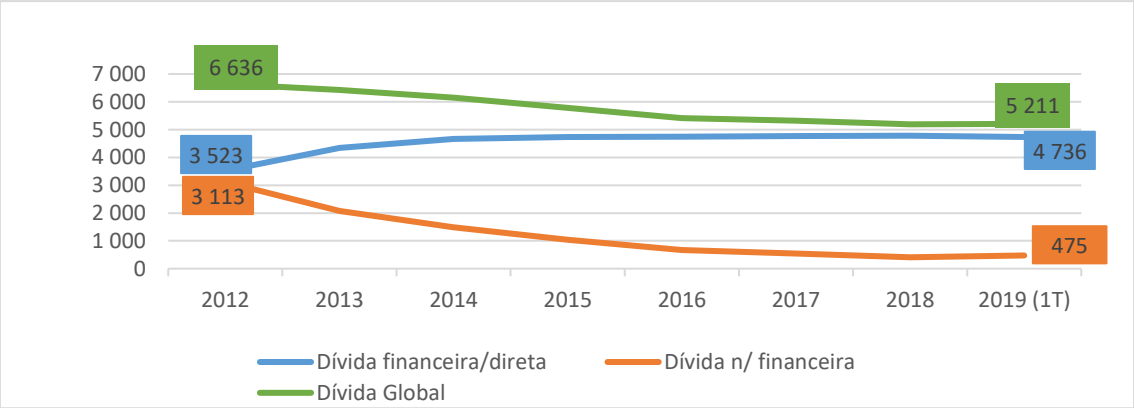
Gráfico 1: Trajetória linear de redução da dívida da RAM (% do PIB regional)



Fonte: Direção Regional de Estatísticas da Madeira: *Procedimento dos Défices excessivos da Região Autónoma da Madeira 2010-2018; Orçamento Regional 2019.*

A evolução da execução orçamental e a estratégia de sustentabilidade da dívida demonstra que a RAM tem revelado capacidade para ganhar esse espaço, com melhoria de eficiência na gestão: entre 2012 e 1ºT 2019, a Dívida Global da RAM decresceu 22% tendo a Região apresentado saldos orçamentais positivos por 6 anos consecutivos.

Gráfico 2: Evolução da Dívida Global da RAM (M€)



Fonte: Vice-Presidência do Governo Regional.

O turismo constitui uma fonte indispensável de receita pública que deve prosseguir e, se possível, ser reforçada. A obtenção de espaço fiscal é essencial para que a Administração Pública Regional possa continuar a proporcionar os bens e serviços que só ela pode prover, garantindo a continuação do aumento do bem-estar da população residente e dos visitantes e o apoio público à atividade económica, indispensável na condição de ultra-periferia.

2.2. Estratégia de Desenvolvimento Regional Madeira 2030

A abordagem da Estratégia de Desenvolvimento Regional Madeira 2030 beneficia de um conjunto relevante de elementos-chave de fundamentação do exercício parte dos quais resultantes do trabalho em curso coordenado pelo IDR e processados nos Diagnóstico Prospetivo e Estratégia Regional:

- Elementos de Balanço do Compromisso Madeira 2020, sinalizando resultados e insuficiências deste quadro de referência do atual período de programação que funcionam como lições e alertas para as entidades públicas e os intervenientes/beneficiários (associativos e privados), nas atividades de planeamento e nas estratégias de procura e absorção de financiamento;
- Identificação de Incertezas cruciais que poderão modelar, com grau de probabilidade mais ou menos elevado, a promoção do desenvolvimento regional, no horizonte 2030;
- Perspetivas do Governo Regional no âmbito da nova geração de Políticas de Coesão e dos desafios do Quadro Financeiro Plurianual pós-2020 formulada, nomeadamente, na Resolução nº 20/2018, de 10 de Abril e Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 12/2019/M;
- Contributos dos Organismos do Governo Regional e de entidades representadas no Conselho Económico e de Concertação Social nos quais se pronunciaram sobre constrangimentos e oportunidades de desenvolvimento e de necessidades e prioridades de intervenção, contributos que foram processados na fase de trabalho técnico no Diagnóstico Prospetivo e Estratégia Regional.

Este conjunto diverso e robusto de elementos de suporte, pelos respetivos conteúdos e pela intensidade de orientação, permitem formular com razoável margem de segurança os seguintes **Desafios Estratégicos**:

- ✓ ***Reforço da Estratégia Regional de Especialização Inteligente*** em torno das áreas de investigação de excelência da Madeira e do fomento da transferência de conhecimento para o setor empresarial tendo por finalidade a respetiva valorização económica.

  Após uma fase em que o esforço de investimento tecnológico público se revelou necessário e coerente com as exigências de sustentação do modelo, abre-se o desafio subsequente de estimular a procura empresarial em matéria de apoios à inovação e a parcerias, com produção de conhecimento.

Os trabalhos em curso de revisão/atualização da EREI Madeira, sob iniciativa e coordenação do IDR, ARDITI e UMa, representam uma oportunidade de recentrar o investimento público e privado no foco de estruturação do Sistema Regional de Inovação, num impulso gerador da incubação de novas empresas e da consolidação de um ecossistema competitivo fortemente internacionalizado.

- ✓ ***Consolidação de cadeias de valor regional*** (Turismo/Lazer; Economia Azul; Serviços de Conhecimento; e Energia e Mobilidade Sustentável, esta em estruturação embrionária) incorporando resultados da Investigação, Desenvolvimento e Inovação nas estratégias de investimento, fixando novas competências altamente qualificadas em funções técnico-profissionais e de gestão empresarial e estimulando a constituição de parcerias no interface Universidades/Empresas, com componentes supra-regionais (redes e investimentos).

  Este Desafio deve beneficiar, por um lado, de uma forte interação (de racionalidade e coerência) com a nova geração de Sistemas de Incentivos e de Instrumentos Financeiros de apoio à Inovação, Qualificação e Internacionalização e, por outro lado, com a necessidade de clarificar atribuições e competências entre entidades que atuam nas esferas de dinamização económica e da atração de investimentos e de empresas.

- ✓ ***Formação de Competências***, combinando as lógicas associadas aos fluxos regulares das modalidades de formação escolar (segundo fileiras formativas alinhadas com as prioridades da EREI Madeira), com a reconversão profissional e atualização contínua de competências dos ativos (empregados e desempregados) e com respostas mais dinâmicas às necessidades dos que não trabalham, não estudam nem frequentam formação (NEET) e dos afetados por situações e riscos de exclusão do mercado de trabalho.

  O fomento das competências básicas - numeracia e literacia -, digitais e linguísticas, nas modalidades de formação escolar e qualificação profissional e da formação dos empresários, bem como o reforço das formações superiores (incluindo os TeSP e a formação pós-graduada) deverão integrar este Desafio, com prioridade de escolhas e de afetação de recursos.

- ✓ ***Fomento de experiências inovadoras de adaptação às Alterações Climáticas e de Transição Energética*** em domínios cruciais da gestão dos recursos água, solo, biodiversidade e fontes de energia, com incidência em territórios críticos e valorizando a criação de relações de inovação e experimentação com as prioridades em matéria de especialização inteligente regional.

No âmbito deste Desafio, a RAM encontra-se apetrechada de instrumentos de planeamento setorial recentes e outros em fase de conclusão (Plano Integrado Estratégico de Transportes, Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, Agenda Regional para a Economia Circular, Estratégia CLIMA-Madeira, Energia Sustentável, Plano de Gestão de Resíduos, PROT RAM - 1ª fase,…) que identificam prioridades e medidas especificas de atuação as quais devem inspirar as orientações públicas de gestão estratégica e operacional e de afetação de recursos de financiamento público comunitário, nacional e regional.

- ✓ ***Combate à Pobreza e Exclusão Social*** combinando dimensões de conhecimento e estratégias de intervenção em parceria que contribuam para atenuar a expressão do fenómeno na Região, num contexto de maior exigência das respostas públicas e ligando-as à promoção da coesão territorial e a uma utilização renovada das medidas passivas e ativas de emprego e proteção social.

  No âmbito deste Desafio, é imprescindível construir conhecimento acerca das condições de pobreza e de exclusão social atuais por forma a preparar intervenções informadas e prioritárias de mitigação de um fenómeno que condiciona o desenvolvimento sustentável e competitividade da Região. Nesse sentido este é um Desafio que convoca um espectro largo de políticas sociais (habitação, saúde, prestações sociais, medidas ativas de política de emprego, …).

A combinação de Desafios Estratégicos assim delineada mostra-se bastante coerente com dois documentos de referência no horizonte 2030 (17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e *Pilar Europeu dos Direitos Sociais da União Europeia*, importando sinalizar os Objetivos/Princípios em que essa coerência se expressa com maior relevância estratégica para a Região:

- ✓ *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:* ODS 1 - Erradicar a Pobreza; ODS 7 - Energias Renováveis e Acessíveis; ODS 8 - Trabalho Digno e Crescimento Económico; ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestruturas; ODS 13 - Ação Climática; e ODS 14 - Proteger a Vida Marinha.
- ✓ *Pilar Europeu dos Direitos Sociais*: Princípio 1 - Educação, Formação e Aprendizagem ao Longo da Vida; Princípio 4 - Apoio Ativo ao emprego; e Princípios ligados aos Salários, Cuidados de Saúde, Habitação e assistência para os sem-abrigo e Acesso aos Serviços essenciais.

Para a construção de respostas a estes Desafios Estratégicos deverão convergir atuações das políticas públicas regionais mas, também, a capacidade de iniciativa e mobilização

de recursos de financiamento de entidades públicas e privadas em investimentos e ações-tipo comportadas nos campos de intervenção dos diversos Desafios.

Paralelamente, acresce a instrumentalidade do investimento público que deverá evoluir dentro da multiplicidade de áreas temáticas orientadas para promover a competitividade regional que, ainda, tem na RAM (e enquanto RUP) uma banda larga de domínios setoriais de investimento material em infraestruturas e equipamentos, nomeadamente no tocante à melhoria e/ou eliminação de obstáculos às acessibilidades físicas e virtuais ao exterior (a preços competitivos), essencial para a afirmação de mercado das atividades regionais..

Esta assunção de prioridades focada na competitividade regional, que está presente nas lógicas de intervenção do Programa Regional de Investimentos, 2030 de iniciativa da Vice-Presidência do Governo Regional deverá acolher um leque de investimentos infraestruturais enquadrados nos setores dos Transportes e Mobilidade e da Energia. Estes investimentos deverão explorar oportunidades de financiamento do Mecanismo Interligar Europa, de um novo "Plano Juncker" e, em escala a definir, do Fundo de Coesão 2021-2027 que poderá ser "protegido" para se fixar no financiamento das intervenções setoriais (multifacetadas) da Ação Climática: ciclo urbano da água, economia circular, conservação da natureza, proteção do litoral e riscos ambientais, resiliência climática, ... A assunção de práticas e de critérios de seleção de infraestruturas, com um contributo mais decisivo e concentrado em fatores de competitividade, constitui um desafio importante da programação.

A construção de respostas conjugadas e graduais ao conjunto de Desafios Estratégicos identificados depara-se com constrangimentos que sinalizados mais à frente ao longo do Diagnóstico Prospetivo, dois dos quais se referem pelas relações que estabelecem com a gestão das políticas públicas regionais:

- Quadro das opções orçamentais expansionistas - apresenta-se muito restritivo e estabelece uma pressão de eficiência adicional na utilização dos apoios comunitários a qual aumenta a importância dos mesmos, enquanto instrumento de desenvolvimento social e económico dotado de seletividade e apelando a uma experimentação mais decidida de novos instrumentos (instrumentos financeiros, capital de risco, …) em domínios setoriais relevantes da Estratégia e com alavancagem adequada das políticas públicas regionais.
- Capacidade de gestão pública limitada num cenário que se confronta com uma exigência crescente da gestão dos instrumentos das políticas públicas. Um novo ciclo de políticas públicas regionais (e estratégias de investimento de

entidades associativas e privadas) tem vantagem em atender às orientações e propostas constantes dos diversos instrumentos setoriais e em assegurar uma monitorização regular de iniciativas e realizações.

Esta é única forma de contrariar o predomínio de intervenções avulsas e de curto prazo, mais facilmente financiáveis mas que desvaloriza perspetivas de natureza estruturante fundamentadas em referenciais estratégicos. Nessa ótica, a adequada monitorização estratégica e operacional destes instrumentos de planeamento setorial deve ser instituída como prática de gestão pelas diversas tutelas setoriais das políticas públicas da Região.

A implementação da *Lei de Enquadramento Orçamental* deverá induzir uma exigência crescente na gestão dos instrumentos das políticas públicas, devendo estimular abordagens de Modernização Administrativa com reflexos na necessidade de melhoria das competências profissionais dos funcionários e na reorganização dos serviços públicos numa lógica de proximidade às empresas e aos cidadãos, com elevação dos padrões de transparência e acesso a informação relevante.

Ainda que com margens e necessidades de atuação distintas, trata-se de constrangimentos e evoluções que devem ser ponderados também em vista de um adequado estabelecimento de prioridades de afetação de recursos, no âmbito dos diversos instrumentos de política e oportunidades de financiamento dos FEEI.

No enquadramento dos Desafios Estratégicos enunciados, as mensagens subjacentes ao Diamante Estratégico em que assentou o Compromisso Madeira 2020 permanecem, em grande medida, um referencial dotado de racionalidade e coerência para uma combinação renovada entre:

(i) por um lado, *uma aposta na competitividade económica regional, norteada pela consolidação e reforço de um núcleo mais diverso de cadeias de valor regional, e tributária de investimento público mais focado*; e

(ii) por outro lado, *uma aposta nas vertentes do desenvolvimento sustentável mais ligadas à adaptação às Alterações Climáticas, compreendendo Mobilidade Sustentável e Transição Energética.*

Esta perspetiva de combinação criativa aponta no sentido de traçar uma **versão renovada do Diamante Estratégico**, segundo a formulação da figura seguinte:

Figura 3: Diamante Estratégico da Madeira no horizonte 2030

A tabela seguinte evidencia a existência de níveis de articulação potencial acentuados dos vetores do DE com o perfil de objetivos gerais e áreas de aposta setorial identificadas pela Comunicação CE *Uma parceria estratégica reforçada e renovada com as regiões ultraperiféricas da União Europeia* (Outubro de 2016) e com os cinco Objetivos principais que vão nortear o investimento da União Europeia em 2021-2027, no enquadramento da Política de Coesão.

Vetores do Diamante Estratégico	Parceria Estratégica RUP	Objetivos da Política de Coesão pós-2020	Agendas Temáticas Programa Nacional Reformas
Inovação e Conhecimento	Aproveitar os Ativos das RUP (Economia Azul, Agricultura e Desenvolvimento Rural) Fomentar o crescimento e a criação de emprego [Investigação e Inovação]	OP 1. Uma Europa mais Inteligente - transformação industrial inovadora e inteligente OP 3. Uma Europa mais conectada - mobilidade e conectividade regional em matéria de Tecnologias de Informação e Comunicação. OP 5. Uma Europa mais próxima dos cidadãos mediante a promoção do desenvolvimento sustentável e integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras, bem como das iniciativas locais.	AT.2. Inovação e Qualificações como motores do desenvolvimento
Cadeias de Valor Regional	Fomentar o crescimento e a criação de emprego [Competitividade, Espírito empresarial e mercado único, Acessibilidade Digital e Transportes]		AT.3. Competitividade externa e Coesão Interna
Qualificação de Competências *Emprego e Inclusão Social*	Fomentar o crescimento e a criação de emprego [Emprego, educação e formação, Migração]	OP 4. Uma Europa mais Social - implementar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais	AT.1. Melhor equilíbrio demográfico, Maior inclusão, Menos desigualdade
Ação Climática e Mobilidade Sustentável	[Biodiversidade, Economia Circular, Alterações Climáticas, Energia e Transportes]	OP 2. Uma Europa mais verde e hipocarbónica - transição para uma energia limpa e equitativa, investimentos verdes e azuis, economia circular, adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos	AT.4. Sustentabilidade e Valorização dos recursos endógenos

O Objetivo de Política 5 carece do estabelecimento de uma relação adicional mais fina associada à escolha dos instrumentos de política a utilizar no próximo período de programação, de modo a assegurar o adequado enquadramento posterior para projetos importantes que a RAM pretenda desenvolver.

A título de exemplo, salienta-se a possibilidade de acionar na Região intervenções de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) para as áreas urbanas e costeiras e Investimentos Territoriais Integrados (ITI), instrumentos que não foram mobilizados pelas Regiões Autónomas portuguesas no período de programação 2014-2020.

PARTE B - ELEMENTOS-CHAVE DE DIAGNÓSTICO PROSPETIVO REGIONAL

B.1. POSICIONAMENTO DA MADEIRA NO CONTEXTO NACIONAL E EUROPEU

Objetivos e metas de referência

A trajetória de cumprimento de objetivos e metas da Estratégia Europa 2020 e do Programa Nacional de Reformas (PNR) permite traçar uma perspetiva da posição mais recente da Madeira. De um modo geral, a posição da Região situa-se aquém do desempenho atual do País e, ainda, afastada das metas de referência estabelecidas para o horizonte 2020 a nível europeu, com destaque para os objetivos associados à Inovação, à Energia e à Pobreza e Desigualdades. No entanto, importa realçar a recuperação acentuada das "performances" da RAM nos indicadores de Educação e Emprego às quais não são alheias as prioridades de afetação de recursos do FSE, via PO Madeira 14-20.

Na ótica do contributo regional para os objetivos de referência da Estratégia Europeia e do PNR, salientam-se os principais traços seguintes:

- *Reforço da I&D e da Inovação* - para metas (2020) de investimento de 3%, em % do PIB, a RAM situava-se, em 2017, nos 0,36% (Portugal -1,33%);
- *Mais e Melhor Educação* - para metas (2020) de abandono escolar precoce de 10%, a RAM atingiu 17,8%, em 2018 (Portugal - 11,8%); na população com ensino superior ou equiparado (meta 40%, em 2020), a RAM atingiu 33,8%, em 2018 (Portugal - 33,5%);
- *Clima/Energia* - para metas (2020) de 20% de fontes renováveis no consumo de energia final, a RAM atingiu 7,5%, em 2017 (Portugal - 25,7%);
- *Aumentar o Emprego* - para um Taxa de emprego da população de 20-64 anos de 75% (em 2020), a RAM alcançou uma taxa de 71,3%, em 2018 (Portugal - 75,4%).

Esta evolução significa que é indispensável continuar a atribuir prioridade à seletividade das intervenções de política nos domínios da competitividade e inovação e nos domínios da energia e da sustentabilidade, com ênfase para a eficiência energética e redução da dependência do exterior (energia fóssil), vetores que deverão contribuir mais ativamente para a competitividade do tecido económico regional.

Os indicadores demográficos e de desenvolvimento económico e emprego (cf. Tabela seguinte) exprimem outras dimensões da posição da RAM no contexto nacional e europeu. Os indicadores de vitalidade demográfica (Índice de Dependência de Jovens e taxa de natalidade) e os indicadores socioeconómicos situam-se, ainda, aquém das performances nacionais e da UE a 28.

Tabela 1: Indicadores de desenvolvimento económico e emprego

Indicadores		UE28	Portugal	Madeira
Indicadores Demográficos	Taxa de Natalidade (2018)	9,7	8,5	7,6
	Taxa de Mortalidade (2018)	10,4	11,0	10,7
	Índice de Envelhecimento (2018)	125,8	159,4	123,6
	Índice de Dependência de Idosos (2018)	30,2	33,9	23,8
	Índice de Dependência de Jovens (2018)	24,0	21,2	19,3
Desenvolvimento económico e Emprego	Índice de Disparidade do PIB *per capita* em PPC (2017)	100	76,6	73,4
	Taxa de Desemprego (2018)	6,8	7,0	8,8
	Taxa de Atividade (2018)	73,7	59,1	62,0

Fontes: UE28 (Eurostat), Portugal e RAM (INE, *Estimativas da população residente, 2018* e *Estatísticas do Emprego*).

O Índice de Disparidade do PIB *per capita* em PPC é inferior ao nacional mas teve uma trajetória positiva nos últimos quatro anos (72,2%, em 2013). A taxa de desemprego apresenta-se mais próxima das médias europeia e nacional e a taxa de atividade situa-se 3 pontos percentuais acima da média nacional, embora cerca de 12 abaixo da média da UE a 28.

A evolução do **Indicador Sintético de Desenvolvimento Regional** entre 2013 e 2017, evidencia estagnação tendencial apenas com variação acima da média no Índice da Competitividade; os índices da Qualidade Ambiental da Coesão têm ligeiras quebras.

Tabela 2: Evolução do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (2013-2017)

Índices	Portugal	2013	2014	2015	2016	2017	Variação pp
Global	100	93,71	93,11	93,35	93,64	93,86	0,15
Qualidade Ambiental	100	110,15	108,89	109,72	109,82	108,49	-1,66
Coesão	100	86,1	84,61	83,94	84,28	85,91	-0,19
Competitividade	100	85,97	86,84	87,44	88,03	88,25	2,28

Fonte: INE, *Índice Sintético de Desenvolvimento Regional*.

Este comportamento traduz um afastamento ligeiro face aos valores nacionais dos diferentes índices; pela positiva, destaca-se a posição favorável no Índice de Qualidade Ambiental com a Madeira a posicionar-se, ao longo de todo o período 2013-2017, como a região com melhor Índice.

Tendências macroeconómicas e de comércio externo

A evolução dos principais indicadores económicos reflete o sentido de recuperação e retoma pós-crise e sequente duplo ajustamento financeiro.

Tabela 3: Indicadores-chave da RAM - Evolução pós-2013

Indicador	2013	2015	2017	Variação (%)
Pessoal ao Serviço dos Estabelecimentos	67.148	70.340	77.391	15,3
Nº de Estabelecimentos	24.636	25.838	28.048	13,8
Pessoal ao Serviço/ Estabelecimentos (%)	2,7	2,7	2,8	3,7
População Empregada (10^3)*	108,8	112,4	123,8	13,8
Taxa de atividade (15 e mais anos) *	60,2	59,8	62,0	3,0
Taxa de Emprego *	49,3	51,0	56,6	14,8
Taxa de Desemprego *	18,1	14,7	8,8	-51,4
PIB (10^6 Euros) a preços correntes	4.031,4	4.237,1	4.607,7	14,3
PIB *per capita* (10^3 Euros)	15,4	16,5	18,1	17,5
VAB (10^6 Euros) a preços correntes	3.562,2	3.714,6	4.024,0	13,0
FBCF (10^6 Euros) a preços correntes	501,2	546,1	547,5	9,2
Rendimento Disponível Bruto (10^6 €) **	2.884,7	2.913,5	3003,2	4,1

* Dados de 2018. ** Dados de 2016.

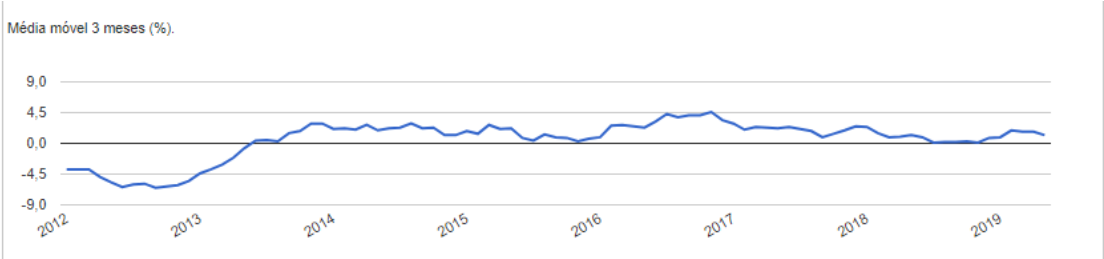
Fonte: INE, *Sistema de Contas Integradas das Empresas*, *Inquérito ao Emprego*; DREM (2018), *Contas Regionais 1995-2017P*.

Nesta evolução são de salientar os traços seguintes:

- a melhoria do investimento (+9.2% da FBCF, entre 2013 e 2016);
- a evolução positiva do VAB (+8,2%, entre 2013 e 2016);
- a melhoria dos indicadores de produto e rendimento (+14,3% do PIB e +4,1% do Rendimento Disponível Bruto);
- a melhoria dos indicadores de atividade com crescimento das exportações de bens e serviços e do desempenho das empresas nas atividades de especialização regional;
- o aumento do volume de estabelecimentos empresariais (+13,8%, entre 2013 e 2017);
- a melhoria dos indicadores de emprego (aumento do pessoal ao serviço e da taxa de emprego), a par de uma descida acentuada do desemprego.

Em termos de dinâmica global, a evolução do Indicador Regional de Atividade Económica mostra a economia regional cresceu consecutivamente ao longo dos últimos seis anos.

Gráfico 3: Evolução do Indicador Regional de Atividade Económica



Fonte: DREM.

Política orçamental e gestão pública

Na sequência da deterioração da situação financeira da Administração Regional foi celebrado em 27 de janeiro de 2012 um Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) que, em paralelo com o Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica celebrado pelo Governo da República, visou promover o reequilíbrio das contas regionais.

Este procedimento, concluído em dezembro de 2016 e indispensável dado o estado de necessidade então reconhecido, promoveu uma alteração drástica na política orçamental da RAM, limitando severamente a capacidade de intervenção através da despesa pública, corrente e de investimento.

Gráfico 4: Dívida das Administrações Públicas da RAM

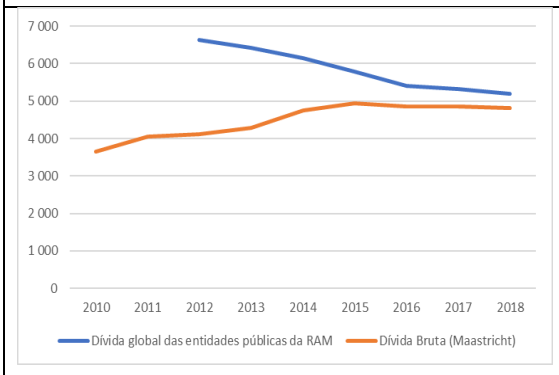
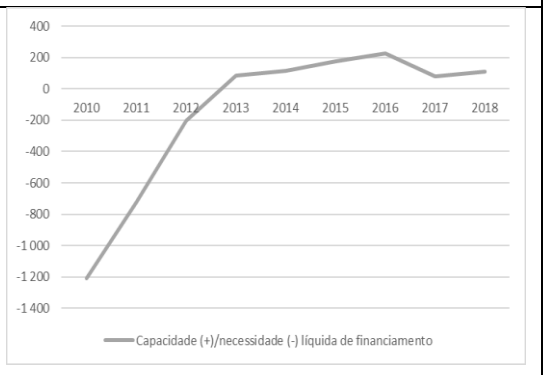


Gráfico 5: Saldo das Administrações Públicas das RAM



Fonte: Direção Regional de Estatísticas da Madeira: *Procedimento dos Défices excessivos da Região Autónoma da Madeira 2010-2018*; *Boletim da Dívida da Região Autónoma da Madeira (BDRAM)*, nº2, Março de 2019.

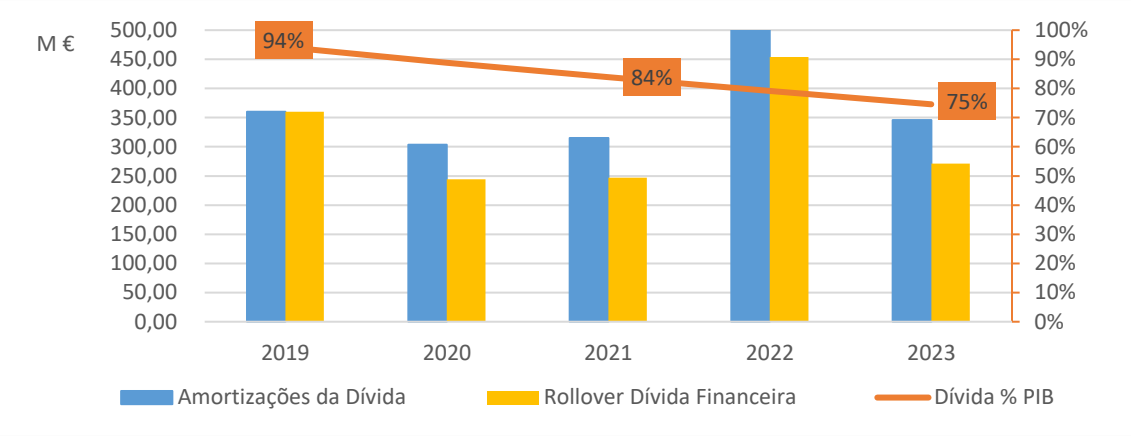
A Lei das Finanças Regionais (LFR), Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro, veio tornar mais exigente o quadro de restrições à capacidade de endividamento das Administrações Regionais, a que se associou um quadro de acompanhamento igualmente mais exigente e intrusivo. Mesmo extinto o PAEF, o quadro de restrição das opções

orçamentais expansionistas mostra-se muito expressivo e coloca uma pressão de eficiência adicional na utilização dos apoios comunitários que aumenta a importância destes enquanto instrumento de desenvolvimento socio-económico[4].

Os procedimentos que permitem operacionalizar as regras orçamentais definidas na LFR não estão completamente clarificados e permitem alguma margem para reduzir a exigência de contenção da despesa pública. No entanto, tal não significa que seja pensável uma alteração muito significativa na orientação da política orçamental.

Um exercício de projeção do ritmo de redução do rácio da dívida regional, considerando amortizações e "rollover" da dívida financeira, aponta para uma melhoria sensível do desempenho, permitindo uma gestão mais satisfatória dos limiares admitidos pela Lei das Finanças Regionais.

Gráfico 6: Projeção da evolução da dívida regional em % do PIB



Fonte: Vice-Presidência do Governo Regional.

Não obstante esta trajetória, e de um ponto de vista estratégico, afigura-se importante que os recursos mobilizáveis no quadro dos instrumentos de financiamento ao investimento com origem nos FEEI/União Europeia sejam canalizados para apoiar a atração e promoção do investimento privado (regional, nacional e internacional).

4 Apesar dessa pressão o Governo Regional priorizou as operações/intervenções apoiadas pelos FEEI, o que permitiu encerrar os PO do QREN com "overbooking"; no atual período de programação foi dada maior prioridade a investimentos não enquadrados nos PO do Portugal 2020.
A execução anual do PIDDAR tem atingido taxas superiores a 60%, desde o PAEF contrariando as taxas de execução anteriores (em alguns anos abaixo de 50%).

B.2. ELEMENTOS-CHAVE DE DIAGNÓSTICO, POR AGENDA TEMÁTICA DO PORTUGAL 2030

2.1. Demografia, Emprego, Inclusão e Igualdade

2.1.1. Demografia

A população residente no Arquipélago da Madeira observava no último registo censitário um volume de 267.785 habitantes. Desde então, e de acordo com as Estatísticas Anuais da População Residente, tem revelado uma menor vitalidade demográfica e, sobretudo, de regeneração endógena em que avultam:

- taxa de crescimento efetivo negativo (-5,2%) entre 2011 e 2018;
- saldo natural negativo a influenciar a evolução da população residente pois o saldo migratório positivo recente não contrabalança o valor do saldo natural negativo que tem vindo a acentuar-se;
- variação negativa prolongada do peso da população mais jovem: de 19,1%, em 2001, e 16,4%, em 2011, para apenas 13,5% em 2018; em menos de uma década (sete anos) o índice de juventude sofre uma quebra de 5,6 pontos;
- crescimento do envelhecimento da população com o estrato de 65 e mais anos (13,7%, em 2001), a evoluir de 14,9%, em 2011, para 16,7% em 2018; o índice de envelhecimento situa-se já em 123,6 pessoas idosas, por cada 100 jovens, com os concelhos da Zona Norte da Ilha da Madeira a registarem índices mais altos.

Tabela 4: População residente, segundo o escalão etário - Região Autónoma da Madeira

	2011		2018		Variação	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0-14 anos	44.012	16,4	34.226	13,5	-9.786	-22,2
15-64 anos	183.875	68,7	177.421	69,9	-6.454	-3,5
65 ou mais anos	39.898	14,9	42.298	16,7	+2.400	+6,0
Total	267.785	100,0	253.945	100,0	+13.840	-5,2

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação - Censos 2011 e Estimativas Anuais da População Residente.

Na distribuição concelhia, entre 2011 e 2018 observa-se uma ligeira redução do volume de residentes na generalidade dos concelhos, à exceção de Santa Cruz.

Num contexto em que o crescimento natural tem vindo a decair de forma acentuada, regista-se um comportamento mais satisfatório do saldo migratório com o aumento da população estrangeira residente (+12,8%, entre 2017 e 2018), impulsionado pelo regresso dos emigrantes da Venezuela.

O "Relatório sobre Migração proveniente da Venezuela" (Centro das Comunidades Madeirenses e Migrações, Setembro de 2018) refere que, de acordo com os dados disponíveis naquela data, terão regressado à Região, nos últimos dois anos, cerca de 6 mil emigrantes [5] correspondentes a cerca de 2,4% da população residente e representando um encargo financeiro adicional de cerca de 3M€uros/ano para o Orçamento Regional (encargos com educação, saúde, habitação, emprego, proteção social, …). Estes indicadores ilustram o impacto que a integração destes migrantes representam para uma Região com a dimensão da Madeira.

Relativamente aos fluxos de retorno (que envolvem também pessoas em trânsito para outros destinos, p. ex., Portugal Continental e Espanha), tem-se observado sinais de novas iniciativas empresariais de pequena escala promovidas por regressados em alguns concelhos da Ilha. Todavia, em termos económico-territoriais, o dividendo demográfico da Venezuela (ao qual se poderão acrescentar fluxos de natureza e intensidade diferentes, com origem na África do Sul e no Reino Unido), só terá um efeito significativo se tiver associada a atração de Investimento Direto Estrangeiro e um refrescamento das qualificações que promovam a diversificação das exportações de bens e serviços.

Os comportamentos-tipo observados nos segmentos da população jovem e idosa tem implicações a prazo relevantes:

- no sistema de ensino regional - o ano letivo 2018/2019 começou com mais 700 alunos nas escolas, fruto do regresso de famílias madeirenses e luso descendentes, com origem na Venezuela;
- no sistema de saúde e de prestações sociais - com reforço da procura de equipamentos coletivos por parte dos idosos.

De acordo com os dados do INE relativos ao comportamento de indicadores-chave da demografia regional a médio e longo prazo e segundo vários Cenários (Baixo, Central, Alto e sem Migrações), prevê-se uma trajetória de regressão, com uma quebra da população residente de 5,8% no Cenário Central e 3% no Cenário sem Migrações.

Tabela 5: Projeções demográficas RAM

	Cenário Central		Sem Migrações	
	2020	2030	2020	2030
População residente	248 276	233 873	253 255	245 711
Índice Dependência Idosos	25,5	38,4	24,8	35,7
Índice Dependência de Jovens	18,4	17,7	18,8	17,3

Fonte: INE, Projeções da População residente.

[5] A estimativa do Centro das Comunidades Madeirenses e Migrações tem por base o número de utentes dos serviços públicos com origem na Venezuela e é considerada um pouco conservadora.

A generalidade dos Cenários aponta para reduções ligeiras do Índice de Dependência de Jovens, associadas a alguma recuperação do Índice Sintético de Fecundidade, enquanto o Índice de Dependência de Idosos cresce de forma acentuada entre 2020 e 2030 nos diversos Cenários.

2.1.2. Mercado de emprego

O período 2013-2018 carateriza-se por uma evolução positiva de um conjunto vasto de **indicadores de emprego e desemprego** que refletem dimensões assinaláveis de recuperação dos efeitos prolongados da recessão económica pós-2008.

O comportamento dos principais agregados (atividade, emprego e desemprego) tem evoluído positivamente no passado recente, conforme se anota nos parágrafos seguintes.

A **população empregada** teve um crescimento líquido de 13,6 mil empregados em quatro anos (entre o final de 2014 e o final de 2018). A nível setorial foram criados 3.800 empregos no setor secundário, especialmente na Construção, e 9.600 nos Serviços e no Turismo (alojamento hoteleiro, restauração e similares). Em contrapartida, o setor primário manteve o seu volume de emprego, ao longo dos últimos quatro anos, para o que contribuiu a recuperação assinalável entre o 1º e o 4º trimestres de 2018 (+600 postos de trabalho); em termos globais, a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca mantiveram o respetivo peso no emprego regional (10,7%, no final de 2018).

Tabela 6: Evolução trimestral do emprego - total e por setor

Un: mil pessoas

Indicador	4º Tr. 2014		4º Tr. 2018		Variação 2014-18	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
População Empregada	111,4	100,0	125	100,0	13,6	12,2
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	13,2	11,8	13,4	10,7	0,2	1,5
Indústria, construção, energia e água	13,4	12	17,2	13,8	3,8	28,4
Serviços	84,8	76,1	94,4	75,5	9,6	11,3

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

O valor médio anual da taxa de atividade (15 e mais anos) atingiu 62,6% em 2018, um nível superior à taxa de atividade nacional (59,1%) e com tendência de crescimento; no entanto, a taxa de atividade regional é inferior à média nacional na maior parte dos grupos etários (exceto no escalão entre os 45 e mais anos), especialmente nos mais jovens tendo mesmo decrescido em 2018. A taxa de inatividade foi atenuada para 38%.

Tabela 7: Evolução dos principais indicadores de atividade, emprego e desemprego da RAM

(Milhares de indivíduos e %)

Indicador	Valor médio anual	
	2017	2018
População com 15 e mais anos	217,1	218,9
População ativa	132,6	135,7
População empregada	118,8	123,8
População desempregada	13,8	11,9
População inativa (15 e mais anos)	84,4	83,1
Taxa de atividade (15 e mais anos)	61,1	62,0
Taxa de emprego	54,7	56,6
Taxa de desemprego	10,4	8,8
Taxa de inatividade (15 e mais anos)	38,9	38,0

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

As melhorias assinaladas (nível mais baixo de desemprego registado nos últimos cinco anos) não permitiram, ainda, recuperar para os níveis anteriores à crise económica e financeira internacional o que significa também que os sinais de retoma económica, p. ex., nas atividades da especialização económica regional, não proporcionaram efeitos completamente satisfatórios sobre o emprego.

A taxa de emprego dos 20 aos 64 anos teve um crescimento de 9,5 pontos percentuais, próxima da média nacional.

Tabela 8: Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos (%)

NUT II	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Var. pp
Portugal	65,4	67,6	69,1	70,6	73,4	75,4	10,0
Norte	63,3	65,3	66,5	68,1	71,5	73,7	10,4
Centro	69,9	70,6	72,3	73,0	74,8	76,6	6,7
AML	65,0	68,8	70,9	72,6	75,0	77,3	12,3
Alentejo	65,6	67,9	68,5	69,8	73,4	74,9	9,3
Algarve	66,7	69,9	70,7	73,9	77,2	77,8	11,1
RAA	60,9	62,4	65,2	66,7	69,1	69,9	9,0
RAM	61,8	63,7	64,6	66,4	69,0	71,3	9,5

Fonte: INE (extraído do Data Centro).

Nesta evolução positiva está refletido o *comportamento do setor estruturado da economia* (cf. tabela seguinte): por um lado, o peso e resiliência do emprego público na economia regional e, por outro lado, a recuperação dos indicadores económico-empresariais, sobretudo, do alojamento hoteleiro e restauração e do comércio e serviços, com destaque para as atividades de consultoria, científicas, técnicas e serviços de apoio, evolução que teve reflexos na melhoria dos indicadores de emprego.

Tabela 9: Número de trabalhadores por conta de outrem, segundo CAE

CAE	2013	2017	Var. 2013-2017 (%)
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	565	433	-23,4
B - Indústrias extrativas	98	71	-27,6
C - Indústrias Transformadoras	2.978	3.212	7,9
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	754	699	-7,3
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	482	724	50,2
F – Construção	4.692	5.386	14,8
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	10.897	12.000	10,1
H - Transportes e armazenagem	3.152	3.188	1,1
I - Alojamento, restauração e similares	9.456	11.848	25,3
J - Atividades de informação e de comunicação	901	994	10,3
K - Atividades financeiras e de seguros	1.165	985	-15,5
L - Atividades imobiliárias	389	603	55,0
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2.059	2.509	21,9
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	3.899	4.521	16,0
O - Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	261	240	-8,0
P – Educação	1.696	1.717	1,2
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	4.281	5.021	17,3
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	824	1.026	24,5
S - Outras atividades de serviços	1.203	1.327	10,3
Total	49.752	56.504	100,0

Fonte: DRIRTA- Direção de Serviços de Estatísticas do Trabalho, *Quadros de Pessoal*.

Em contrapartida, esta evolução destaca a quebra acentuada do volume de emprego nos setores tradicionais da agricultura e pescas e também nas atividades financeiras e de seguros, fruto de operações de reorganização empresarial de alguma envergadura que afetaram a Região.

Relativamente ao **funcionamento do mercado de trabalho**, o Relatório *Emprego e Coesão Social: breve balanço* (IEM, 2018), observa que "a taxa de atividade teve um comportamento menos favorável nos últimos anos para os jovens e os mais qualificados", o que tem justificado a focagem das políticas ativas de emprego nos segmentos mais jovens, ao longo do atual período de programação dos Fundos.

A análise detalhada constante daquele Relatório observa uma "dificuldade acrescida de entrada no mercado de trabalho dos desempregados com mais idade (55 e mais anos) e detentores de menores qualificações", apontando para níveis de rigidez nos processos de reintegração profissional no mercado de trabalho que correspondem à natureza estrutural do desemprego de longa duração, atualmente maioritário no conjunto do desemprego registado no serviço público de emprego regional.

A evolução do mercado de trabalho tem constituído um dos principais focos de atuação das políticas regionais com reflexos na afetação de recursos financeiros às diversas

medidas das políticas ativas de emprego e coesão social, sob financiamento predominante do FSE.

A gestão das medidas ativas de política de acesso ao emprego pelo Instituto de Emprego da Madeira, IP RAM (IEM) (sobretudo, apoios à contratação e à criação do próprio emprego) contribuiu para o comportamento positivo da taxa de emprego e da distribuição setorial dos empregos criados. Em idêntico sentido contribui a organização de ações de formação e cooperação com o Instituto para a Qualificação, IP RAM (IQ) que têm por finalidade robustecer as iniciativas de acompanhamento das ofertas e da procura de trabalho melhorando as condições de empregabilidade dos desempregados.

Na evolução do **desemprego** e no período 2013-2017, a Madeira foi a Região do País que reduziu de forma mais acentuada o peso do desemprego jovem de uma taxa de 51,8% para 27,4%, uma redução de 24,4 pontos percentuais a um ritmo muito superior à média nacional.

Tabela 10: Taxa de desemprego jovem (%)

NUT II	2013	2014	2015	2016	2017	Var. 2013-17
Portugal	38,1	34,8	32,0	28,0	23,9	-14,2
Norte	35,4	35,7	32,8	27,8	26,0	-9,4
Centro	31,6	28,2	28,8	26,8	20,8	-10,8
AML	45,3	36,7	30,9	27,8	23,1	-22,2
Alentejo	39,5	36,2	37,3	30,8	24,4	-15,1
Algarve	39,6	30,2	29,1	23,6	19,0	-20,6
RAA	39,6	41,5	34,4	32,1	28,5	-11,1
RAM	51,8	50,5	42,8	37,4	27,4	-24,4

Fonte: INE (extraído do Data Centro).

Em idêntico sentido, salienta-se a recuperação ocorrida no segmento dos jovens com idade entre 15 e 34 anos, que não se encontram empregados, nem frequentam educação ou formação (NEET). De acordo com dados do Inquérito ao Emprego (INE), a percentagem do segmento NEET, que atingira 25% em 2013, situava-se em 14,3% no final de 2018, ainda aquém da média nacional (9,9%).

Tabela 11: Taxa de jovens com idade entre 15 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação

NUT II	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Var. 2013-2018 (pp)
Portugal	17,1	15,2	13,5	13,2	11,2	9,9	-7,2
Norte	17,2	15,6	13,8	12,7	10,8	9,4	-7,8
Centro	13,7	12,5	12,1	11,6	10,1	8,7	-5,0
AML	16,9	14,1	11,8	13,1	11,0	9,4	-7,5
Alentejo	19,9	16,7	13,6	14,2	12,2	11,9	-8,0
Algarve	19,5	15,9	16,5	15,5	11,3	10,5	-9,0
RAA	25,1	24,8	21,2	20,9	19,3	18,0	-7,1
RAM	25,0	22,6	21,9	19,8	15,1	14,3	-10,7

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Uma das "performances" da socioeconomia regional pós-2013 remete para a redução bastante acentuada do desemprego registado (recuperação superior a 30%, entre meados de 2014 e meados de 2019 traduzida na eliminação de mais de 6.600 registos no serviço público de emprego colocando a taxa de desemprego no limiar dos 7%, Junho de 2019, uma taxa de desemprego muito próxima da média nacional (6,8%) e a mais baixa desde 2011 (série estatística continuada). Esta "performance" combina a criação de emprego pelas empresas fruto do crescimento económico com as dinâmicas de cobertura das medidas ativas de emprego.

Tabela 12: Evolução recente dos Indicadores do Mercado de Emprego (Desemprego registado)

	Junho 2014	Junho 2017	Junho 2019	Variação (%)
Total	21.780	17.681	15.157	-30,4
Homens	12.120	8.941	6.976	-42,4
Mulheres	9.660	8.740	8.181	-15,3
Jovens	2.802	1.934	1.454	-48,1
Homens	1.413	904	649	-54,1
Mulheres	1.389	1.030	805	-42,0
Adultos	18.978	15.747	13.703	-27,8
Homens	10.707	8.037	6.327	-40,9
Mulheres	8.271	7.710	7.376	-10,8
Desempregados de Curta Duração	9.284	7.435	6.943	-25,2
Homens	4.944	3.596	3.135	-36,6
Mulheres	4.340	3.839	3.808	-12,3
Desempregados de Longa Duração	12.496	10.246	8.214	-34,3
Homens	7.176	5.345	3.841	-46,5
Mulheres	5.320	4.901	4.373	-17,8
Primeiro Emprego	2.156	1.760	1.015	-52,9
Novo Emprego	19.624	15.921	14.142	-27,9
Nível de Instrução				
<1° Ciclo Ensino Básico	1.442	1.054	847	-41,3
1° Ciclo Ensino Básico	5.726	4.403	3.526	-38,4
2° Ciclo Ensino Básico	4.609	3.347	2.703	-41,4
3° Ciclo Ensino Básico	3.562	2.653	2.031	-43,0
Ensino Secundário	4.519	4.463	4.440	-1,7
Ensino Superior – Licenciatura	1.922	1.761	1.610	-16,2

Fonte: Instituto de Emprego da Madeira (www.iem.gov-madeira.pt).

Os *itens* seguintes sinalizam as principais características evidenciadas no quadro-síntese de Indicadores do Mercado de Emprego:

- maior dificuldade de retorno ao mercado de trabalho por parte das mulheres, num contexto de redução global elevada;
- tendência para uma redução mais acentuada do peso dos jovens nos inscritos no serviço publico de emprego (-48,1 pp em cinco anos);
- variação do desemprego juvenil bastante acentuada na medida em que contraria as tendências observadas no passado, em que o desemprego jovem cresceu cerca de quarenta por cento;

- tendência para um aumento ligeiro do peso dos adultos no conjunto do desemprego registado, numa variação a um ritmo próximo da redução do desemprego total;
- mais de cinquenta por cento dos desempregados inscritos são DLD, observando-se um ligeiro decréscimo da incidência absoluta deste fenómeno (chegaram a representar 57,4% em Junho de 2017);
- a procura de novo emprego diminuiu em termos absolutos entre Junho de 2014 e Junho de 2019 tendo acentuado ligeiramente o seu peso no conjunto dos desempregados;
- a procura de 1° emprego regista um decréscimo para menos de metade, com redução do respetivo peso na procura conjunta;
- a estrutura de habilitações dos desempregados inscritos mantém-se constante, com cerca de 47% a possuir habilitações inferiores ao 3° ciclo enquanto os desempregados com habilitações médias e superiores, viram o seu peso no total crescer entre 2014 e 2019 (de 29,5 para 40%); ao ano anterior (-0,4%).

O *Balanço do Emprego e Coesão Social* do IEM, com periodicidade anual, tem procurado responder à necessidade de monitorizar a evolução das tendências do desemprego para fundamentar tecnicamente uma mais eficaz e eficiente utilização de medidas ativas de apoio à sustentação do emprego, sobretudo, via recursos do Eixo Prioritário do Madeira 14-20 "Promover o Emprego e apoiar a mobilidade laboral".

A importância e intensidade do problema NEET e do combate ao desemprego juvenil em Portugal adquiriu especial centralidade na construção de respostas orientadas para a promoção do emprego jovem, no enquadramento de objetivos da Estratégia Europa 2020 e entroncou com o processo de programação do FSE em Portugal, mediante o estabelecimento da Garantia Jovem em Portugal.

Na Europa, com a implementação da Garantia para a Juventude, o número de NEET com idades compreendidas entre 15 e 29 anos diminuiu ligeiramente, de cerca de 14 milhões no auge da crise para 12,5 milhões em 2016 (14,2%).

Segundo um estudo publicado em 2016 pela agência da União Europeia *Eurofound*, o mercado de trabalho dos jovens em Portugal é caracterizado por uma baixa taxa de emprego (39%) e uma alta taxa de desemprego (25,4%), enquanto a taxa NEET regista um valor abaixo da média europeia (14,6%). A maioria dos NEET (67,7%) em Portugal

são desempregados de longa duração (36,3%), mais 13,2 pp do que a média da UE, e desempregados de curta duração (31,4%), mais 5,9 pp do que a média da EU.

A tabela de jovens NEET com idades entre 15 e 24 anos, com a informação comparável relativa à Região, retém o conceito inicial para esta faixa etária, alargado mais tarde ao extrato 15-29 anos.

Em 2016, a taxa NEET em Portugal era de 10,6% um valor abaixo da média da UE (11,6%), enquanto que na Região a taxa atingia os 16,1%, ou seja, mais 5,5 pp do que o valor nacional. Entretanto, Portugal registou uma descida da taxa atingindo os 8,4% em 2018, mas a falta de informação do Eurostat para os anos de 2017 e 2018 sobre a evolução registada na Região não permite alongar a comparação, lacuna que deverá ser corrigida tanto mais que a RAM mantém em execução a dotação FSE afeta a este segmento problemático das políticas de combate ao desemprego juvenil.

Tabela 13: Taxa de jovens NEET com 15-24 anos

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
União Europeia (28 países)	13,0	12,5	12,0	11,6	10,9	10,5
Portugal	14,1	12,3	11,3	10,6	9,3	8,4
Madeira	21,0	20,1	17,7	16,1	a)	a)

a) Baixa confiabilidade

Fonte: Eurostat.

A Resolução do Conselho de Ministros nº 104/2013, de 31 de Dezembro, que lançaria as bases da Iniciativa Garantia Emprego Jovem (IEJ), contemplou um conjunto heterogéneo de intervenções de política em resposta aos desafios seguintes:

- "assegurar a realização de investimentos eficientes nos sistemas educativos e de formação a todos os níveis (do ensino pré-escolar ao ensino superior);
- melhorar os resultados escolares em cada ciclo, através de uma abordagem integrada que abranja as competências-chave e vise a redução do abandono escolar precoce;
- aumentar a abertura e a relevância dos sistemas de ensino mediante a criação de quadros nacionais de qualificações e orientando melhor a educação e formação profissional para as necessidades do mercado de trabalho; e
- facilitar a entrada de jovens no mercado de trabalho através de uma ação integrada que abranja, nomeadamente os serviços de orientação e aconselhamento e a educação e formação profissional."

A programação dos recursos da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ), inicialmente executada entre 2014-2016, recaiu na criação de um Eixo Prioritário no âmbito do PO Temático

Inclusão Social e Emprego (PO ISE) que enquadrou a mobilização da Prioridade de Investimento (PI) 8.ii Integração sustentável no mercado laboral dos jovens NEET, incluindo os jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas. Em termos de recursos financeiros, o PO ISE programou inicialmente uma dotação FSE para o IEJ Madeira no montante de 11,2 milhões de euros (co-financiado pelo PO Madeira 14-20 em 50% a qual viria a ser reforçada em 2017 (+2,1M€) com verbas do PO Regional (reafectação da dotação FSE); em 2019, ocorreu um novo reforço para a IEJ Madeira.

As Tipologias de Operação em que assenta a estrutura de ações específicas dirigidas aos jovens NEET, apoiadas pela IEJ Madeira, são bastante heterogéneas e repercutem o racional das medidas ativas de promoção do emprego: Qualificação/Educação; Estágios e Emprego; e Empreendedorismo.

O IEM na qualidade de serviço público de emprego regional desempenhou o papel de coordenador do Programa Garantia Jovem na RAM dinamizando a apresentação de ofertas de emprego, de formação ou de aprendizagem aos jovens NEET residentes na RAM, dentro do requisito de resposta no prazo de 4 meses, contados desde o início do período de inatividade/desemprego.

O Relatório Emprego e Coesão Social, 2016 refere o trabalho do IEM na implementação regional da Iniciativa/Programa abrangendo: a criação de instrumentos de suporte para viabilizar a acessibilidade, divulgação, monitorização e acompanhamento; e a articulação com as entidades parceiras deste novo compromisso regional, com destaque para outros organismos do Governo Regional, as estruturas de apoio ao emprego existentes, os Clubes de Emprego e as UNIVA's (Polos de Emprego).

Os principais indicadores do **Programa Garantia Jovem** na Região, encontram-se sintetizados na tabela seguinte, sendo de salientar a dimensão dos níveis de cobertura alcançados juntos dos jovens desempregados com idade até aos 29 anos, *inclusive*.

Tabela 14: Iniciativa Garantia Jovem/ RAM - Principais indicadores

Movimento ao longo do ano	2014	2015	2016	2017	2018
Nº de sinalizações de jovens como NEET	1.480	3.661	6.618	5.503	5.243
Nº de respostas dadas a jovens NEET	215	846	1.396	1.525	1.537
Com menos de 4 meses de sinalização	213	481	612	462	372
Com 4 meses de sinalização ou mais	2	365	784	1.063	1.165
Colocação	36	148	400	473	586
Educação ou Formação	25	19	6	n.d.	n.d.
Programas de emprego	154	679	990	1.052	951
% de respostas no prazo de 4 meses	42,2	20,3	15,2	15,0	14,8

Fonte: *Emprego e Coesão Social: Breve balanço, 2016 e 2017* (IEM, 2017 e 2018); dados relativos a 2018 fornecidos pelo IEM.

Os dados de monitorização existentes apontam para o apoio a segmentos de desempregados jovens com maiores dificuldades de integração laboral (mulheres, diplomados com habilitações inferiores ao ensino superior, …). Os apoios com medidas de transição entre a formação e o mercado de trabalho tiveram menos expressão na RAM (peso residual) tendo sido constatada a necessidade de dinamizar medidas de ativação mais ajustadas a grupos-alvo desfavorecidos e com maior afastamento do mercado de trabalho.

A persistência dos problemas associados à empregabilidade destes destinatários-alvo das políticas ativas de emprego justifica que se atribua relevância a esta matriz de intervenção (ainda em curso), bem como à monitorização dos instrumentos utilizados e à avaliação dos resultados atingidos, em vista da melhoria da respetiva eficácia e eficiência no horizonte pós 2020.

2.1.3. Inclusão e Desigualdade

Os indicadores de **rendimento** registaram uma evolução positiva pós 2013 mas inferior às médias nacionais, sendo de destacar os seguintes elementos:

- rendimento primário bruto das famílias (mais 5,6 pontos percentuais entre 2013 e 2016), aquém da média nacional (7,7), melhoria de 1,2 pp;
- índice de disparidade do PIB per capita em PPC - de 72,2 em 2013, para 73,4, em 2017 (EU 28 = 100), melhoria de 1,2 pontos percentuais;
- rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem (+3,5%, entre 2013 e 2018), fixando-se no final de 2018 em 801€ (90% do montante médio nacional).

Tabela 15: Rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem (€)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Var. 2013 -2018 (%)
Portugal	808	813	828	839	856	888	9,9
Norte	748	753	755	771	796	827	10,6
Centro	754	756	775	799	805	838	11,1
AM Lisboa	937	958	986	979	992	1032	10,1
Alentejo	772	756	785	802	815	829	7,4
Algarve	795	768	765	763	809	840	5,7
RAA	764	760	775	789	802	790	3,4
RAM	774	748	764	778	793	801	3,5

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

- este indicador tem "performances" inferiores nos ramos de atividade do setor primário (448€, em 2018, bastante abaixo do salário mínimo da RAM)[6] e da indústria, construção, energia e água (753€).

O crescimento salarial assinalado tem "performances" inferiores à média nacional sendo a Madeira, a seguir aos Açores, a região com rendimentos médios mensais líquidos mais baixos no conjunto do País e também nos três grandes setores de atividade; em 2018, o salário mínimo regional representava 73,4% do Rendimento médio mensal dos assalariados madeirenses (no País rondava 61%), um rácio que arrasta o conjunto da economia e limitando a capacidade das empresas para a diferenciação salarial, de acordo com a produtividade e as qualificações do pessoal ao serviço.

Estes dados significam que a Região não conseguiu, até agora, fazer acompanhar a retoma económica nas atividades de especialização de crescimentos similares no emprego e nos salários médios. Em idêntico sentido, constata-se que a notória melhoria das habilitações escolares do pessoal ao serviço nas empresas não tem tradução na atenuação dos níveis de precaridade da contratação de trabalho e na melhoria das remunerações salariais cujos níveis médios permanecem aquém de um retorno satisfatório para os investimentos na qualificação do capital humano efetuados pelos atores públicos, associativos e privados da Região.

A evolução do volume de **beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)** mostra, entretanto, uma redução de um em cada cinco apoiados entre 2013 e 2017, à semelhança do ocorrido a nível nacional.

Tabela 16: Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (N.º)

	2013	2014	2015	2016	2017	Var. 2013-2017
Portugal	360.355	320.811	295.704	287.534	288.194	-20,0
Norte	139.236	123.103	114.049	112.391	113.559	-18,4
Centro	53.448	48.559	44.464	43.374	43.681	-18,3
AM Lisboa	94.964	81.907	74.447	70.412	70.761	-25,5
Alentejo	26.889	24.574	22.727	22.467	21.914	-18,5
Algarve	13.336	10.818	9.304	8.617	8.279	-37,9
RAA	23.986	24.361	23.777	23.722	23.702	-1,2
RAM	*7.759*	*7.035*	6.662	6.319	6.108	-21,3

Fonte: Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, Instituto de Informática, I.P. (extraído do Data Centro).

No entanto, os dados provisórios relativos a 2018 apontam para um aumento dos beneficiários do RSI na Região interrompendo uma trajetória de redução da necessidade

[6] O Salário Mínimo Regional a vigorar em 2018 foi fixado pelo Governo Regional da Madeira em 592 Euros.

desta prestação social que acompanhava os indicadores favoráveis de crescimento económico e do emprego.

Em matéria de **Desigualdades** constata-se que o Coeficiente de Gini (indicador de desigualdade na distribuição de rendimento) da Região é ligeiramente superior ao do País, à semelhança do que sucede com a desigualdade na distribuição entre grandes grupos de rendimento.

Tabela 17: Indicadores de desigualdade na distribuição dos rendimentos

NUT II	Coeficiente de Gini (%)	Distribuição de rendimentos (S80/S20) - Nº
Portugal	32,1	5,2
Norte	30,3	4,8
Centro	31,3	5,0
AML	32,8	5,5
Alentejo	28,9	4,4
Algarve	32,2	5,3
RAA	37,9	7,3
RAM	33,2	6,2

Fonte: INE, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento.

A relevância dos baixos níveis de rendimento surge, também, reforçada quando se analisa um dos **indicadores de pobreza** a "Intensidade laboral *per capita* muito reduzida" que abrangia em 2018 cerca de 20 mil pessoas. O indicador apresentava uma taxa de 10,4%, significando que 16,5% da população ativa empregada na Região convive com situações de pobreza.

Tabela 18: Indicadores de Pobreza - 2018

NUT II	Risco de pobreza ou exclusão social		Privação material severa		Risco de pobreza após transferências sociais		Intensidade laboral per capita muito reduzida	
	Nº (mil pessoas)	Taxa (%)	Nº (mil pessoas)	Taxa (%)	Nº (mil pessoas)	Taxa (%)	Nº (mil pessoas)	Taxa (%)
Portugal	2.223	21,6	615	6,0	1.777	17,3	532	7,2
Norte	814	22,8	229	6,4	664	18,6	212	8,0
Centro	514	23,0	109	4,9	415	18,6	104	6,8
AML	474	16,7	164	5,8	348	12,3	111	5,5
Alentejo	150	21,1	32	4,5	121	16,9	40	8,3
Algarve	101	22,9	29	6,6	82	18,6	20	6,6
RAA	89	36,4	29	12,0	77	31,6	23	11,8
RAM	91	31,9	24	9,4	70	27,5	20	10,4

Fonte: INE, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento.

Em 2018, de acordo com o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento o risco de pobreza ou exclusão social atingia cerca de 91 mil pessoas (31,9%). O "Risco de pobreza após transferências sociais" atingia, então, setenta mil pessoas (27,5%).

No âmbito do Madeira 14-20 (Eixo Prioritário - Promover a Inclusão Social e Combater a Pobreza) foram aprovados projetos no montante de 20,9 Milhões de euros até final de 2018, através da Prioridade de Investimento Inclusão ativa - promover oportunidades iguais, a participação ativa e melhorar a empregabilidade.

O **acesso à habitação** constitui uma importante fonte de desigualdade na RAM, persistindo elevadas carências com origem em fatores de natureza estrutural:

- grande número de famílias a habitar em alojamentos com deficientes condições de habitabilidade;
- diferencial significativo entre o rendimento disponível das famílias e o custo da habitação, quer própria quer de arrendamento o que condiciona a procura e limita a iniciativa privada, que não consegue oferecer fogos a preços ou rendas compatíveis com as capacidades financeiras dos agregados familiares;
- núcleos habitacionais de promoção pública que carecem de intervenções de conservação e reabilitação, bem como de investimento em medidas de eficiência energética e hídrica e de economia circular;
- de acordo com o diagnóstico das carências da Investimentos Habitacionais da Madeira (IHM) encontram-se identificadas as seguintes situações: cerca de 4.600 famílias para apoio via habitação social; pelo menos 2.500 famílias a necessitar de realojamento; cerca de 600 agregados/famílias desfavorecidas de rendimentos médios/baixos a necessitar de apoio na aquisição de habitação própria; e cerca de 300 famílias para a recuperação/beneficiação das habitações que ocupam.

Paralelamente, constata-se a existência de milhares de fogos privados desocupados, cuja reativação económica em arrendamento poderia contribuir para a solução de problemas sociais de habitação e valorização patrimonial, justificando a ponderação de incentivos e garantias aos proprietários para colocação desses fogos no mercado de arrendamento privado, como mais uma solução habitacional para as famílias madeirenses.

Em síntese, o conhecimento em profundidade das **condições de pobreza e exclusão social na Região** (incidência territorial, diversidade etária e de grupos e famílias mais vulneráveis, prestações sociais e outras existentes, situação face à habitação e à saúde, …), afigura-se indispensável para preparar uma intervenção mais de fundo que estabeleça prioridades no combate a um fenómeno que compromete o desenvolvimento sustentável e a competitividade da Região.

2.2. Inovação e Qualificações

2.2.1. Inovação

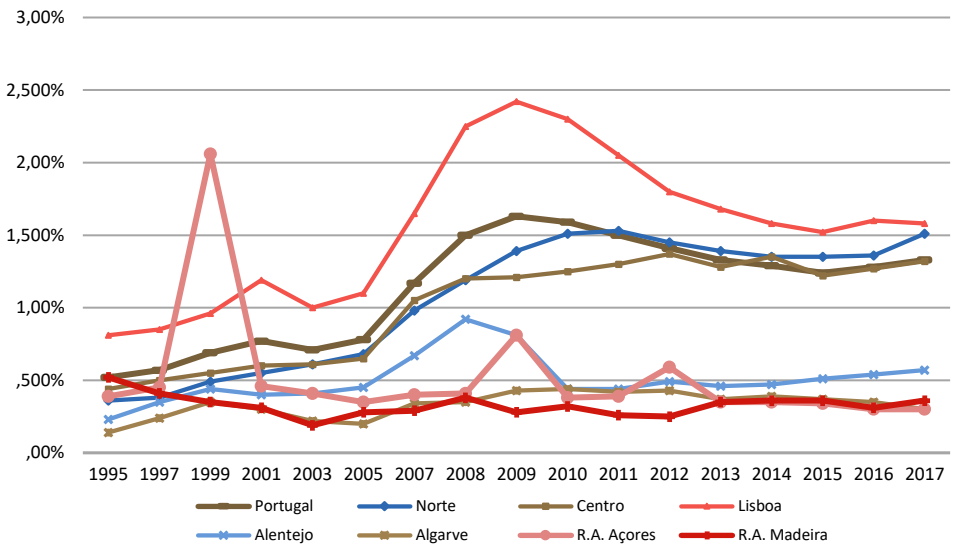
- **Intensidade de I&D na RAM e Inovação Empresarial**

A evolução recente das matérias relativas à Inovação e Desenvolvimento Tecnológico na RAM deve ser contextualizada à luz do balanço das intervenções previstas no Plano de Ação para a Investigação, Desenvolvimento Tenológico e Inovação da RAM (PIDT&I). Este Plano ambicionava "colocar a RAM nas quatro principais regiões do País em termos de intensidade de IDT+I tornando-a reconhecida internacionalmente como uma das regiões chave da Europa na criação e aplicação de conhecimento nas áreas do Turismo, Bio-sustentabilidade, Envelhecimento populacional e Energia". Para implementar esta visão, a RAM deveria atingir valores de intensidade de IDT+I de cerca de 1,2-1,5% do PIB e de cerca de 1.000 pessoas envolvidas em atividades de I&D, até 2020.

A projeção destes objetivos para 2020 deveria corresponder a um aumento substancial da intensidade de I&D na Região, com participação significativa das empresas na composição da despesa. O Plano estimava que a despesa global se aproximasse de 67M€ em 2020, ou seja, 1,3% do PIB regional, a valores correntes (3,3 vezes mais do que os valores de 2013).

O gráfico e a tabela seguintes mostram que a evolução da despesa em I&D no PIB se manteve estável em torno de 0,4%, ao longo do período 2013-2017, menos de um terço da meta prevista no PIDT&I.

Gráfico 7: Despesa em I&D em percentagem do PIB, por Região



Fonte: Extraído de *PIDT&I*, e atualizado com informação DGEEC, *Potencial científico e tecnológico nacional - sector institucional e sector empresas* (extraído do INE).

Trata-se de uma evolução bastante aquém das necessidades identificadas no PIDT&I (base da futura EREI Madeira) e também muito inferiores aos níveis médios de despesa nacionais e das regiões mais dinâmicas (AMLisboa, Norte e Centro).

Tabela 19: Despesa em I&D no PIB (%)

NUT II	2013	2014	2015	2016	2017
Portugal	1,3	1,3	1,2	1,3	1,3
Norte	1,4	1,4	1,4	1,4	1,5
Centro	1,3	1,4	1,2	1,3	1,3
AMLisboa	1,7	1,6	1,5	1,6	1,6
Alentejo	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6
Algarve	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3
RAA	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3
RAM	0,4	0,4	0,4	0,3	0,4

Fonte: Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (extraído do Data Centro).

Os dados do *Inquérito Comunitário à Inovação* revelam que quase dois terços das empresas regionais tinham atividades de inovação no período 2014-2016 (uma taxa relativamente próxima da do País). Todavia, o que predomina são taxas inferiores de intensidade de inovação e de volume de negócios resultantes da venda de produtos novos, a par do volume absoluto reduzido das despesas em I&D do setor empresas.

Comparativamente aos valores nacionais, a Região detinha, no final de 2016, uma taxa superior de empresas com atividades de inovação, mas taxas inferiores de intensidade de inovação e de volume de negócios resultantes da venda de produtos novos. Associado

a este facto está a diminuição das despesas em I&D do sector Empresas, apesar da recuperação que o sector Estado tem vindo a demonstrar.

Tabela 20: Principais indicadores de inovação empresarial na RAM (2014-2016)

	RAM	Portugal
Empresas com atividades de inovação (%)	61,7	66,8
Empresas que desenvolveram atividades de inovação de produto e/ou processo	50,7	58,4
Volume de negócios resultantes de inovações de produtos novos para o mercado da empresa	3,7	8,0
Empresas com inovação de produto (%)	31,7	39,9
Empresas com inovação de processo (%)	37,3	46,6
Empresas com inovação organizacional (%)	26,3	32,4
Empresas com inovação de marketing (%)	33,8	37,2
Despesa total com atividades de Inovação (M€)	10,7	3.091,7

Fonte: GPEARI (2016), Sumários Estatísticos CIS, 2018 - *Inquérito Comunitário à Inovação.*

O investimento em I&D teve uma variação positiva de 13,957 MEuros, em 2013, para 16,7 MEuros, em 2017 (+19,8% e superior ao crescimento do investimento em I&D no País no mesmo período).

Tabela 21: Investimento em I&D (mil €)

NUT II	2013	2015	2016	2017	Var. 2013-2017
Portugal	2.258.471,0	2.234.369,7	2.388.466,9	2.585.099,5	14,5
Norte	686.082,3	415.908,7	447.220,6	485.501,8	-29,2
Centro	412.319,1	713.908,2	748.158,0	863.023,3	109,3
AML	1.056.584,5	986.637,8	1.071.716,2	1.107.907,5	4,9
Alentejo	50.345,3	60.637,4	65.973,7	72.153,6	43,3
Algarve	26.418,1	29.115,8	29.929,9	27.321,5	3,4
RAA	12.764,4	13.009,1	11.817,5	12.469,1	-2,3
RAM	13.957,2	15.152,8	13.651,0	16.722,7	19,8

Fonte: Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (extraído do Data Centro).

Também o volume de empresas jovens de elevado crescimento aumentou sensivelmente entre 2013 e 2017 (de 7 para 11, correspondente a +57,1%).

Em articulação com os investimentos efetuados na área da inovação, os apoios na área da investigação científica e tecnológica deveriam ter contribuído para o objetivo de estruturar um sistema integrado de investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação regional, capaz de atrair investigadores e professores de mérito internacional e de promover a integração das entidades produtoras de conhecimento da Região em redes de produção e transferência de conhecimento. Estas políticas de atração de talentos são hoje extremamente exigentes não surpreendendo que não tenham atingido na Região uma magnitude suscetível de fazer a diferença numa região ultraperiférica. Todavia, os esforços de investimento na infraestruturação tecnológica apoiada pelo PO Madeira 14-

20 poderá, ainda, contribuir para robustecer o setor e atrair investigadores e professores estrangeiros para a Região.

A evolução do volume de novos doutorados nas Instituições de Ensino Superior ilustra bem esta realidade, com a RAM a revelar nos últimos cinco anos um ritmo de incorporação bastante reduzido e aquém dos indicadores do País e demais regiões NUT II.

Tabela 22: Doutorados por ano nas instituições de ensino superior (nº)

NUT II	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	Taxa de Variação
Portugal	2.463	2.503	2.351	2.344	2.135	-13,3
Norte	780	814	849	811	760	-2,6
Centro	592	546	484	502	417	-29,6
AML	938	962	884	906	842	-10,2
Alentejo	59	102	69	61	60	1,7
Algarve	49	50	47	46	35	-28,6
RAA	26	11	9	11	14	-46,2
RAM	19	18	9	7	7	-63,2

Fonte: Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (extraído do Data Centro).

Também o indicador que estabelece a relação entre o volume de doutorados e a população residente aponta para uma trajetória de quebra persistente das "performances" regionais entre 2012/2013 e 2016/2017, acentuado o "gap" regional face à media nacional e da generalidade das NUT II.

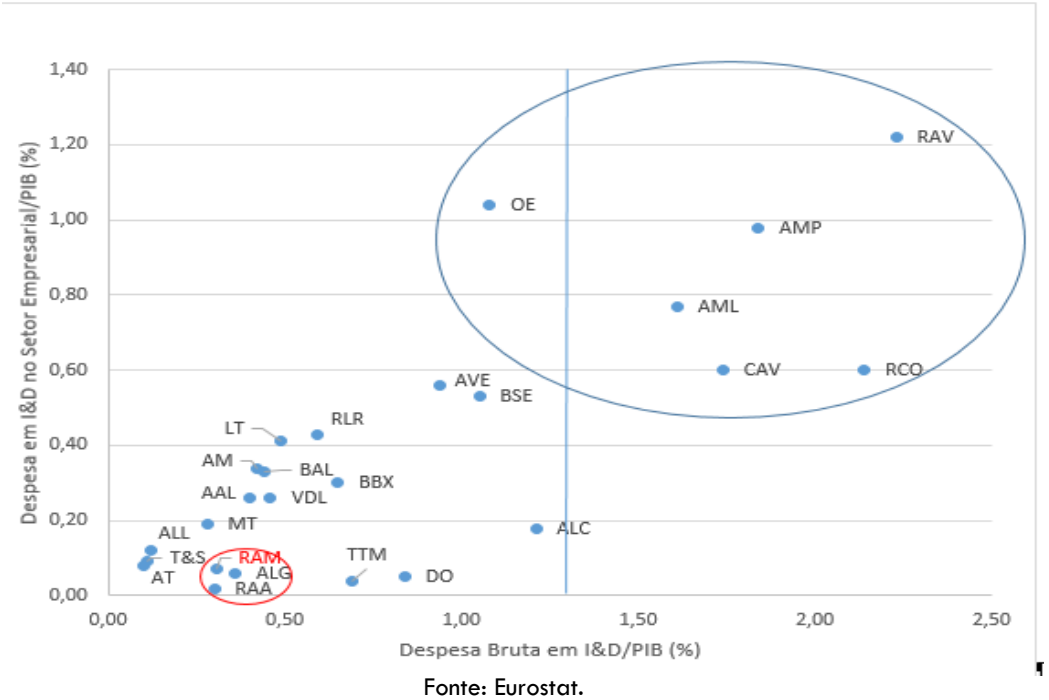
Tabela 23: Doutorados do ensino superior por 1000 habitantes (nº)

NUT II	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017
Portugal	1,9	2,0	1,9	2,0	1,8
Norte	1,7	1,8	1,9	1,9	1,8
Centro	2,2	2,1	1,9	2,0	1,7
AML	2,6	2,8	2,6	2,8	2,7
Alentejo	0,7	1,2	0,8	0,8	0,8
Algarve	0,9	0,9	0,9	0,9	0,7
RAA	0,7	0,3	0,2	0,3	0,4
RAM	0,5	0,5	0,3	0,2	0,2

Fonte: Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (extraído do Data Centro).

O gráfico seguinte utilizando um leque mais diversificado de territórios expressa um posicionamento da RAM bastante afastado das regiões mais dinâmicas em termos do peso da despesa em I&D do setor empresarial no PIB e de despesa bruta em I&D no PIB, um comportamento parcialmente fruto da sobreespecialização económica da Região.

Gráfico 8: Padrões de execução de despesa em I&D, por NUT III (2016)



Fonte: Eurostat.

Consolidação do Sistema Regional de Inovação

A análise comparada da informação disponível desde 2000, permite observar uma elevada fragilidade do Sistema Regional de Inovação em que, a par de uma escassa dotação em *inputs* tecnológicos (reduzido esforço tecnológico próprio e de recursos humanos qualificados), se colocam desafios associados à referida sobreespecialização na fileira do turismo, com atividades escassamente indutoras de inovação.

A consolidação do SRI no período de implementação da EREI Madeira, mostra que os resultados são insuficientes em matéria de esforço tecnológico global, sendo necessário aumentar o esforço financeiro de suporte às atividades de I&D como pré-condição para o reforço das referidas atividades, para além de ressaltar o muito baixo nível relativo da I&D executada no setor empresarial.

Os dados mais recentes do Regional Innovation Scoreboard referentes ao período 2011-2017 revelam uma melhoria da performance regional (devida, sobretudo, à evolução do volume de publicações científicas) mas a Madeira permanece no grupo de regiões portuguesas com classificação Moderado (a par do Algarve, Alentejo e Açores) e bastante afastada das NUT II de Lisboa, Centro e Norte.

Tabela 24: Posicionamento das Regiões Portuguesas no Regional Innovation Scoreboard

	"2011" - score relative to EU 2011	"2017" - score relative to EU 2011	"2017" - score relative to EU 2017	"2018" - score relative to EU 2018	Performance group
Norte	79,1	81,7	79,6	92,7	Strong -
Algarve	63,5	54,9	53,5	74,1	Moderate
Centro	84,2	87,2	85,0	91,6	Strong -
Lisboa	98,2	90,6	88,2	94,6	Strong -
Alentejo	70,0	70,2	68,4	70,6	Moderate
RA Açores	53,4	54,2	52,9	63,5	Moderate
RA Madeira	55,2	56,4	55,0	70,4	Moderate

Fonte: *Regional Innovation Scoreboard*.

A estratégia desenhada no Plano de Ação para a Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da RAM (PIDT&I) revelou-se muito ambiciosa, sobretudo, porque implicava uma rutura, adequada à necessidade de um impulso de diversificação da economia regional para alcançar níveis de competitividade e produtividade suscetíveis de contribuir para repor uma trajetória de crescimento. A estratégia interpelava fortemente não só a relevância dos apoios de I&DT às empresas da Região (designadamente, na configuração dos Sistemas de Incentivos) mas também as estratégias dos atores regionais implicados no Sistema Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação (SRDITI), desde logo, a ARDITI.

As áreas da Investigação Científica e Tecnológica e da Inovação assumem capital importância para a prossecução dos objetivos do PO Madeira 14-20 dentro da prioridade atribuída aos objetivos de competitividade e inovação.

- **EREI Madeira e orientação dos projetos de I&D**

O financiamento das intervenções e atividades do Sistema Regional de Inovação são, no essencial, enquadradas pelo Eixo Prioritário 1 - Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação do PO Madeira 14-20.

No período 2015-Julho de 2019 foram aprovadas mais de três dezenas de projetos no montante global de 36,1 milhões de euros, com destaque para os Sistemas de Incentivos (SI) PROCiência e Inovar 2020 e para a Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico. Estes SI e Tipologias de Operação assumem particular relevância nas prioridades estratégicas de intervenção do Programa e na concretização dos objetivos da EREI Madeira.

Tabela 25: Projetos aprovados no EP1 Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação do Madeira 14-20, por Tipologia de Operação

Eixo/ Tipologia de Operação	Projetos	Montante (€)
EP1 - Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação	33	36.413.603
Equipamentos e infraestruturas científicas de Interesse Estratégico	1	450.000
Investigação científica e desenvolvimento tecnológico	6	10.924.821
Instrumentos Financeiros - CAPITAL - Atividades de I&D empresarial	1	1.176.471
SI PROCiência 2020 - Copromoção	7	7.417.476
SI PROCiência 2020 - Individual	13	10.765.647
SI Inovar 2020	5	5.679.189

Fonte: IDR (data de reporte 31-07-2019).

No perfil de entidades beneficiárias dos SI (empresas) predominam projetos de investimento em setores prioritários da EREI Madeira, nomeadamente: Turismo (Green Hotel, Cozinha do Futuro, Turismo Digital, I&D em realidade virtual, Turismo Natureza, …); Recursos e Tecnologias do Mar (criação do Observatório Oceânico da Madeira (OOM), alicerçado na Biodiversidade, Pescas e Maricultura, Deteção e Seguimento Remoto, e Modelação e Previsão meteo-oceanográfica, produção de compostos bioativos em micro algas, aproveitamento e transformação de resíduos de pescado para as industrias farmacêutica e cosmética, processamento de macro algas para a industria e economia azul, …); Bio-sustentabilidade (tecnologias de qualidade para a transformação agroalimentar, …); e TIC (otimização de consumos de água e energia, software de suporte em intervenções na saúde e em atividades do turismo, mobiliário tecnológico, …).

Os Instrumentos Financeiros orientados para as atividades de I&D empresarial tiveram uma utilização residual à semelhança do que acontece também com os Instrumentos Financeiros dirigidos à Qualificação e Inovação das PME (Eixo Prioritário 3 - Reforçar a Competitividade das PME), com apenas um projeto aprovado. No âmbito do Eixo Prioritário 1- Reforçar a I&DTI, as Linhas de Crédito que veiculam os Instrumentos Financeiros, bem como a disponibilização de garantias mútuas, foram dirigidas às empresas incubadoras.

A *Avaliação da Implementação da Estratégia Nacional e das Estratégias Regionais para uma Especialização Inteligente (RIS3): Rede, Realizações e Resultados Esperados* (AD&C/Quaternaire, 2019) procedeu à análise da Estratégia Regional de Especialização Inteligente da Madeira que foi construída a partir do PIDT&I. Essa análise constitui uma visão externa fundamentada sobre aspetos centrais da trajetória de concretização de realizações e resultados deste instrumento enquadrador das políticas públicas regionais, em matéria de Inovação e Conhecimento. Os *itens* seguintes sinalizam as principais conclusões da Avaliação:

- a EREI Madeira revela uma elevada continuidade entre a dinâmica colaborativa inicial, que se organizou em torno do PIDT&I e a estruturação formal da EREI, das suas prioridades temáticas e do seu modelo de governação, com o Conselho Regional de Inovação, entretanto criado e a ser presidido pela ARDITI;
- os dados disponíveis apontam para uma avaliação moderadamente positiva, da dinâmica da procura ao nível do investimento privado, tendo em conta a situação de partida; a título de exemplo, o investimento aprovado no SI PROCiência 2020 (projetos de I&D empresarial) é superior ao observado no Algarve (para o SI IDT), a região mais próxima da Madeira em termos de dimensão e de contexto de partida; adicionalmente, no Inovar 2020 (projetos de inovação produtiva enquadráveis na PI 1b) é reduzido o número de projetos aprovados, ainda que financeiramente algo relevantes (dois terços da dotação financeira comprometida, em meados de 2019);
- a dinâmica dos projetos de empreendedorismo (SI Empreender 2020, PI 3.a, com um acentuado destaque no domínio das TIC) é muito positiva;
- o SI Valorizar 2020 (PI 3.c), que também enquadra operações com componente de inovação produtiva, apresenta maior procura, maior número de operações aprovadas e valores superiores aos das tipologias referidas, no domínio temático do Turismo;
- nas tipologias enquadradas pelas PI 3.a e 3.c, existiu uma dinâmica bastante positiva com operações que também se enquadram em domínios temáticos da EREI Madeira, com destaque para as TIC (nos projetos de empreendedorismo) e para o Turismo (nos projetos de qualificação das estratégias empresariais);
- a aprovação seletiva de projetos estruturantes que correspondem ao reforço de centros de investigação e de competências em Ciência e Tecnologia (C&T) alinhados com o racional e as prioridades da EREI Madeira [p. ex., operações de apoio ao Centro de Química da Madeira (CQM+), ao M-ITI Madeira Interative Technologies Institute (MITIExcell - Excelência internacional de IDT&I nas TIC) e ao Observatório Oceânico da Madeira (OOM)];
- a necessidade de suscitar uma maior procura nas tipologias enquadradas na PI 1b, quer em termos de investimento inovador e valorizador do conhecimento, quer em investimento empresarial em I&D.

Em termos de Recomendações, o balanço avaliativo da EREI Madeira identifica os seguintes principais desafios:

- necessidade de prosseguir uma trajetória ambiciosa de aumento das atividades de I&D a nível global, sendo desejável que o PO Madeira 14-20 continue a acomodar recursos financeiros compatíveis com a dimensão desse esforço;
- continuidade de uma lógica seletiva e coordenada ao nível dos investimentos no subsistema de C&T, a montante das empresas;
- promoção da I&D no setor empresarial, focado nos domínios temáticos prioritários definidos pela EREI Madeira;
- continuidade e expansão do apoio ao empreendedorismo tecnológico, enquanto componente da constituição/renovação da base empresarial nos domínios temáticos da EREI Madeira e enquanto canal de valorização económica do conhecimento.

O Relatório de Monitorização do Madeira 14-20, referente a 2018, valorizou as "performances" dos projetos Sense-Seat (estação de trabalho interativa multissensorial), valorização do potencial insular para aplicações de valor acrescentado no aproveitamento de resíduos de peixe e Observatório Oceânico da Madeira.

Estes projetos (com capacidade revelada de alinhamento ativo com os domínios prioritários da EREI Madeira, em especial nos Recursos e Tecnologias do Mar e nas TIC) constituem exemplos de investimentos de I&D em áreas que se enquadram em objetivos estratégicos do Madeira 14-20, em matéria de: inovação de produtos e serviços baseada em competências e conhecimento de entidades regionais; acesso à internacionalização de mercados para bens e serviços de elevado valor acrescentado setorial e regional; desenvolvimento de conhecimento orientado para aplicações económicas em áreas que diversificam a matriz de especialização regional; integração de ferramentas e conteúdos de economia digital na modernização das organizações/serviços públicos; e melhoria das qualificações superiores da população jovem, em articulação com as necessidades do mercado de emprego regional.

Ao nível da Investigação, o trabalho desenvolvido pelas diferentes unidades de I&D da Universidade da Madeira (UMa) constitui um referencial importante para conhecer os domínios de investigação e as relações que estabelecem com a economia regional, as dinâmicas de iniciativa e de estruturação de parcerias de trabalho, a dimensão dos projetos e as fontes de financiamento. Os *itens* seguintes destacam algumas intervenções relevantes, ao longo dos últimos anos:

- Desenvolvimento de atividades de I&D em Química e Bioquímica na RAM com promoção de formação pós-graduada em interação com unidades de I&D nacionais

e internacionais e com prestação de serviços à comunidade científica e industrial regional; o CQM - Centro de Química da Madeira desenvolve as suas atividades nas áreas dos Produtos Naturais e Materiais. Grande parte dos projetos tem iniciativa e coordenação da UMa e destinam-se ao funcionamento e à organização das atividades de I&D abrangendo também a contratação de bolseiros para assegurar a manutenção de equipamentos. O PO Madeira 14-20 financiou o reforço do investimento em Equipamentos e Infraestruturas Científicas, nomeadamente Polos de Redes Nacionais de Ressonância Magnética Nuclear e de Espectrometria de Massa.

- Projetos de investigação de iniciativa proponente de empresas regionais com coordenação de professores da UMa em domínios de especialização produtiva tradicional da RAM (vinhos, cervejas, moagens e panificação, …) dispondo de envelopes financeiros com alguma expressão para investigar temas com interesse produtivo e em elos das respetivas cadeias de valor (evolução em armazém, envelhecimento e estufagem de vinhos; variáveis do processo produtivo da cerveja com influência na qualidade do produto final; transformação industrial da batata doce e desenvolvimento do produto até ao lançamento de mercado, …).
- Projetos de investigação associados: à emergência de novos cenários climáticos visando avaliar e monitorizar a Agrobiodiversidade e Sustentabilidade futura dos Agro-Sistemas; e ao Impacto e Sustentabilidade do Turismo da Madeira - Domínios prioritários da EREI Madeira (financiamento do PO Madeira 14-20 a projetos de envergadura financeira, em curso e para terminar em meados de 2020).
- Projetos de investigação desenvolvidos em parcerias da iniciativa de unidades de I&D e outras de C&T das Canárias, de um modo geral, com financiamentos PO Madeira--Açores-Canárias (PO MAC). Projetos aprovados de montante reduzido mas com incidência em domínios temáticos importantes para a RAM (transferência de tecnologias do setor agrícola e agro-alimentar, otimização do uso de nutrientes e de sistemas de rega, desenvolvimento da indústria biotecnológica e farmacêutica, bancos genéticos marinhos, produção de algas, inovações tecnológicas no setor turístico, …). Neste âmbito, é manifesta a necessidade de aumentar a dotação FEDER no PO MAC para as Regiões Autónomas portuguesas, destinada a apostar em projetos mais robustos, com impactos nas economias regionais.
- Investigação centrada na valorização de resíduos da indústria transformadora de peixe para obter e caracterizar de compostos e extratos de alto valor acrescentado para aplicação nas indústrias cosmética, alimentar e farmacêutica (projeto de iniciativa de uma empresa biotecnológica da RAM, com parceria científica da UMa).

Alguns destes projetos de investigação refletem um esforço de aproximação entre o universo científico (UMa, IST, UMinho, Faculdade de Ciências da ULisboa, Unidades de I&D das Canárias e outras Europeias) e empresas regionais, em parcerias que vão para além do mero preenchimento de requisitos de elegibilidade. Esse traço positivo é gerador de expetativas no patamar decisivo da transformação de investimentos de I&D em inovação, valor acrescentado e riqueza o que permitirá robustecer as capacidades nacionais de transformação e valorização de conhecimento ao longo da cadeia do ciclo de Inovação, criando um Ecossistema de Inovação Regional.

Nesta perspetiva, a RAM está confrontada com Desafios cruciais que se arrastam de há duas décadas a esta parte (com resultados e consolidações parciais), a partir da aposta na criação do Polo Científico e Tecnológico - Madeira Tecnopolo/Complexo da Penteada.

Em termos institucionais e de mecanismos de governação, persiste uma dispersão de unidades e estruturas de coordenação que constituem uma barreira à criação da massa crítica necessária para atingir os objetivos pretendidos. A consolidação gradual do SRDITI-Madeira deverá contribuir para estruturar um sistema evolutivo que estimule a construção de parcerias público-privadas como vetor central de afirmação, potenciando a investigação científica e tecnológica de excelência e a sua transferência para o tecido empresarial. A eventual concretização dos Parques Tecnológicos MIST e Ribeira Brava poderá contribuir para robustecer essa transferência de conhecimento.

No atual contexto, importa consolidar práticas de interação, colaboração, parceria e trabalho em rede subjacentes à filosofia EREI, mobilizando num esforço coletivo os agentes regionais relevantes à luz da "quádrupla hélice" (Administração Pública, Entidades de I&D, Empresas e Sociedade), enquanto espaços de incubação de novas ideias e projetos.

No horizonte 2030, esses Desafios têm incertezas a clarificar, nomeadamente, no tocante à articulação de competências e áreas de atração entre iniciativas e projetos de âmbito e escalas diferentes como sejam:

- *Revisitação da EREI Madeira*, um processo que envolve o IDR, a ARDITI, a UMa, a Startup Madeira e a ACIF com vista a atualizar este instrumento de política pública regional de apoio à tomada de decisão informada/fundamentada sobre os domínios prioritários para a RAM e a criar um modelo de governação que assegure a dinamização e o funcionamento regulares do Conselho Regional de Inovação e das Plataformas setoriais que integram instituições regionais de I&DT e empresas.

- *Desenvolvimento do estudo de criação do MIST - Madeira Institute of Science and Technology* procurando combinar a estrutura administrativa da ARDITI com a experiência e projeção internacional do M-ITI por forma a aprofundar a interdisciplinaridade, capacitando a Região para promover projetos e iniciativas de I&D inovadoras, particularmente aquelas que aliam a tecnologia ao estudo e à exploração dos recursos marinhos, garantindo o acesso a instituições académicas de referência como a Universidade de Carnegie Mellon, o MIT, a Universidade do Texas em Austin a par de instituições nacionais como o Instituto Superior Técnico, a Universidade Nova de Lisboa, a Universidade do Porto e a Universidade da Madeira a qual continuará a estar associada a uma comunidade jovem e promissora de investigadores em áreas interdisciplinares que convergem para a consolidação de domínios temáticos prioritários da EREI da Região (cf. *Nota justificativa - Infraestruturas Tecnológicas no Madeira 14-20*, enviada à Comissão Europeia, em sede reprogramação do Madeira 14-20).
- *Desenvolvimento da Startup Madeira* como instrumento de suporte à dinamização do empreendorismo de base tecnológica e à transferência de conhecimento.
- *Perspetiva de clusterização de atividades de I&DT no futuro Projeto Centro de Incubação de Base Tecnológica da Ribeira Brava*, projeto estruturante que visa criar uma unidade de excelência assente na atração de empresas de novas tecnologias, alinhada com o domínio temático prioritário da RIS3 "Tecnologias da Informação e Comunicação", identificado como domínio diferenciador para a economia da RAM (diversificação económica, com a produção de novos produtos e serviços de alto valor acrescentado, inovadores e de forte pendor exportador) - *Nota justificativa - Infraestruturas Tecnológicas no Madeira 14-20*, Novembro de 2018. Este Documento atribui a este futuro ecossistema capacidade potencial para promover: (i) a competitividade, a internacionalização e a diversificação do mercado regional nas áreas tecnológicas; (ii) a atração de investimento externo, através da fixação de empresas tecnológicas; e (iii) a transferência de tecnologia entre instituições de IDT&I e empresas. Nesta vertente, o desafio consiste no amadurecimento dos projetos (viabilidade, modelo de gestão, atratividade fiscal e de sistemas de incentivos) e na articulação das dinâmicas de atividade e iniciativa com a Startup Madeira e o Madeira Tecnopolo-Parque Ciência e Tecnologia e suas instituições âncora, na eventualidade de financiamento e concretização de investimentos de reabilitação física e funcional.

2.2.2. Qualificação escolar e profissional

A situação de partida (2013) espelhava em diversos indicadores uma trajetória de manutenção de reduzidos níveis educativos onde avultava uma estrutura de habilitações da população ativa com baixa incorporação de qualificações escolares e profissionais. Todavia, nos últimos anos, a Região registou uma evolução globalmente positiva conforme se pode constatar pela análise de uma bateria de indicadores, sete dos quais indicadores de referência da Estratégia Europa 2020.

1. Taxa de pré-escolarização. Na Região, 95,5% das crianças estavam a frequentar o ensino pré-escolar, em 2017, um resultado superior ao alcançado por Portugal e pela União Europeia (28 países), dado que ultrapassou a meta da Estratégia Europa 2020, fixada em 95%. Ainda existe margem para progressão neste indicador, se tivermos em consideração que 17 países da União Europeia já ultrapassaram a meta de 95%, e que 3 países (França, Irlanda e Reino Unido) já atingiram os 100%.

Tabela 26: Taxa de pré-escolarização por ano letivo

	2013	2014	2015	2016	2017
União Europeia (28 países) b)	94,1	94,2	94,9	95,3	95,4
Portugal b)	93,9	93,5	93,6 a)	92,5	94,2
Madeira c)	-	94,6	95,1	94,2	95,5

a) Estimado; b) Fonte: Eurostat; e c) DREM – Direção Regional de Estatística da Madeira.

2. Taxa de abandono precoce de educação e formação. A taxa de abandono do ensino escolar ou de atividades de formação, entre os jovens dos 18 aos 24 anos, era de 23,2%, em 2016, verificando-se um decréscimo de 3 pontos percentuais em relação a 2013. No mesmo ano, Portugal registou uma taxa de 14% e a União Europeia 10,7%. Neste indicador, apesar do progresso registado na Região até 2016, constata-se que a taxa de abandono permanece muito superior às registadas em Portugal e na União Europeia, e 13,2 pontos percentuais superior à meta de 10% estabelecida na Estratégia Europa para o ano de 2020.

Tabela 27: Taxa de abandono precoce de educação e formação, por ano letivo

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
União Europeia (28 países)	11.9	11.2 a)	11.0	10.7	10.6	10.6
Portugal	18.9	17.4 a)	13.7	14.0	12.6	11.8
Madeira	26,2	22,7 a)	23,6	23,2	-	-

a) Interrupção da série temporal.

Fonte: Eurostat.

O Eurostat não publica a taxa de abandono precoce na Madeira pós-2016. No entanto, o Observatório de Educação da Região Autónoma da Madeira (OERAM), refere que a taxa de abandono se situava em 21,2% em 2017 e atingiu 17,8% em 2018 (taxas calculadas com base na média móvel de 3 anos), uma trajetória de recuperação interessante que reflete, sobretudo, a aposta no ensino profissional nos últimos anos.

Em idêntico sentido, salienta-se a recuperação ocorrida no segmento dos jovens com idade entre 15 e 34 anos, que não se encontram empregados, nem frequentam educação ou formação (NEET). Com efeito, e de acordo com dados do Inquérito ao Emprego (INE), a percentagem do segmento NEET, que atingira 25% em 2013, situava-se no final de 2018 em 14,3%, ainda aquém da média nacional (9,9%).

3. Taxa de retenção e desistência por nível de ensino e por ano letivo. Entre os anos letivos de 2012/2013 e 2017/2018, a Região registou um decréscimo de 6 pontos percentuais na taxa de retenção e desistência no ensino básico e de 3,4 pontos percentuais no ensino secundário; no caso do ensino básico, o maior decréscimo ocorreu no 3º ciclo (7,3 pp), seguindo-se o 2º ciclo (6,9 pp) e por fim o 1º ciclo (4,5 pp).

Tendo em consideração o ano letivo de 2017/2018, constata-se que os resultados regionais são superiores ao registados a nível nacional, com as diferenças mais significativas no 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário.

Tabela 28: Taxa de retenção e desistência, segundo o nível de ensino e ciclo de estudo, por ano letivo

	Ensino Básico				Ensino Secundário
	Total	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Total
2012/2013	11,8	7,4	12,7	16,9	19,8
2014/2015	8,9	6,2	8,2	12,8	16,9
2016/2017	5,6	3,7	4,5	8,7	16,4
2017/2018	5,8	2,9	5,8	9,6	16,4

Fonte: DREM – Direção Regional de Estatística da Madeira.

4. Taxa de jovens com 20 a 24 anos que concluíram o ensino secundário. As taxas de escolarização e de conclusão do Ensino Secundário por parte da população jovem com

20 a 24 anos registaram um crescimento de 11,2 pp, entre 2013 e 2018, ano em que os jovens que concluíram, pelo menos, o ensino secundário atingiram 71,2%. Apesar deste acréscimo, o valor registado em 2018 é inferior em 9,1 pp ao registado em Portugal e em 12,3 pp ao registado na União Europeia. Estas diferenças evidenciam a dimensão do desafio que a Região tem de superar para atingir a meta que a Estratégia Europa 2020 definiu (taxa de 85%).

Tabela 29: Taxa de jovens com 20-24 anos que concluíram, pelo menos, o Ensino Secundário

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
União Europeia (28 países)	81,1	82,2	82,7	83,1	83,3	83,5
Portugal	70,1	72,1	77,0	77,5	78,5	80,3
Madeira	60,0	61,9	61,4	62,6	69,9	71,2

Fontes: Eurostat e OSERAM, Observatório de Educação da Região Autónoma da Madeira.

5. Taxa de estudantes do ensino secundário profissional. Uma das principais prioridades da Comissão Europeia para 2015-2020 consistiu na promoção e desenvolvimento do Ensino e Formação Profissionais (EFP) na Europa, pois as pessoas formadas no EFP tendem a encontrar emprego mais rapidamente do que os seus colegas do ensino geral (ensino secundário e pós-secundário não superior). A Nova Agenda de Competências para a Europa (2016) definiu, entre 10 ações-chave, o "EFP como primeira escolha". Em 2014, a Região registou uma taxa de estudantes no ensino secundário profissional de 48%, a mesma taxa que se registou na UE, e acima da taxa nacional de 46%. Entre 2014 e 2017, a UE registou uma ligeira evolução positiva de 1,3 pp, enquanto que em Portugal se registou um decréscimo de 5,3 pp, e na Região um decréscimo mais significativo de 14,2 pp.

Tabela 30: Taxa de estudantes do ensino secundário profissional (CITE 3)

	2013	2014	2015	2016	2017
União Europeia (28 países)	-	48,0	48,1	49,3	-
Portugal	45,8	46,0	44,9	41,2	40,7
Madeira	47,1	48,0	47,5	37,5	33,8

Fonte: Eurostat.

6. Taxa de diplomados do ensino superior. Depois de uma evolução positiva, entre 2013 e 2018, a UE alcançou a meta da EE 2020 tendo registado uma taxa de 40,7%. Portugal e a Madeira registaram uma evolução positiva de 3,5 pp e 7,2 pp, respetivamente no mesmo período, com a Região a atingir 33,8% em 2018, um valor superior ao registado a nível nacional.

Apesar desta evolução positiva, tanto a Região como Portugal, ainda têm um desafio exigente a superar até alcançarem a meta definida pela Estratégia Europa 2020 de 40% da população entre os 30 e os 34 anos com diploma do ensino superior, a qual já foi ultrapassada por 21 dos 28 países da UE sendo que 7 países já ultrapassaram a taxa de 50%; a Lituânia regista a taxa mais alta (57,6%).

Tabela 31: Taxa de diplomados do ensino superior com 30 a 34 anos (CITE 5-8)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
União Europeia (28 países)	37,1	38,0 a)	38,7	39,2	39,9	40,7
Portugal	30,0	31,3 a)	31,9	34,6	33,5	33,5
Madeira	26,6	b)	b)	27,3	30,6	33,8

a) Interrupção série temporal; e b) Baixa confiabilidade

Fonte: Eurostat.

Em termos de efeitos mais gerais sobre a qualificação escolar da população com idades entre os 25 e os 64 anos, em 2017, na Região apenas um quinto da população (21,2%) tinha concluído o Ensino Superior, "performance" inferior aos 25,0% registados em Portugal e à média de 32,3% da União Europeia.

Tabela 32: Taxa de diplomados do ensino superior com 25 a 64 anos (CITE 5-8)

	2013	2014 a)	2015	2016	2017	2018
União Europeia (28 países)	28,6	29,3	30,1	30,7	31,5	32,3
Portugal	19,3	21,7	22,9	23,9	24,0	25,0
Madeira	16,2	16,6	17,3	18,9	20,7	21,2

a) Interrupção série temporal

Fonte: Eurostat.

No domínio da formação superior pós-graduada deve ser destacada aposta regional na Formação avançada (Bolsas de Doutoramento e pós-Doutoramento) contribuindo para consolidar parcerias internacionais, que têm vindo a ser estabelecidas em áreas identificadas como prioritárias pela EREI Madeira, e para apoiar uma componente de emprego científico na Região.

7. Taxa de mobilidade de estudantes do ensino superior para fins de aprendizagem.

No período de 2014 a 2018, 50.541 estudantes, docentes e outro pessoal do Ensino Superior português beneficiaram de um período de mobilidade para estudos ou estágio, e para formação ou ensino no âmbito do Erasmus+. Entre os 33 países de destino dos participantes, Espanha (22,5%), Itália (12,2%) e Polónia (11,9%) são os que mais portugueses receberam, no âmbito dos projetos de mobilidade do Ensino Superior.

O Programa Erasmus+ 2021-2027 prevê abranger 12 milhões de participantes, três vezes mais do que o atual Erasmus+ (2017-2021), ainda que o Programa abranja outros estudantes para além dos do Ensino Superior. Se se tiver em consideração que em 2016, havia 19,6 milhões de estudantes do ensino superior na União Europeia, dos quais 61 % eram estudantes de licenciatura, é expectável que haja um forte crescimento da taxa de licenciados (CITE 5-8) entre os 18 e os 34 anos que realizam um período de estudo ou de formação no estrangeiro.

Esta é uma excelente oportunidade para aumentar a taxa de mobilidade para fins de aprendizagem dos estudantes que frequentam o ensino superior em Portugal e, em especial, na Madeira, assim como a taxa de mobilidade dos estudantes do ensino superior que escolhem Portugal para realizar um período de estudo. Na Madeira, a UMa organizou a mobilidade de 111 estudantes para universidades de seis países da União Europeia, no ano letivo de 2018/2019.

8. Taxa de emprego de recém-diplomados. Tendo em consideração que a União Europeia estabeleceu como meta que a taxa de emprego de jovens, dos 20 aos 34 anos, que concluíram pelo menos o ensino secundário (CITE 3-8), nos 3 anos anteriores ao ano de referência, deve ser igual ou superior a 82%, constata-se que a mesma está já muito próxima com 81,6%, em 2018, assim como Portugal com 80,6%, pelo que a meta deverá ser alcançada até 2020. Como o Eurostat não disponibiliza informação sobre as NUT II de Portugal não é possível analisar a situação da Madeira.

Tabela 33: Taxa de emprego de recém-diplomados (CITE 3-8)

	2013	2014 a)	2015	2016	2017	2018
União Europeia (28 países)	75.4	76.0	76.9	78.4	80.2	81.6
Portugal	67.8	69.4	72.2	73.8	80.7	80.6
Madeira b)	-	-	-	-	-	-

a) Interrupção da série temporal; b) Sem informação.

Fonte: Eurostat.

O *Observatório de Emprego da UMa* tem publicado informação em torno de um "índice de empregabilidade dos diplomados" que utiliza como referência o desemprego de diplomados registado no IEM. Trata-se de uma aproximação à problemática da formação/emprego de diplomados do ensino superior a qual, no indicador relativo a diplomados entre 2013-2014 e 2017-2018, apresenta níveis de empregabilidade elevados para as áreas a seguir indicadas (cinco principais cursos), por ciclos de ensino:

- *1° Ciclo* (Engenharia Informática, Línguas e Relações Empresariais, Psicologia, Educação Básica e Engenharia Eletrotécnica e Telecomunicações);

- *2º Ciclo* (Ciências de Educação - Administração Educacional, Inovação Pedagógica e Supervisão Pedagógica; Nanoquímica e Nanomateriais; Engenharia Informática; Engenharia Eletrotécnica e Telecomunicações);
- *3º Ciclo* (Automação e Instrumentação, Ciências Biológicas, Engenharia Informática, Física e Química);
- *Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTSP)* – Redes e Sistemas Informáticos, Contabilidade e Fiscalidade, Agricultura Biológica e Guias da Natureza).

9. Taxa de participação de adultos em educação e formação. Em 2018, a União Europeia registou uma taxa de participação de adultos em educação e formação de 11,1%, um resultado muito inferior à meta da Estratégia Europa 2020 que estabelecia que "pelo menos 15% dos adultos deverão participar em ações de aprendizagem". Portugal registou um valor ainda mais baixo (10,3%), ou seja 4,7 pp abaixo da meta tendo a Madeira registado 9,4%, um valor 5,6 pp abaixo da meta de 15% mas registando uma trajetória de recuperação e reforço.

Tabela 34: Taxa de participação de adultos com 25 a 64 anos em ações de educação e formação

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
União Europeia (28 países)	10,7	10,8	10,7	10,8	10,9	11,1
Portugal	9,7	9,6	9,7	9,6	9,8	10,3
Madeira	8,9	9,1	8,4	8,0	8,1	9,4

Fonte: Eurostat.

10. População ativa por nível de escolaridade. Não obstante o reforço de medidas neste domínio, a Região é ainda marcada pelo baixo nível educativo, apresentando uma estrutura global de níveis de habilitações da população ativa caracterizada por um baixo nível educacional (53,2% dos ativos apenas com o ensino básico e peso reduzido dos diplomados com o ensino superior - 21,8%).

Ao desafio das baixas qualificações acresce outro desafio "50 % da população portuguesa carece de competências digitais básicas", em comparação com uma média da União Europeia situada em 43 % (Painel de Avaliação Digital da Comissão Europeia); acrescem, ainda, os problemas ao nível da literacia e da numeracia.

Tabela 35: População ativa, por nível de escolaridade completo (2017)

	Básico - 1° Ciclo		Básico - 2° Ciclo		Básico - 3° Ciclo		Secundário		Superior		Total a)	
	Milhares	%	Milhares	%	Milhares	%	Milhares	%	Milhares	%	Milhares	%
Portugal	679,3	13,0	651,1	12,5	1086,0	20,8	1399,0	26,8	1317,5	25,2	5219,4	100,0
Madeira	25,1	18,9	20,8	15,7	24,6	18,6	29,4	22,2	28,9	21,8	132,6	100,0

a) Total inclui população ativa sem instrução

Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira 2017.

A tabela seguinte referente ao setor estruturado da economia (Quadros de Pessoal das empresas) mostra uma melhoria acentuada dos níveis de habilitação com aumento de todos os níveis de habilitação desde o Secundário ao Doutoramento, mais expressivo em termos absolutos com o peso dos diplomados com o Secundário/Cursos profissionais e com a Licenciatura.

Tabela 36: Trabalhadores por conta de outrem, segundo as habilitações

Habilitações	2013	2017		Var. 2013-2017 (%)
		N°	%	
Inferior ao 1° Ciclo do Ensino Básico	601	373	0,7	-37,9
1° Ciclo do Ensino Básico	8.149	7.007	12,4	-14
2° Ciclo do Ensino Básico	8.211	8.225	14,6	0,2
3° Ciclo do Ensino Básico	13.318	15.387	27,2	15,5
Secundário/ Cursos Profissionais	12.611	16.652	29,5	32
Ensino pós secundário não superior a nível IV	250	364	0,6	45,6
Curso Técnico Superior Professional	-	-	-	-
Bacharelado	526	565	1,0	7,4
Licenciatura	5.673	7.249	12,8	27,8
Mestrado	302	562	1,0	86,1
Doutoramento	41	52	0,1	26,8
Ignorado	70	68	0,1	-2,9
Total	49.752	56.504	100	13,6

Fonte: DRIRTA- Direcção de Serviços de Estatísticas do Trabalho, *Quadros de Pessoal*.

A trajetória de compromisso e execução das dotações do FSE no atual período de programação (2015-2018) evidencia, entretanto, as seguintes principais dinâmicas:

- Forte aposta no Ensino Profissional, nomeadamente em apoio à rede de escolas privadas da Região na organização de Cursos Profissionais e que procura responder a três tipos de objetivos: (i) diversificação dos percursos educativos orientados para a empregabilidade dos jovens; (ii) redução dos níveis de abandono e insucesso escolar; e (iii) necessidades de qualificações das organizações empregadoras não satisfeitas pela formação secundária regular geral e que não procuram formação superior (inclui Cursos TeSP).
- Formação contínua de ativos desempregados, na modalidade das Formações Modulares Certificadas que beneficiaram de uma dotação financeira de 5,630

milhões de euros, colocada em quatro concursos; no total, foram aprovados 23 projetos (sobretudo, da iniciativa de entidades formadoras regionais e empresas de serviços), os quais absorveram cerca de um terço da dotação financeira a Concurso.

As dinâmicas identificadas responderam de forma desequilibrada a dois segmentos importantes do ciclo de aprendizagem ao longo da vida: a promoção da empregabilidade e a redução do abandono e insucesso escolar (58,6%); e o aumento da participação dos adultos em ações de formação ao longo da vida (3,4%).

A construção de resultados nestas vertentes, pressupõe: (i) uma gestão equilibrada entre modalidades de formação, segundo prioridades estratégicas estabelecidas no Compromisso Madeira 2020; (ii) a renovação de estratégias e de práticas formativas dos operadores dos subsistemas de formação escolar e profissional ajustadas a necessidades da procura de competências de destinatários-alvo bastante heterogéneos; e (iii) um esforço da capacitação das organizações empregadoras no domínio das competências que responda a debilidades existentes de qualificação dos empresários e gestores e dos ativos empregados que permanecem pouco empenhados em iniciativas e ações de aprendizagem ao longo da vida, mesmo as que reportam a formação prevista nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho.

O padrão de procura refletido na trajetória das aprovações das tipologias de operação FSE, a par dos baixos níveis de absorção de recursos financeiros colocados a concurso em modalidades de formação dirigidas a ativos empregados e a desempregados, questionam a capacidade regional de responder a desafios estratégicos em matéria de qualificação dos madeirenses sugerindo a necessidade de aprofundar a reflexão de espectro largo sobre esses desafios, no contexto do período de programação pós-2020 (cf. *Relatório de Monitorização de 2018*, do PO Madeira 14-20, IDR).

2.2.3. Capacitação das Instituições

O Compromisso Madeira 2020 destacou a importância da "qualificação dos processos de desenvolvimento regional (e empresarial), através de atuações de política que melhorem o desempenho da Administração Regional".

Ainda segundo aquele Documento "A Capacitação Institucional constitui uma variável-chave de ajustamento na medida em que a qualidade e o sucesso da missão de um vasto conjunto de entidades, nomeadamente públicas e de interface, depende da eficácia de desempenho das respetivas atribuições e competências na relação com as empresas e a sociedade em geral", o que pressupõe "encontrar soluções para melhorar as articulações

entre si e as interfaces com os potenciais promotores, bem como assegurar níveis de eficácia mais satisfatórios em termos de qualidade e valor acrescentado dos serviços públicos prestados aos agentes económicos, p. ex., através da disponibilização de novos serviços da Administração Regional".

Os elementos de balanço de iniciativas mais recentes, sobretudo pós-2013, evidenciam, a par de algumas intervenções promissoras, a persistência de dimensões-problema de capacitação das instituições regionais (Administração Pública, associações empresariais e de desenvolvimento local, e organizações da economia social):

- criação da ARDITI como instrumento de coordenação estratégica do Sistema Regional de Inovação e do PIDTI/EREI Madeira 2020, ainda que com concretização desigual de níveis de articulação entre diversas entidades do SRI;
- criação do Observatório Oceânico da Madeira, um consórcio que congrega uma comunidade científica multidisciplinar em que avulta um leque alargado de unidades de I&D regionais as quais, através de protocolos de cooperação, suportam o desenvolvimento de projetos de Investigação do OOM;
- criação de uma entidade empresarial (Startup Madeira) com funções de dinamização do empreendorismo e da incubação de empresas;
- implementação de projetos de modernização administrativa, p. ex., na esfera municipal com uso inteligente de plataformas digitais agilizando a prestação de serviços a cidadãos e empresas, contribuindo para a redução dos custos de contexto e a melhoria da qualidade de vida e da cidadania;
- persistência de debilidades na mobilização de recursos e na fixação de competências a nível do associativismo empresarial e municipal;
- debilidade das competências técnicas e dos recursos de intervenção territorial das Associações de Desenvolvimento Local no apoio aos destinatários-alvo das ajudas ao desenvolvimento rural, especialmente relevantes na atenuação de assimetrias de desenvolvimento e na promoção da coesão social e económica nos territórios rurais da RAM;
- necessidade de clarificação de atribuições e competências de um conjunto de entidades/instâncias de regulação da atividade económica com atuação nas esferas da dinamização económica e da promoção do desenvolvimento

empresarial regional (IDE, IP-RAM, Madeira-Parques Empresariais e Invest Madeira);

- necessidade de reforço da capacidade de gestão pública nas frentes do planeamento setorial, da regulação, da promoção do desenvolvimento socio-económico e empresarial, do serviço público de emprego, da proteção social, do desenvolvimento das qualificações, … as quais têm sofrido uma erosão de competências, sem substituição/rejuvenescimento de quadros, num cenário que se confronta com uma exigência crescente da gestão dos instrumentos das políticas públicas; este traço estrutural tem de ser invertido também sob pena de queda dos níveis de qualidade da programação.

  Neste domínio, constata-se a necessidade de ajustamento da estratégia de modernização administrativa de modo a que enquadre as vulnerabilidades em matéria de rejuvenescimento e de qualificação de quadros técnicos que suportam o desempenho de atribuições e competências setoriais.

  A capacitação institucional está seriamente dependente desta capacitação de competências dos recursos humanos ao serviço das instituições, quer na dimensão da capacidade técnica instalada, quer na qualidade da gestão, em adequação dinâmica à transformação digital em curso.

Na ótica da melhoria da capacidade competitiva das organizações empresariais, a eficácia das intervenções na esfera da regulação de atividade económica afigura-se crucial, nomeadamente contribuindo para a redução dos custos de contexto que impedem sobre inúmeras operações administrativo-burocráticas que envolvem a atividade das empresas e também das famílias.

Conforme identificado nas orientações para a programação em matéria de Qualificação das Instituições, as várias instâncias de governação central e territorial devem ser objeto de intervenções ajustadas às realidades/necessidades regionais em matéria de:

(a) Modernização, capacitação institucional e formação da administração pública, explorando em particular as vantagens associadas aos serviços públicos digitais e ao acesso às TIC e promovendo ganhos de eficiência;
(b) Simplificação administrativa e redução dos custos de contexto, procurando garantir um ambiente mais favorável para o setor empresarial desenvolver a sua atividade e os cidadãos cumprirem a suas obrigações.

2.3. Competitividade externa e coesão interna

O potencial geográfico e económico da RAM assenta nas condições de sítio (localização geoestratégica), no padrão de recursos naturais suscetíveis de valorização de mercado e aos recursos construídos e de iniciativa existentes (nomeadamente, nas áreas de especialização económica consolidada e outras emergentes), mas também no Sistema Regional de Inovação.

O Enquadramento geoestratégico do PROTRAM (SRARN/DROTA, 2018) recorda que a integração da RAM na região da Macaronésia tem sido tradicionalmente considerada como um potencial geoestratégico a relevar, nomeadamente em áreas de especialização como os Recursos e Tecnologias do Mar, a Bio-Sustentabilidade e o Turismo. A cooperação nos capítulos da inovação e da sustentabilidade turísticas e a consideração de condições regulares de conectividade entre si ainda não concretizada constituem fatores a ponderar em termos de posicionamento geoestratégico da RAM, na sua articulação com as rotas transatlânticas.

Na ótica da vertente do Diagnóstico Prospetivo Regional que pretende combinar competitividade face ao exterior e coesão territorial, importa convocar diversas lógicas convergentes de análise:

- recursos/argumentos competitivos principais (Turismo, Economia Azul, Energia e Serviços de Conhecimento);
- elementos enriquecidos de valorização de recursos (Agricultura, Desenvolvimento Rural, Pescas e Aquicultura, …) - abordados no âmbito da Agenda Temática da Sustentabilidade e Valorização dos Recursos Endógenos - secção B 2.4); e
- dimensões-problema de âmbito territorial que condicionam a coesão interna e podem comprometer a competitividade externa, em contexto de mudança se não de paradigma, pelo menos de argumentos competitivos (sustentabilidade, equidade, …).

2.3.1. Competitividade externa

O Diagnóstico da Competitividade externa regional é conduzido em torno das variáveis seguintes: (i) Especialização da economia regional; (ii) Tendências de evolução recente da especialização turística; e (iii) Diversificação Económica.

(i) Especialização da economia regional

A Região Autónoma da Madeira apresentava em 2017 uma estrutura de especialização do emprego (face à média do Continente) muito marcada por cinco ramos de atividade: "Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio", "Alojamento, restauração e similares", "Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas", Agricultura, Produção animal, Floresta e Pesca" e Construção.

Um conjunto de outros ramos de atividade tem algum relevo na especialização regional: "Transportes e armazenagem"; "Captação, tratamento e distribuição de água; Saneamento, Gestão de Resíduos e despoluição"; e "Atividades Imobiliárias".

Tabela 37: Quociente de Localização dos Estabelecimentos e dos TPCO, entre a RAM e o Continente

CAE	Estabelecimentos		TPCO	
	2013	2017	2013	2017
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1,77	1,62	1,53	1,42
B - Indústrias extrativas	0,77	0,68	0,47	0,36
C - Indústrias transformadoras	0,51	0,48	0,30	0,27
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,86	0,68	-	3,19
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0,88	2,92	0,85	1,16
F - Construção	0,76	0,66	1,14	1,25
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	0,82	0,79	1,01	1,00
H - Transportes e armazenagem	1,98	1,71	1,36	1,20
I - Alojamento, restauração e similares	1,27	1,50	2,21	2,24
J - Atividades de informação e de comunicação	0,80	0,90	0,49	0,57
L - Atividades imobiliárias	1,11	0,93	1,27	1,15
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	0,76	0,78	0,76	0,75
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1,10	1,16	-	0,99
P - Educação	0,82	0,68	0,97	0,93
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	0,89	0,87	0,81	0,74
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1,28	1,19	1,50	1,43
S - Outras atividades de serviços	0,85	0,77	1,05	1,02

Nota: QLrj é o quociente de localização da atividade j na região r (R.A. Madeira), face ao espaço padrão (Continente); QLrj=(Xrj/Xr)/(Xpj/Xp); Xrj é o valor da variável x para a atividade j na região r (R.A. Madeira); Xr é o valor da variável x para o conjunto de atividades na região r (R.A. Madeira); Xpj é o valor da variável x para a atividade j no espaço padrão (Continente); Xp é o valor da variável x para o conjunto de atividades no espaço padrão (Continente).

Fonte: INE, *Sistema de Contas Integradas das Empresas*.

Algumas iniciativas empresariais recentes ligadas a atividades intensivas em conhecimento podem constituir elemento de dinamização de novas áreas de atividade até agora pouco expressivas, em termos económicos e empregadores. Em particular, merecem destaque iniciativas empresariais no domínio das TICE, em que empresas da Região têm conseguido afirmar-se nos mercados internacionais, e processos de articulação com o tecido empresarial, por parte da Universidade e de outras entidades do Sistema Regional de Inovação. Esta última dimensão tem-se revelado especialmente promissora no apoio a

atividades transformadoras e na valorização das variedades regionais de produtos primários com viabilidade tecnico-económica de exploração.

A Região tem evidenciado condições propícias ao desenvolvimento de um Cluster de TIC, detendo unidades de I&D e de formação de competências (UMa, M-ITI, Startup Madeira, centros de I&D e outros centros de formação em TIC). A potenciação integrada destes recursos poderá contribuir para estruturar um cluster de empresas de tecnologias de informação capazes de desenvolver novos produtos e exportar serviços para o mercado global, nomeadamente nas áreas da hotelaria e animação turística, nas quais existem projetos testados e prontos a serem replicados fora da Região, bem como na área do e-*Government*, explorando as oportunidades de transformação digital.

Um futuro Cluster das Tecnologias de Informação (em articulação dinâmica com as atividades de especialização da economia regional) deveria agrupar um conjunto de iniciativas empresariais a operar na Região, com produtos e serviços potenciando as vendas e dando maior visibilidade às empresas e a integrar os "outputs" da função incubação de empresas resultantes do trabalho da Startup Madeira e outros que venham a resultar das atividades futuras do Tecnopolo e do Projeto Ribeira Brava.

Os indicadores relativos à **demografia das empresas** apontam no sentido de uma redução do ritmo de criação de novas empresas (superior a 30%, no período 2013-2017), a par de um crescimento acentuado da mortalidade empresarial fruto de uma taxa de sobrevivência pós 2 anos que se situava em 57%, no final de 2017; a taxa de sobrevivência pós-2 anos das empresas dos ramos de atividade internacionalizáveis era, então, semelhante à da economia em geral.

A proporção de nascimentos de empresas em setores de alta e média tecnologia melhorou entre 2013 (0,73%) e 2017 (1,76%) mas manteve-se em níveis baixos para as necessidades de transformação de base tecnológica das empresas madeirenses.

O conhecimento da evolução recente do tecido empresarial regional e das respetivas dinâmicas de investimento evidencia **vulnerabilidades económico-financeiras das empresas** que importa ter presente numa perspetiva de identificação de prioridades futuras nas ajudas públicas de alavancagem do desenvolvimento empresarial.

Os dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas mais recentes, evolução 2012-2016, permitem traçar um retrato impressivo do tecido empresarial madeirense:

- 90% das Sociedades Não Financeiras (SNF) são micro empresas e geram apenas 18% do volume total de negócios;

- A dimensão das SNF regionais registava 5,7 pessoas ao serviço (para uma média nacional de 6,6 pessoas) e um volume de negócios anual médio de 0,58 M€uros (média nacional de 0,8 M€uros), com variação negativa no período 2012-2016;
- As atividades dominantes estão concentradas no comércio e serviços (81% das SNF, com eventual enviesamento provocado pela sediação no CINM de 23% das atividades de consultoria);
- Metade das SNF apresentaram, no exercício de 2016, um crescimento médio do volume de negócios de 3,2%; apenas 4,6% integravam o sector exportador (média nacional de 5,6%);
- A Autonomia Financeira (AF) agregada registava o valor mais elevado de Portugal (46%) e mais de 50% das SNF da RAM apresentava AF inferior a 21%, em 2016;
- As SNF da RAM apresentam resultados líquidos negativos, uma pressão financeira superior a 100%, Capitais Próprios e respetiva rentabilidade negativos e elevado volume de devedores com crédito vencido;
- A rentabilidade dos Capitais Próprios era negativa, com variação de mais 7,7 pp entre 2015 e 2016.

Em matéria de **dinâmicas de investimento empresarial**, o "ranking" dos principais ramos de atividade económica que beneficiaram de apoios às empresas veiculados pelos diversos Sistemas de Incentivos apresenta um perfil semelhante ao da distribuição setorial do universo das empresas e ao padrão setorial de projetos aprovados no âmbito do Eixo da Competitividade Empresarial do PO Intervir + (QREN 2007-2013). Paralelamente, predominam projetos com baixa dimensão de investimento, mesmo em Prioridades de Investimento que deveriam estar vocacionalmente ao serviço da competitividade económico-empresarial da Região, a par de uma utilização pouco seletiva dos apoios às empresas que visam contribuir para atenuar os sobrecustos da ultraperificidade.

O Relatório de Monitorização do PO Madeira 14-20, referente a 2018, recomenda uma maior focagem do papel dos Incentivos ao investimento empresarial no ajustamento do padrão de especialização, corrigindo a repartição das áreas de atividade das empresas beneficiárias e aumentando o volume de projetos orientados para o investimento em fatores dinâmicos de competitividade.

(ii) Tendências de evolução recente da especialização turística

Entre os principais traços de caracterização do setor do Turismo na RAM, salientam-se:

- dinâmica de crescimento desde 2010 que atingiu em 2017 um volume global superior a 8,3 milhões de dormidas consideradas as diversas tipologias de alojamento (valor mais elevado desde que é feita esta contagem);
- os indicadores da "performance" do alojamento turístico demonstram que o setor se desenvolveu entre 2010 e 2017 em fluxos turísticos, na ocupação, nos preços e na rentabilidade; a partir do verão de 2018, o setor tem revelado sinais de abrandamento confirmados pelos dados estatísticos do 1° semestre de 2019.

Alguns indicadores mostram tendências de evolução favorável para a RAM, nomeadamente nas variáveis: crescimento do efeito volume (n° de estabelecimentos, capacidade de alojamento absoluta e relativa - face aos residentes, …); indicadores de ocupação (estada média - ainda que em queda -, e ocupação cama); e ganhos nas "performances" económico-financeiras (RevPar e proveitos de aposento por hóspede).

Tabela 38: Evolução dos Indicadores de turismo, no período 2013-2017

Indicador	RAM		Portugal	
	2013	2017	2013	2017
Estabelecimentos hoteleiros (N.°)	322	1.194	3.345	5.840
Capacidade de alojamento (N.°) nos estabelecimentos hoteleiros	31.468	39.155	326.187	402.832
Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	112,0	153,8	31,2	39,1
Hóspedes (N.°) nos estabelecimentos hoteleiros	1.123.177	1.617.208	15.209.605	23.953.765
Estada média (N.°) nos estabelecimentos hoteleiros	5,6	5,2	2,9	2,7
Taxa líquida de ocupação cama (%) nos estabelecimentos hoteleiros	57	63	39,7	48,9
Proporção de hóspedes estrangeiros (%)	81,7	80,9	56,7	60,9
Dormidas (N.°) nos estabelecimentos hoteleiros	6.214.949	8.359.989	43.533.151	65.385.210
Hóspedes (N.°) nos estabelecimentos de turismo no espaço rural – mil pessoas	14	33	324	795
Proveitos de aposento (€) dos estabelecimentos hoteleiros	170.882	273.812	1.370.104	2.737.998
Proveitos de aposento por capacidade de alojamento (mil €)	5,8	7,0	4,6	6,8
Rendimento médio por quarto (Rev Par) (€)	34,8	43,5	30,2	46,2
Proveitos de aposento por hóspede (€)	157,8	169,3	95,3	114,3

Fonte: INE, *Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos*.

Entre os constrangimentos que afetam o setor de especialização económica regional, são destacados os seguintes:

- Forte dependência dos 3 primeiros mercados emissores - Alemanha, Reino Unido e Portugal - em 2018, a quota destes 3 mercados nas Dormidas, era de 60%. Tal significa que oscilações e distorções nestes mercados, originam por sua vez quebras no Destino o que tem sucedido com os casos do Reino Unido e da Alemanha, que apresentam desacelerações nas respetivas economias, e poderá acontecer também com a persistência de elevadas tarifas praticadas a partir de Portugal Continental.
- Peso do mercado inglês nos mercados emissores para a Região (em 2018, quota aproximada de 20% no que respeita a Hóspedes e cerca de 23% relativamente às Dormidas), sensível a fenómenos como o Brexit e consequente clima de incerteza económica na União Europeia, com a desvalorização da moeda, etc.
- Constrangimentos de acessibilidades externas – inoperacionalidade do Aeroporto da Madeira associada à pressão/congestionamento verificado no Aeroporto de Lisboa que ocasiona dificuldades técnicas, atrasos que afetam a Região.
- Concorrência agressiva de destinos turísticos como a Grécia, Turquia e Egito, com políticas de preço agressivas associada ao peso dos grandes "tour-operators" no negócio que condicionam a evolução dos preços, pese o diferencial de níveis de segurança existentes.
- Aumento da capacidade hoteleira regional que se confronta com a dificuldade de aumentar a oferta de ligações aéreas e com a necessidade de recursos humanos qualificados e especializados para responder ao crescimento da oferta de alojamento (clássico e local).

A evolução do transporte aéreo tem evidenciado uma diminuição de rotas e frequências, fruto das insolvências de companhias de "low-cost", mas também pelas dificuldades de operação do Aeroporto da Madeira, que aumenta o risco e os custos das companhias aéreas, sendo imprescindível desenvolver ações para aumentar a competitividade das acessibilidades da RAM, em particular redimensionar a capacidade de transporte aéreo (com eventual atração de novos operadores para a Região), bem como as verbas alocadas à promoção e captação de voos para a Região.

O transporte "charter", com regularidade semanal, tem proporcionado estadas médias mais elevadas. A articulação entre a oferta e a procura tem sido assegurada através de contratos com grossistas (OT's), transporte aéreo "charter" e comercialização através de retalhistas. O modelo de negócio tradicional ("package holidays" - férias com transporte e alojamento incluídos e parte da alimentação) conduziu a uma concentração excessiva

num número muito reduzido de grandes grupos de operadores grossistas que controlam o mercado do retalho (agências de viagens), o transporte aéreo, a duração das estadas e a oferta, ao nível dos preços e outras condições contratuais e de serviço.

Entre as dinâmicas de afirmação competitiva da Região no mercado turístico internacional, destacam-se, no passado recente:

- A visibilidade gerada para o Destino Madeira graças à atribuição consecutiva de prémios tanto para o Destino como para a sua Hotelaria[7], afirmando-se na relação de preço/qualidade e excelência de serviço, aliada à sua tradicional hospitalidade; a Madeira concorreu nesta categoria ao lado de grandes destinos turísticos como as Canárias, Baleares, Sardenha, Malta, Chipre, entre outros.
- A procura da Madeira para a realização de grandes eventos e competições em diversas modalidades desportivas (Natação, Polo Aquático, Triatlo, Trail Running, BTT) que gerou fortes benefícios no que respeita à notoriedade e visibilidade do Destino.
- O reforço da oferta de infraestruturas para grandes eventos, congressos e centros de exposições.
- A aposta na requalificação do parque hoteleiro, com melhoria qualitativa das infraestruturas e serviços oferecidos, reforça a qualidade da oferta e do serviço. Desde 2015 até à data, cerca de 25% dos Estabelecimentos Hoteleiros com mais de 10 anos, foram alvo de remodelação e requalificação (integral ou parcial) nas suas estruturas.
- O crescimento da rentabilidade do setor: os indicadores RevPar, proveitos de aposento e proveitos totais cresceram no período de 2015 a 2019 acima de 22% tendo os proveitos de aposento atingido uma variação positiva de 26,4%.

O Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira (POT) de 2002, foi revisto em 2017 e denominado de *Programa de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira (2017-2027)*.

A *Estratégia para o Turismo da Madeira (2017-2021)*, identifica as áreas que necessitam de intervenção prioritária tendo traçado orientações para a requalificação do turismo da

[7] A Madeira foi eleita o "Melhor Destino Insular do Mundo" de 2015, 2016, 2017 e 2018 pelos World Travel Awards. Tendo ainda em 2013, 2014, 2016, 2017,2018 e 2019 ganhou o prémio de "Melhor Destino Insular na Europa" (Europe's Leading Island Destination).

Madeira, aposta apresentada como um desígnio fundamental para o desenvolvimento do setor mas também para o desenvolvimento económico, social e ambiental da Região.

O objetivo da Estratégia focado na *qualificação e consolidação da oferta turística*, tem em vista uma aposta integrada nas seguintes áreas: (i) Inovação e modernização da oferta; (ii) Formação dos profissionais do turismo; (iii) Aumento da satisfação dos turistas; (iv) Consolidação da qualidade do serviço e da cultura madeirense de "bem-receber"; (v) Preservação e valorização do património natural, histórico e cultural; e (vi) Regulamentação do setor.

As orientações estratégicas reforçam a preocupação com a requalificação do setor e assentam no pressuposto que esta deve ser atingida através de "incentivos à modernização e sofisticação da oferta de alojamento turístico, pela diversificação e qualificação da nova oferta de alojamento e em especial pela manutenção de um padrão de qualidade elevado".

Em relação ao Modelo Turístico e ao Modelo Territorial preconizados para o desenvolvimento, o Destino deve priorizar a requalificação do produto em termos de alojamento, do binómio natureza/paisagem e da valorização da Cidade do Funchal.

Esta valorização do Funchal é potenciada pela continuidade sustentada da procura de cruzeiros cujas escalas têm vindo a crescer regularmente nos últimos anos: o movimento de passageiros no Porto do Funchal aumentou 13,1%, entre 2013 e 2018, com um pico acentuado em 2015 (574.774 passageiros em trânsito).

A capacidade de alojamento atual (dados de maio de 2019) da RAM em todos os tipos de alojamento (estabelecimentos hoteleiros, turismo em espaço rural e alojamento local), aproxima-se de 50 mil camas, maioritariamente localizadas no Funchal e com o Alojamento Local a representar cerca de 37% da oferta de camas.

A informação formal (*Estatísticas do Turismo*, DREM) relativa ao alojamento local aponta para um volume mais próximo das projeções do POT e com uma trajetória entre 2013 e 2017 marcada pelos níveis de crescimento acentuados da capacidade de alojamento, do pessoal ao serviço e da dinâmica de hospedagem. O comportamento do pessoal ao serviço por quarto parece apontar para uma maior organização da oferta deste segmento, aumentando a um ritmo mais elevado que o volume de dormidas.

Tabela 39: Principais indicadores do alojamento local (N°)

Rubricas	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2012-17 (%)
Hóspedes entrados	25.047	38.370	58.263	93.067	142.225	713,7
Total de hóspedes	27.210	41.241	63.094	99.840	152.856	692,2
Dormidas	142.815	206.076	313.290	480.161	747.902	631,2
Estada média (N.° de noites)	5,7	5,4	5,4	4,8	4,9	-16,4
Quartos	924	1.270	1.789	2.509	3.472	356,2
Capacidade de alojamento	1.909	2.626	3.731	5.218	7.222	358,2
Pessoal ao serviço	233	361	549	899	2.829	1365,8

Nota: Moradias turísticas e outros estabelecimentos de alojamento local incluídas.

Fonte: Estatísticas do Turismo da RAM, DREM.

Todavia, e de acordo com a monitorização levada a cabo pela Direção Regional de Turismo, verifica-se nos últimos tempos um abrandamento significativo neste tipo de alojamento: os registos cancelados em junho de 2019 foram cerca de cinco vezes superiores ao número de novos registos.

(iii) Diversificação Económica

As questões relativas à diversificação do modelo económico regional, caraterizado pela especialização turística, têm sido frequentemente abordadas, nomeadamente em versões anteriores do Plano de Desenvolvimento Económico e Social (p. ex., 2013 e 2020) e em diversos estudos, avaliações e outros documentos centrados na análise e na prospetiva do desenvolvimento regional. Trata-se de um desafio típico das economias insulares em que o reconhecimento da atividade turística (mais ou menos clusterizada e como pólo nuclear da criação de valor, rendimento e emprego) fundamenta uma afetação de recursos públicos ao investimento físico (infraestruturas, equipamentos, amenidades urbano-territoriais, …), contribuindo para a alavancagem do investimento privado.

Na RAM a manutenção da especialização turística representa a possibilidade de potenciar esse capital físico e outros elementos de excelência existentes, assegurando resultados enquanto retorno do investimento público, no setor que constitui a maior fonte de geração de rendimento privado e de emprego da economia regional.

Para a sustentabilidade da economia madeirense o desafio latente consiste em proporcionar condições para que novas atividades geradoras de rendimento afirmem os seus modelos de negócio em torno de oportunidades económicas em diversas cadeias de valor que potenciem recursos endógenos, competências e integração em redes de valorização de mercado.

O *Plano Referencial Estratégico para a Economia da RAM (PREE-RAM), no horizonte de 2020* (IDE, 2013), abordava esta problemática e desenhava mesmo o Cenário -

Internacionalização com Diversificação económica. Este Cenário valorizava a possibilidade de um esforço mais globalizado dos diferentes agentes públicos, associativos e privados de forma a acrescentar dinâmicas e valor ao "ponto de partida" (sobre-especialização da economia regional).

No Cenário - *Internacionalização com Diversificação económica* tinha-se em vista "explorar as oportunidades que se abrem, tanto pelo peso estruturante dos investimentos públicos realizados no ciclo anterior de infraestruturação e dos novos instrumentos das políticas públicas financiadas pelos FEEI, procurando partir da procura tendencial que poderá impulsionar o crescimento das atividades ligadas à renovação do modelo de especialização, à sociedade de conhecimento, à qualificação avançada dos recursos humanos (ensino superior e formação técnica especializada) e às atividades cientificas de conhecimento e inovação".

O Cenário - *Internacionalização com Diversificação económica* apostava numa "viragem global da Madeira para o mundo exterior" e valorizava as "formas de regulação pública e as sinergias privado-públicas, bem como a consolidação do Sistema Regional de Inovação e os Clusters de atividades emergentes (Energias Renováveis, Economia do Mar, Bio-sustentabilidade, Saúde, …) como vetores estratégicos para a modernização sustentada da Região". Em termos de orientações, recomendava-se:

- Aproveitamento concertado da renovação do tecido económico existente e da sua valorização, nomeadamente nas produções agrícolas, nas pescas/aquicultura e nas indústrias alimentares, com a atração de novas atividades vocacionadas para incorporar conhecimento científico e técnico (dinamizando a procura de técnicos e quadros) e com o reforço das instituições científicas e tecnológicas existentes e pela transformação do Sistema Regional de Inovação.
- Reestruturação das atividades tradicionais, valorizando-as num contexto dos mercados globais, com criação e reforço dos polos de especialização nascentes.
- Transformação setorial através do desenvolvimento de atividades de elevado valor acrescentado, acompanhado pela mudança qualitativa das atividades de especialização, gerando aumento da riqueza.

Dada a dimensão reduzida do mercado regional são necessárias alternativas ao crescimento das suas empresas, através de processos de internacionalização a qual deve ser encarada como o corolário natural desse crescimento e uma inevitabilidade face à menor proteção à entrada de produtos. As empresas devem posicionar-se para atuar

noutros mercados, promovendo a ideia do que "a Madeira faz bem" e devem apetrechar-se de argumentos competitivos (marca, *know-how* e competências, design, qualidade, preço e serviço, criação de redes comerciais, deslocalização parcial de atividades, ...) para abordar a penetração bem sucedida em mercados externos.

Do ponto de vista dos instrumentos de promoção do desenvolvimento empresarial, o CINM dispõe de algumas virtualidades para poder ser mobilizado nesta ótica da diversificação económica, com prioridades associadas a cadeias de valor que potenciem uma renovação gradual de base económica regional. Esta aposta pressupõe dinâmicas de atração de empresas e de investimentos em setores emergentes e promissores, com destaque para a Economia Azul, a Energia e Mobilidade sustentáveis, a Economia Circular, os Serviços de Conhecimento e outros.

Uma nova geração de incentivos deveria estabelecer prioridades de apoio em matéria de internacionalização apoiando as empresas, autonomamente e em cooperação, para o aproveitamento de oportunidades em mercados estratégicos para a RAM.

Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM)

Na frente externa, a RAM tem beneficiado desde há mais de duas décadas de um regime fiscal favorável para as atividades empresariais desenvolvidas na Zona Franca e CINM, p. ex., oferecendo benefícios fiscais em sede de IRC que melhoram sensivelmente as condições de competitividade da Região.

O CINM inclui três áreas principais de investimento: a Zona Franca Industrial, o Registo Internacional de Navios - MAR e os Serviços Internacionais. O regime fiscal, aprovado pela Comissão Europeia no âmbito do regime de Auxílios de Estado concedidos a Portugal, tem um período de produção de efeitos em vigor até 2027.

Em 2018, o CINM gerou para os cofres da RAM 121,7 milhões de euros em receita fiscal efetiva (dados da Autoridade Tributária). O contributo para o total da receita fiscal da Madeira foi de 13,3% (12,8% no exercício de 2017).

No final de 2018, estava licenciado um total de 2.238 entidades e, no fim de 2017 (último ano a ser apurado o emprego), o número de postos de trabalho diretos no âmbito dos três setores de atividade era de 2.986 (2.5% do emprego total da RAM).

O CINM enquanto continuar a ser entendido como instrumento cuja missão é essencialmente de otimização fiscal, permanecerá sob pressão crescente. Embora o CINM não esteja listado entre os chamados paraísos fiscais, a pressão para uma maior harmonização fiscal na UE não deverá perder importância e nesse contexto a RAM tem uma posição negocial difícil.

Do ponto de vista estratégico, tal significa que os recursos mobilizáveis no quadro dos instrumentos de financiamento ao investimento com origem nos FEEI devem ser focados no apoio à atração e promoção do investimento privado regional, nacional e internacional.

No passado recente (2013-2017), os dados relativos à demografia das empresas, nomeadamente na vertente Nascimentos (cf. INE, Demografia das Empresas) revelam entre as dez atividades mais representadas na criação de novas empresas uma apreciável presença das seguintes atividades:

- Agricultura e atividades de serviços relacionados (metade das empresas nascidas em 2013, apontando para a empresarialização de atividades de base familiar);
- Atividades de serviços administrativos e de apoios prestados às empresas (cerca de 16%, em 2013, e 29%, em 2017) repercutindo dinâmicas associadas ao florescimento das TIC, incorporando competências em iniciativas de negócio e formalizando a atividade de "startups";
- Atividades de saúde humana, setor predominantemente público e da economia social, representando a criação de algumas centenas de unidades empresariais em cinco anos.

A análise do VAB e do Volume de Negócios, no período 2013-2017, não evidencia sinais de mudança relativamente à expressão económica de novos ramos de atividade económica, com grande concentração, na análise da CAE a dois dígitos, no Comércio por Grosso e a Retalho e no Alojamento e Restauração.

Tabela 40: Distribuição das 5 Atividades mais representativas, no VAB e no Volume de Negócio (em %)

VAB			Volume de negócios		
CAE	**2013**	**2017**	**CAE**	**2013**	**2017**
55 – Alojamento	14,2	18,4	47 - Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos	21,3	21,2
46 - Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos	6,7	7,5	46 - Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos	17,2	15,6
47 - Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos	7,2	7,4	55 - Alojamento	7,0	9,5
35 - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	8,8	6,4	42 - Engenharia civil	7,5	4,5
52 - Armazenagem e atividades auxiliares dos transportes (inclui manuseamento)	10,0	6,1	56 - Restauração e similares	3,5	4,3

Nota: Utilizadas as 5 atividades com maior peso em 2017; existem quebras de série em algumas atividades, conforme o ano em análise.

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas.

2.3.2. Coesão interna

Povoamento e Ocupação do Território

As dinâmicas de infraestruturação material para o desenvolvimento tiveram natural impacto na competitividade territorial favorecendo uma maior proximidade ao usufruto de funções administrativas e de regulação sediadas no Funchal (equipamentos e serviços de saúde, educação superior, …) e ao Aeroporto Internacional.

A nível da densidade de ocupação do território a RAM apresenta duas realidades relativamente distintas: (i) a *costa sul*, onde se concentra a maior parte da população residente e onde se localizam as principais infraestruturas, equipamentos e atividades económicas, principalmente no eixo Ribeira Brava - Machico, destacando-se a Cidade do Funchal e as zonas limítrofes, onde se registam densidades superiores a 20 mil hab/km2; e (ii) a *costa norte*, com características mais rurais, uma menor ocupação do território, maior envelhecimento populacional e maior dificuldade de acesso a equipamentos e serviços de nível superior (como a saúde e/ou a educação).

A tabela seguinte mostra as tendências de ciclo e mais recentes de uma demografia regional em mudança que testemunham a dicotomia acima referida e questionam a trajetória de correção de assimetrias territoriais de desenvolvimento, com esforço de relevante investimento público associado (parques empresariais, equipamentos de proximidade, etc.).

Tabela 41: Evolução da População Residente (2001-2018)

	2001	2011	2018	Variação (%)	
				2001-18	2011-18
Funchal	105125	109990	104129	-0,9	-5,3
Costa Norte (São Vicente, Porto Moniz e Santana)	17815	15775	14250	-20,0	-9,7
Costa Leste (Santa Cruz e Machico)	52864	64539	64838	+22,7	+0,5
Costa Oeste (Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta)	67635	68547	65552	-3,1	-4,4
Porto Santo	4573	5385	5176	13,2	-3,9
Total RAM	248012	264236	253945	2,4	-3,9

Fonte: INE, Estimativas Anuais da população residente.

A possibilidade de o retorno da diáspora madeirense, sobretudo da Venezuela, poder contribuir para alguma realocação de população no território, com redução da pressão sobre a faixa costeira, em torno da concentração do Funchal, carece de evidências embora se registe um volume de entradas no sistema de ensino, com alguma expressão em termos globais.

A distribuição da população no território está em consonância com a estrutura de povoamento, baseada numa rede urbana macrocéfala (onde o Funchal ocupa o topo da hierarquia), seguida por quatro cidades (Câmara de Lobos, Caniço, Santa Cruz e Machico) que têm vindo a aumentar a sua população.

Graças às novas infraestruturas rodoviárias (Via Regional e Vias Expresso), a complementaridade entre o Funchal e os centros urbanos envolventes aumentou e a rede urbana tornou-se mais coesa, sendo possível distinguir uma mancha urbana que se desenvolve para este e leste do Funchal (em concordância com o traçado da Via Regional), e que se considera como uma aglomeração metropolitana à escala regional.

Nesta mancha urbana densa tem-se registado ao longo dos últimos anos uma tendência para a concentração da população nas sedes de concelho e núcleos urbanos, em detrimento das áreas rurais, com consequente aumento do peso dos principais aglomerados urbanos de menor dimensão e a consolidação da aglomeração urbana sustentada pelas principais vias de comunicação.

A **acessibilidade e** os **transportes** desempenham, nesta perspetiva, um argumento competitivo de especial relevância sendo de destacar:

- melhoria das acessibilidades rodoviárias (VR e Vias Expresso); os ganhos de acessibilidade alcançados no território regional favoreceram o aumento das deslocações entre a generalidade dos concelhos da RAM, contribuindo para a melhoria significativa da mobilidade da população e das condições de segurança;
- expansão da rede de transportes coletivos, elevando a cobertura territorial e populacional dos serviços de transporte rodoviários interurbanos;
- implementação de ações de requalificação do espaço público dos centros urbanos, por parte de alguns municípios, que deverão permitir fomentar a utilização dos modos suaves, no futuro;
- instalação de postos de carregamento de veículos elétricos de forma generalizada em toda a Ilha;
- existência de um "Plano de Oferta de Referência", a ser utilizado no concurso público para a concessão dos referidos serviços de transporte nos municípios (a ser lançado em 2019); trata-se de uma nova rede interurbana mais alargada e abrangente de todo o território.

Organização territorial

O domínio da organização territorial, também com óbvias relações com a competitividade, apresenta diversas evidências de desregulação:

- fragilidades do território regional, em especial na Ilha da Madeira e no Funchal, fruto de riscos naturais, cujos efeitos na década passada se tornaram visíveis e foram, entretanto, mitigados com os investimentos efetuados com apoio do POSEUR;
- povoamento disperso com elevados custos de infraestruturação e acessibilidade;
- densificação da acessibilidade rodoviária com a criação de uma rede regional que fomentou determinantemente a coesão regional, mas estabelece uma grande pressão na expansão das redes municipais nas zonas altas e naturais da Ilha da Madeira;
- centros urbanos com uma estrutura marcada pela reduzida expressão do sistema de espaços públicos, dispersão da rede de equipamentos, parque habitacional em crescimento mas com uma oferta atual desajustada ou a carecer de reabilitação;
- inexistência de um sistema ecológico regional formal, no âmbito do planeamento regional que se reflete na ausência de uma visão comum entre municípios para as reservas ecológica, florestal e agrícola, consideradas facultativas no sistema territorial regional;
- sistema de gestão de riscos no âmbito do ordenamento do território ainda insuficiente, com implantação de áreas habitacionais e atividades económicas em zonas de risco identificadas nos instrumentos de gestão do território.

Coesão económica - o estatuto da Ilha de Porto Santo

Na RAM uma das principais dimensões da Coesão Interna remete para a coesão económica inter-ilhas procurando que o modelo económico regional possa disseminar os seus efeitos positivos sobre a totalidade do território da Região e não apenas sobre a cidade - capital regional e os municípios mais próximos que concentram a oferta de alojamento hoteleiro e os serviços e atividades complementares do Cluster Turismo Lazer. A problemática da coesão económica reveste neste contexto territorial de dupla insularidade que caracteriza a Ilha do Porto Santo uma especial relevância para a capacidade competitiva do modelo turístico e económico da RAM:

- assegura à oferta turística e hoteleira da Região um elemento de produto e localização não existente nos demais concelhos;

- tem proporcionado soluções de recurso no transporte aéreo para atenuar as dificuldades, ultimamente mais frequentes, de operacionalidade do Aeroporto da Madeira devido à intensidade dos ventos.

A definição de um Plano de Contingência, em alternativa ao encerramento temporário do Aeroporto da Madeira, surge como eventual solução através de ligação em "ferry" entre o Porto Santo e a Madeira, com desembarque no Porto do Caniçal, o que pressupõe obras nesta infraestrutura e o investimento numa nova embarcação de maior capacidade e rapidez (45 minutos).

A abordagem de Enquadramento geoestratégico do Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT-RAM, DROTA), integra a variável Porto Santo na coesão territorial em geral referindo, nomeadamente:

- a inserção significativa do recurso turístico Praia de Porto Santo na oferta turística da RAM, ainda que com uma oferta limitada à relação balnear-hoteleira;
- a existência de ligação marítima ao Funchal, dispondo de condições de operacionalidade regular que favorece a relação com a procura interna regional ainda que vincadamente sazonal;
- o contributo para a minimização das vulnerabilidades climáticas do Aeroporto Internacional, aumentando a diversidade e abrangência das ligações que servem a Região, como um todo; a efetividade deste contributo depende de uma articulação mais estruturada no domínio da gestão operacional integrada do Aeroporto Internacional com o Aeroporto de Porto Santo, articulação que deverá abranger as ligações marítimas entre o Funchal e o Porto Santo.

Esta integração e complementaridade Madeira-Porto Santo deve ser dotada de maior sustentabilidade ambiental, económica e social quer aumentando as relações entre a procura turística e a economia local, quer experimentando soluções que atenuem a elevada dependência energética da Ilha.

Neste domínio, encontra-se em implementação o Projeto Porto Santo Sustentável (*Smart Fossil Free Island*) que tem por finalidade transformar a Ilha num território sem combustíveis fosseis, começando pela utilização de duas dezenas de veículos elétricos e pelo reforço da valorização de fontes renováveis de energia. A Ilha tem um parque automóvel com idade média muito elevada e poluente pelo que o Projeto deve ser encarado numa perspetiva experimental de contributo para a mudança a longo prazo.

O adensamento destas iniciativas deve evoluir também no sentido de dinamizar oportunidades económicas e de negócio na esfera da Economia do Mar (desde logo, as vertentes produtivas da pesca, de lazer e desportivas) e projetos de desenvolvimento agrícola e pecuário suscetíveis de aumentar a oferta de produtos locais para fornecimento às unidades hoteleiras existentes na Ilha, a par de processos de florestação em áreas mais sujeitas a riscos de erosão.

- ***Coesão territorial e atividades económicas - a atração de empresas e investimentos***

Na oferta de **equipamentos e serviços de apoio às empresas,** designadamente parques de atividades económicas, destaca-se a rede de 12 **Parques Empresariais,** cobrindo os vários municípios da Região e gerida pela Madeira Parques Empresarias, entidade responsável pela criação de espaços devidamente infraestruturados para a instalação de atividades empresariais assegurando, simultaneamente, um conjunto de serviços de gestão e manutenção de infraestruturas, equipamentos e áreas comuns.

Tabela 42: Dinâmicas de ocupação dos Parques Empresariais (2012-2019)

Parque Empresarial	Lotes em 2019		Ocupação (%)	
	N.º Total	N.º Ocupados	Dez. 2012	Jul. 2019
Camacha	20	18	85,0	90,0
Porto Santo (a)	35	18	48,5	51,0
Ginjas	42	3	7,1	7,0
Machico (b)	42	22	48,7	52,0
Calheta	57	39	28,0	68,0
Santana (c)	35	8	21,2	23,0
Ponta de Sol	18	-	-	-
Porto Moniz (d)	16	8	20,0	50,0
Ribeira Brava	44	15	43,2	34,0
Câmara de Lobos	46	28	60,9	61,0
Zona Oeste (PEZO)	14	14	100,0	100,0
Cancela	65	65	100,0	100,0
Total	**434**	**238**	**46,7**	**55,0**

(a) 33, em 2012; (b) 39, em 2012; (c) 33, em 2012; (d) 15, em 2012.
Fonte: MPE - Madeira Parques Empresariais, S.A.

De acordo com os dados da entidade gestora, do total de 434 lotes dos 12 Parques estavam ocupados 238, em Julho de 2019. Esta taxa de ocupação de 55% expressa uma relativa heterogeneidade de situações: níveis de ocupação elevados nos parques da Cancela, da Zona Oeste e da Camacha e níveis de ocupação reduzidos (Ribeira Brava, Porto Moniz e Santana), muito reduzidos (Ginjas-São Vicente) e nulos (Ponta do Sol); em vários parques ocorreram melhorias nos níveis de ocupação, entre 2012 e 2019. Alguns

parques têm um padrão de acessibilidades pouco atrativo para a fixação e atividade das empresas (Machico, Calheta, São Vivente e Câmara de Lobos).
Mais recentemente, o Governo Regional viabilizou a modalidade de venda de lotes às empresas, até agora disponibilizados apenas na modalidade de arrendamento a qual se revelou limitativa da capacidade de investimento empresarial.

Na fase atual, e na ótica da Qualificação, importa proceder a um levantamento sistemático das necessidades de melhoria das infraestruturas existentes (acessibilidades, ordenamento interno, modernização de pavilhões, …) e avaliar as condições para estruturar uma componente de serviços comuns a prestar às empresas que deveria integrar o *layout* dos Parques.

A natureza e a dimensão dos recursos existentes, em matéria de oferta de solo infraestruturado dos Parques Empresariais da Região deparam-se com uma forte competição que se estabelece entre espaços de localização alternativa, que justificarão operações de promoção por parte da entidade gestora.

A promoção económica dos Parques Empresariais tem de assumir uma razoável componente voluntarista, numa lógica que favoreça negociações institucionais orientadas para assegurar localizações interessantes na ótica do desenvolvimento do território de novos investimentos produtivos que valorizem os recursos económicos existentes, as acessibilidades e a dotação de equipamentos públicos (cf. *Pano Referencial Estratégico para a Economia da RAM, no horizonte 2020*, IDE-RAM, 2013).

No âmbito de diversos Sistemas de Incentivos (Eixos Prioritários 3 e 11 do PO Madeira 14-20), a concentração locativa (Funchal - 65,5%, em final de 2018) dos projetos aprovados demonstra que estes instrumentos de política que apoiam a atividade das empresas não estão a desempenhar um papel de relocalização da iniciativa empresarial na RAM. Este é um objetivo específico que continua a afigurar-se relevante face às assimetrias territoriais de desenvolvimento existentes na Região as quais permanecem, pese o esforço de investimento material realizado há mais de uma década com a construção de parques empresariais em diversos concelhos, cofinanciados pelo FEDER (POPRAM III).

No futuro, conviria compreender até que ponto os critérios de seleção do acesso aos Sistemas de Incentivos deveriam acolher um parâmetro de discriminação positiva das candidaturas de projetos localizados fora do Funchal, potenciando a criação de dinâmicas empresariais e empregadoras nos demais concelhos e atenuando os efeitos da polarização do emprego na capital regional.

2.4. Sustentabilidade e Valorização dos recursos endógenos

A problemática do Desenvolvimento Sustentável adquire nas Regiões Ultraperiféricas particular acuidade, a qual decorre, nomeadamente: (i) das condições de insularidade e de relevo difícil; (ii) da pequena superfície e distância física e económica aos mercados; e (iii) das exigências e custos associados à preservação da biodiversidade, dos ecossistemas marinhos, das condições ambientais, da cultura e património, etc. As dinâmicas de ocupação humana e de atividade económica acentuam as pressões existentes sobre os recursos, redes e sistemas e configuram constrangimentos estruturais, geradores de expressivas necessidades de intervenção.

A sensibilidade para a RAM das questões ligadas à sustentabilidade do desenvolvimento regional, sugere uma abordagem heterogénea de partida que, identificando os constrangimentos estruturais mais importantes, evidencie as necessidades de intervenção a acautelar as quais se revelam exigentes tanto no campo das soluções, como do volume de investimento em presença, conforme decorre da preparação do Plano Regional de Infraestruturas para 2030 trabalho da iniciativa da Vice-Presidência do Governo.

As alíneas seguintes sistematizam um conjunto de elementos que partem dos contributos dos Organismos do Governo Regional e outras entidades em diferentes áreas de tutela com atribuições e competências nos setores que integram a Sustentabilidade e Valorização dos recursos endógenos e procuram combinar a identificação de constrangimentos existentes com a referência a necessidades de intervenção sinalizadas em diversos instrumentos/referenciais estratégicos de atuação recentes.

(a) Transição Energética

A produção de eletricidade na RAM apresenta em 2019 um *mix* relativamente diversificado, incluindo as seguintes fontes de energia: hídrica, eólica, fotovoltaica, resíduos urbanos e térmica; na ilha do Porto Santo apenas existem as fontes eólica, fotovoltaica e térmica. Em 2018, os dados do *mix* da produção regional foi o seguinte: Hídrica (11,2%); Eólica (11,8%); Fotovoltaica (3,8%); Resíduos Sólidos Urbanos (4,0%); Térmica/Gás Natural (16,3%); Térmica/Fuel (52,9%).

A RAM mantém-se muito dependente do exterior do ponto de vista energético para a produção de eletricidade, na medida em que cerca de 70% da eletricidade produzida utiliza o fuelóleo e gás natural, como fonte de energia. Sobretudo na última década, tem existido um esforço para aumentar a componente proveniente de recursos renováveis endógenos, assente num plano de política energética ambicioso, com metas de 50% de

eletricidade renovável no horizonte de 2020/2021, traduzido através da evolução do *mix* de produção nos últimos anos (passou de 16%, em 2005, para 31%, em 2018). Vários projetos em curso pretendem contribuir para esse crescimento, sendo disso exemplos: o "Projeto de Ampliação do Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta" (AAHC), em fase final de construção e reforço da componente eólica associada; e a instalação de sistemas de baterias para reduzir a componente termoelétrica, melhorar a eficiência de exploração e aumentar a capacidade de encaixe de fontes de energia renovável.

No setor elétrico, destaca-se, como mais relevante, os investimentos recentes no armazenamento de energia e na infraestrutura elétrica para aumentar a capacidade de receção de energias renováveis, cujo crescimento se encontrava limitado por razões técnicas pelo facto de as redes elétricas da Madeira e Porto Santo serem isoladas e de pequena dimensão. O crescimento da produção de energias renováveis tem sido limitado devido a constrangimentos técnicos; no entanto, com as infraestruturas de armazenamento em implementação, abrem-se perspetivas de desenvolvimento do setor.

Os sistemas de armazenamento apresentam um caráter inovador e terão forte impacte na próxima década em termos de evolução da produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, se forem criados os instrumentos regulamentares que permitam a injeção de energia de pequenos produtores privados na rede elétrica.

Nos transportes, principal consumidor de energia de origem fóssil, a dinâmica para a mobilidade sustentável é muito incipiente, apesar de se verificar atualmente uma maior atenção às novidades do mercado dos veículos elétricos ligeiros. Existem muitas iniciativas e ações de promoção da mobilidade sustentável, mas a falta de incentivos e de medidas adequadas ao nível do planeamento urbano reduzem a eficácia destas ações. Os transportes públicos debatem-se com problemas estruturais de sustentabilidade económica (o setor está a perder mercado), em grande parte por falta de um planeamento adequado da mobilidade nos centros urbanos que favoreça este modo de transporte e desincentive o uso do transporte individual.

No lado da procura de energia (setor residencial, serviços e indústria), a eficiência energética e o aproveitamento de energias renováveis para consumo local têm conhecido uma estagnação desde 2014 por inexistência de incentivos adequados para empresas, serviços públicos e famílias. Apesar de o PO-Madeira 14-20 conter medidas de apoio para a eficiência energética e energias renováveis, estas tem-se revelado desadequadas às necessidades regionais, com vários requisitos desajustados da realidade dos pequenos utilizadores de energia e custos de preparação de candidaturas muito elevados face aos

benefícios a obter, designadamente para os pequenos projetos. A falta de articulação dos fundos comunitários com instrumentos de financiamento privados (ESCO) por empresas de serviços energéticos, faz com que se desaproveite uma oportunidade de alavancar os fundos existentes e tornar os projetos mais atrativos, tecnicamente mais consistentes e com menores riscos de investimento para o promotor.

Em relação à Mobilidade, tem-se verificado uma crescente procura de veículos elétricos por particulares, em consequência das campanhas de promoção e da criação de uma rede de postos de carregamento; no entanto, no setor público e nas empresas, o crescimento da mobilidade elétrica está aquém do que seria esperado e desejável. Nos transportes públicos, apesar de ter havido testes com autocarros elétricos, verifica-se uma dinâmica muito reduzida na adoção de autocarros elétricos, por falta de capacidade financeira; todavia, em meados de 2019 estavam em análise no PO Madeira candidaturas para aquisição de três dezenas de autocarros (5 elétricos e 25 a diesel EURO 6), traduzindo uma lenta adesão dos operadores regionais à mobilidade elétrica.

Em síntese, os principais constrangimentos identificados são:

- Custos de investimento inicial em tecnologias de eficiência energética e energias renováveis 20% a 40% mais elevados na Madeira e Porto Santo, devido aos custos adicionais de transporte marítimo, à pequena dimensão do mercado e à pequena escala dos projetos.
- Desadequada articulação entre as políticas regionais e os instrumentos de financiamento públicos, com requisitos de acesso aos fundos que se revelaram desajustados à realidade das entidades beneficiárias e a projetos de pequena dimensão, designadamente em edifícios da Administração Pública, nas empresas e no setor residencial (habitação social). No PO Madeira 14-20, e após alterações regulamentares e de elegibilidades, foram apoiados projetos de eficiência energética na habitação social que esgotaram a dotação financeira programada.
- Desadequação entre os meios de financiamento orientados para a eficiência energética e a pequena dimensão e natureza dos projetos em presença; a inexistência de regulamentação específica tem contribuído para o menor interesse dos potenciais beneficiários. No PO Madeira 14-20, e após alterações regulamentares e de elegibilidades, foram apoiados projetos de eficiência energética na habitação social que esgotaram a dotação financeira programada.

- No setor dos transportes, a falta de recursos das empresas de transportes públicos e a necessidade de renovar as frotas envelhecidas faz com que optem predominantemente por tecnologias convencionais mais baratas, em vez de apostar na conversão de frotas para veículos elétricos mais eficientes. A relação entre a duração das concessões atribuídas e o retorno alongado do investimento, explica parte dos constrangimentos revelados pelos operadores regionais; a abertura de um concurso público internacional para a concessão de carreiras interurbanas, poderá contribuir para solucionar as dificuldades existentes.

Em face dos principais constrangimentos a uma maior integração de fontes de energia renovável, numa lógica de transição energética e de redução da dependência externa, a entidade reguladora regional definiu uma estratégia para mitigar/ultrapassar essas barreiras a qual contempla:

i) desenvolver projetos que permitam substituir os grupos térmicos, visando uma exploração segura do sistema elétrico (em inércia e com capacidade de regulação);

ii) desenvolver projetos que permitam armazenar a energia renovável excedentária, numa ótica de gestão horária, diária ou mesmo mensal; no caso de aproveitamentos hidroelétricos reversíveis devem ser consideradas as diferentes utilizações da água, de modo a que todos os segmentos possam beneficiar;

iii) desenvolver um sistema elétrico inteligente, com vantagens para os consumidores e para os operadores do sistema elétrico.

Paralelamente, são identificadas, entre outras, as seguintes oportunidades de desenvolvimento no âmbito da energia e das emissões de dióxido de carbono:

- melhoria da eficiência energética e integração de energias renováveis na habitação, empresas e Administração Pública;
- substituição de veículos com motor térmico por veículos elétricos eficientes por parte dos operadores de transporte público, nas frotas das empresas e nas frotas da Administração Pública.

(b) Mobilidade Sustentável

Esta vertente da Sustentabilidade e Valorização do território tem conhecido desenvolvimentos recentes em parte associados à elaboração do Plano Regional de Mobilidade Urbana Sustentável e, anteriormente, do PIETRAM. Entre os principais

constrangimentos que cruzam ordenamento do território com mobilidade urbana, salientam-se os seguintes:

- Tendência para o agravamento das desigualdades territoriais com a concentração de mais de metade da população da Região (51,6%), em apenas três municípios (Funchal, Machico e Câmara de Lobos);
- Dicotomia entre a costa sul e a costa norte da Ilha da Madeira com os concelhos da costa norte a apresentarem densidades populacionais inferiores a 100 hab./km2, enquanto que no litoral sul, algumas zonas, como o centro do Funchal, Caniço e Câmara de Lobos apresentam densidades superiores a 20.000 hab./km2;
- Forte peso do automóvel nas deslocações pendulares registando uma quota de utilização superior a 50% na maioria dos municípios e com uma quota de 59,1% no total da RAM, fruto de inexistência de modo alternativo para realizar as suas viagens e de políticas de estacionamento pouco restritivas favorecendo a continuidade dos atuais padrões de mobilidade assentes na utilização massiva do TI;
- Reduzida utilização do sistema de transportes coletivos.

No que respeita aos transportes públicos estão identificados, ainda, diversos problemas:

- falta de articulação entre serviços nalguns lugares devido à inexistência de terminais rodoviários;
- insuficiente cobertura de oferta regular em algumas zonas rurais e a cotas mais elevadas de alguns concelhos;
- ausência de integração tarifária entre os vários operadores;
- reduzida utilização do sistema de transporte público pelos turistas, num contexto em que aumentou exponencialmente o transporte com recurso às viaturas de "rent-a-car";
- degradação de algumas infraestruturas rodoviárias, que condiciona o seu desempenho e contribuiu para a degradação dos ativos e o aumento dos custos de reparação no futuro;
- logística de transportes e circulação escassamente organizada nos núcleos urbanos e pouco regulamentada, causando constrangimentos à normal fruição automóvel.

Entre as oportunidades de desenvolvimento no horizonte 2030 na ótica da Mobilidade Sustentada, salienta-se:

- a adoção de políticas ambientais e energéticas destinadas a reduzir a quota de utilização do TI as quais poderão contribuir para favorecer uma repartição modal mais favorável à utilização do TC;
- a tendência para a alteração do perfil do turista que poderá levar a uma maior utilização do transporte público e de veículos amigos do ambiente (elétricos);
- a concretização de algumas ligações rodoviárias, numa ótica de fecho da rede rodoviária, melhorando a mobilidade da população;
- o desenvolvimento e implementação de um sistema de manutenção rodoviária que permita o aproveitamento turístico de infraestruturas rodoviárias (antigas ER);
- a definição de uma estratégia de Prevenção e Segurança Rodoviária, que contribua para a redução dos acidentes, nomeadamente nas zonas urbanas e na rede rodoviária regional (via litoral e vias expresso);
- a implementação de medidas para a promoção da mobilidade sustentável na Região;
- a melhoria da qualidade dos Transportes Coletivos na Região, através da aposta numa rede de interfaces de transportes (complementada por parques de estacionamento de longa duração); da melhoria das condições de conforto das paragens e respetivo acesso pedonal;
- a integração tarifária; e
- o incremento da sustentabilidade ambiental do setor dos transportes, com o apoio financeiro à aquisição de veículos elétricos e a expansão da rede de veículos elétricos; em 2020, está previsto estender à Ilha da Madeira as condições para a aquisição de veículos elétricos existentes em Porto Santo.

(c) Eficiência Energética das Cidades

A identificação de medidas específicas de eficiência energética e redução das emissões de carbono, depara-se com grandes dificuldades no contexto de ações de requalificação do espaço público, que são mais abrangentes. Algumas ações de requalificação do espaço urbano têm sido enquadradas pelo rótulo da eficiência energética e da mobilidade para acederem a financiamento comunitário, desviando os apoios das medidas necessárias para eliminar alguns estrangulamentos e promover a mobilidade sustentável em espaço urbano, um dos domínios de promoção efetiva da eficiência energética e da descarbonização.

A dimensão do mercado constitui o fator que se faz sentir de forma impressiva nestes domínios pois a procura revela-se diminuta para as tecnologias de eficiência energética

e energias renováveis em consumos urbanos, com reflexos na organização da oferta (menor concorrência, menor nível de especialização das empresas regionais, maiores custos fixos de estrutura imputados a um número reduzido de instalações, …).

No atual período de programação 2014-2020, houve dificuldade em enquadrar positivamente algumas especificidades relevantes do território, pelo que muitos dos requisitos de acesso aos fundos se revelaram desajustados à realidade dos beneficiários e a projetos de pequena dimensão, designadamente em edifícios da Administração Pública, nas empresas e no setor residencial (habitação social).

Estes desajustamentos fizeram com que os fundos existentes para a eficiência energética não tenham chegado aos fins a que se destinavam, quando existem necessidades que urge satisfazer. No setor público, algumas condicionantes obrigam a ações integradas em cada instalação, com vários requisitos que são desajustados à realidade regional, onde os consumos para climatização dos edifícios são diminutos. Com efeito, seriam mais adequadas grandes intervenções conjuntas em várias instalações em domínios específicos como a iluminação, águas quentes, mobilidade elétrica e produção de eletricidade para consumo local (autoconsumo), em vez de intervenções integradas para cada um dos pequenos edifícios, cada um com escala tão reduzida que os custos administrativos e de auditoria são muito elevados face ao volume de financiamento elegível.

Em termos de oportunidades de eficiência energética e de descarbonização de matriz urbana, estão identificadas, sobretudo, intervenções a desenvolver nos municípios com maior concentração de fluxos de transporte quotidiano, como sejam:

- a criação de corredores para modos suaves de mobilidade urbana, designadamente corredores cicláveis e zonas prioritárias para o transporte público de baixo impacte ambiental; nas interseções destes corredores com as vias convencionais nos centros urbanos e na proximidade de escolas e outras centralidades, devem ser asseguradas medidas que privilegiem os modos suaves em detrimento do veículo individual motorizado, contribuindo para corrigir situações de manifesta insegurança (p. ex., de viaturas e peões a disputarem a circulação nas ruas);
- a criação de serviços de interface que assegurem a mobilidade de pessoas e bens entre parques de estacionamento periféricos existentes e zonas de atração, como escolas e zonas de comércio e serviços.

Estas medidas devem ser integradas com medidas de planeamento urbano que desincentivem a utilização do automóvel particular em zonas congestionadas e onde sejam asseguradas outras formas de mobilidade e serviços de transportes públicos.

(d) Economia do Mar

A RAM dispõe de recursos e capacidades que têm alimentado um leque heterogéneo de atividades da Economia do Mar, ainda que com reduzidos níveis de estruturação das cadeias de valor, fruto da dimensão económica da Região, de fracos índices de cooperação inter e intrassectorial, e de necessidades acentuadas de recuperação de infraestruturas vitais para a proteção e valorização de recursos estratégicos.

A Administração Pública Regional tem revelado capacidade de resposta em termos de jurisdição, administração e regulação para as diversas atividades sociais, ambientais e económicas o que implica a existência de uma política pública integrada relativa ao Mar, em fase de consolidação.

As alíneas seguintes sistematizam esses elementos-chave, sinalizando a importância do aproveitamento de recursos naturais e do potencial de I&D para a estruturação de um Cluster do Mar forte, importante para afirmar o potencial económico e geográfico da Madeira na faixa atlântica de Portugal.

- **Pescas e Aquicultura**

No seu conjunto, o setor da pesca regional sempre teve uma importância e peso social e local superior aos indicadores económicos relativos a esta atividade, sendo significativo o contributo para a fixação das populações em determinadas zonas ribeirinhas onde a pesca é uma atividade com significado.

As atividades a montante e a jusante do setor (construção e reparação naval, fabrico de artes e apetrechos de pesca, indústria da transformação de produtos da pesca, …) contribuem de forma especial para que a fileira das pescas (e da aquicultura) represente um importante pilar da sócio economia regional.

A concentração desta atividade nos concelhos de Câmara de Lobos e Machico, torna-os demasiado sensíveis ao desempenho dos operadores do setor na medida em que, em grande parte, as comunidades piscatórias vivem da pesca e para a pesca.

A frota de pesca da Região é constituída por embarcações de caraterísticas costeiras, utilizando artes seletivas, não depredadoras dos recursos haliêuticos e contribuindo para uma pesca sustentável e responsável. A pesca regional assenta num conjunto de 4 espécies

principais (tunídeos, peixe-espada-preto, cavala e chicharro), com tendência para uma estabilização das capturas, com o valor da 1ª venda do pescado a situar-se nos 20 milhões de euros (médias dos últimos 2 anos).

Tabela 43: Indicadores Socioeconómicos das Pescas e da Aquicultura da RAM (2012-2018)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1. Pesca Descarregada						
Quantidade (ton)	4.172	7.509	5.641	5.765	7.987	7.518
Valor (mil Eur)	10.920	16.643	15.635	15.435	21.636	18.791
2. Aquicultura						
Quantidade (ton)	527	396	420	389	285	590
Valor (mil Eur)	2.555	1.615	1.680	1.631	1.319	2.768
3. Frota de Pesca						
Nº de Embarcações	436	435	434	432	431	424
Gross Tonnag (GT)	3.909	3.911	3.984	3.997	3.983	3.805
Potência Motriz (Kw)	15.938	15.935	16.483	16.550	16.558	15.808
4. Pescadores (nº)	434	438	588	603	618	628

Fontes: Direção Regional de Pescas e INE.

Os planos de ajustamento do esforço de pesca do peixe-espada-preto e dos pequenos pelágicos têm desempenhado um importante papel na adequação destes segmentos da frota aos recursos disponíveis, que culminou no abate definitivo de várias embarcações e na diminuição das capturas daquelas espécies.

Os restantes indicadores têm demonstrado uma evolução positiva nos últimos 2 anos, com destaque para a produção aquícola que apresenta um potencial de crescimento significativo, para além da diversificação de espécies a produzir. No ano de 2018 a produção duplicou relativamente ao ano anterior, devendo atingir as 1200 ton., em 2019.

As três unidades de produção existentes na Região dedicam-se, sobretudo, à criação de dourada e robalo. O acréscimo da produção aquícola (beneficiando do impulso de investimento de um grupo de distribuição alimentar nacional), tem sido escoado para fora da Região (3/4 da produção total), proporcionando também oportunidades de mercado às unidades de transformação, através de serviços de embalamento e de filetagem.

A indústria transformadora de produtos da pesca na RAM é constituída por um conjunto de empresas, algumas de dimensão familiar, que laboram os tunídeos e o peixe-espada preto (92% da pesca descarregada, em 2018).

As indústrias de filetagem de tunídeos e peixe-espada-preto, são as que têm revelado maior significado económico, contribuindo com cerca de 30 milhões de euros de volume de vendas, valorizando uma produção de 3.000 toneladas. A produção e transformação (com unidades localizadas na Ribeira Brava e Machico) tem desempenhado um papel primordial no escoamento das principais espécies capturadas, proporcionando aos

armadores e pescadores da Região rendimentos maiores e mais estáveis e ocupam centena e meia de trabalhadores.

No passado recente, a Região tem desenvolvido um esforço de investimento na recuperação e requalificação de infraestruturas terrestres (lotas e entrepostos frigoríficos, …) que movimentam quantidades significativas de pescado desembarcado e transacionado e no apoio a outros intervenientes da fileira das pescas (indústria e organizações representativas do setor, …).

Os apoios à *compensação dos sobrecustos* (via POSEI Pescas) têm uma elevada quota parte na competitividade dos produtos da pesca e da aquicultura, bem como na manutenção de postos de trabalho.

Não obstante, os elementos positivos referenciados na ótica das dinâmicas socioeconómicas e territoriais, importa sinalizar a existência de um conjunto persistente de constrangimentos estruturais e específicos que afetam a fileira das pescas:

- recursos haliêuticos escassos, apesar da dimensão da sub-área 2 da Zona Económica Exclusiva (RAM), face à inexistência de plataforma continental;
- baixa atratividade para os investidores, com baixa sustentabilidade económica da atividade nalguns segmentos da frota;
- mercado limitado que dificulta o usufruto das oportunidades que decorrem da competição entre operadores económicos na aquisição do pescado para consumo em fresco ou para transformação;
- envelhecimento e fragilidades operacionais e de segurança da frota comercial;
- envelhecimento das tripulações e dificuldade em completar companhas, fruto da fraca atratividade da atividade como saída profissional para os jovens;
- diminuição progressiva das unidades ativas na generalidade dos segmentos, adicionada ao seu envelhecimento e deficiências estruturais, sobretudo ao nível da segurança dos profissionais e das condições de qualidade após manutenção do pescado a bordo;
- ausência de renovação da frota de pesca, particularmente da pequena pesca costeira e da pesca do peixe-espada preto;
- vulnerabilidade da atividade pesqueira muito sensível às variações do estado de exploração de alguns mananciais chave (tunídeos e peixe-espada preto);

- pouca capacidade da Região em criar e implementar a normativa referente à proteção dos recursos biológicos, biodiversidade e ecossistemas marinhos e disciplinar a atividade pesqueira.

Ciências do Mar

No domínio das Ciências do Mar, a Região está dotada com capacidades (recursos materiais e competências técnicas e humanas) num dos Domínios prioritários da RIS3: os Recursos e Tecnologias do Mar. De entre essas capacidades, destaca-se o Observatório Oceânico da Madeira (OOM) que congrega na matriz fundadora uma comunidade científica multidisciplinar constituída por várias entidades regionais que mantêm identidade institucional, recursos e atividades próprias (ARDITI, DR Pescas, Estação de Biologia Marinha do Funchal, museus da Baleia e de História Natural, Serviço do Parque Natural, Portos da Madeira, etc.).

Enquanto "polo de excelência dedicado a investigação e monitorização permanente do Oceano", o OOM e entidades protocoladas têm entre os domínios temáticos de investigação a Sustentabilidade e gestão de recursos marinhos (pescas, aquicultura e energias renováveis; a Biodiversidade e conservação de espécies marinhas; as Tecnologias marinhas; e as Alterações climáticas e mitigação.

O OOM tem revelado uma apreciável capacidade de iniciativa de projeto no contexto europeu, tendo integrado em 2017 a parceria do Projeto Go Jelly: a "Gelatinous Solution to Plastic Polluition" aprovado pelo Programa Horizon 2020, com um orçamento global de 6 milhões de euros no que representou a primeira participação da Madeira na Economia Azul, no âmbito deste Programa.

O contributo do Consórcio OOM para a dinamização das Ciências do Mar na Região está suportado, entre outros, nos indicadores associados a resultados do Projeto OOM financiado pela PI 1.a. do Madeira 14-20: (i) Número de artigos científicos na área das Ciências do Mar, publicados: (média de 2015/2016), atingidos 15 artigos/ ano, para um objetivo proposto no Projeto OOM de 12 artigos/ ano; e (ii) Valor acrescentado de 1 euro de FEDER aprovado ao OOM: mais 1,05€.

Infraestruturas materiais

O *Plano Referencial Estratégico Mar Madeira, 2030* (ACIF, 2015) fundamenta a existência na Região de dimensões-problema especialmente críticas entre as quais se destacam:

- a reduzida capacidade de investimento empresarial revelada em diversos subsetores da Economia do Mar, em resultado da fragilidade das dinâmicas de iniciativa no aproveitamento de oportunidades produtivas e lúdicas;
- a necessidade de reabilitação técnica e de saneamento financeiro de diversas infraestruturas e instituições motoras da Economia do mar, como pré-condição para o arranque (através do investimento) da maioria das medidas e projetos em fase de intenção ou estudo; e
- o elevado volume de investimento associado às necessidades de intervenção em grande parte das infraestruturas materiais de suporte de importantes subsetores de atividade (infraestruturas e equipamentos portuários, docas, marinas e portos de recreio, …).

Neste enquadramento, as prioridades de intervenção e de investimento devem centrar-se no aumento dos resultados económicos das principais cadeias de valor setoriais da Economia do Mar com expressão na Região estimulando a interligação entre setores, fomentada e orientada por políticas públicas, a longo prazo geradoras de uma base de acumulação suscetível de integrar a organização de um Cluster do Mar na Região.

O Plano Estratégico acima citado, enfatiza as *Necessidades de qualificação de equipamentos e infraestruturas de suporte do Mar/Litoral* que decorrem do Pilar das Infraestruturas (abrangendo portos, marinas, acessos ao mar, recifes artificiais e imersão de navios, captação e dessalinização de água e ETAR's) ocupar uma posição de charneira na estratégia de desenvolvimento da Economia do Mar na RAM. A sua importância estratégica decorre das funções que lhe estão associadas, nomeadamente, por ser através dos portos que se processa a quase totalidade dos abastecimentos e do comércio de mercadorias da Região com o exterior.

Das condições de operacionalidade destas infraestruturas dependem, em boa medida, as "performances" de diversas vertentes do Pilar das Atividades económicas, tendo sido diagnosticados fatores críticos que comprometem a respetiva eficiência e agravam custos de utilização dado o estado de funcionamento da maior parte dessas infraestruturas, de manutenção e conservação urgente.

Este domínio de intervenção afigura-se merecedor de prioridade nas propostas no que se refere não apenas aos portos e marinas mas também a outras infraestruturas como cais, ancoradouros e complexos balneares; a estas intervenções acrescem as de longo prazo, de modernização e/ou ampliação de capacidade das principais infraestruturas portuárias existentes.

(e) Agricultura e Florestas

Agricultura

A atividade agrícola reveste uma importância socioeconómica nas áreas rurais da Ilha da Madeira que se situa para além dos indicadores económicos na medida em que contribui de forma decisiva para a existência de uma paisagem humanizada e diversificada nas formas de ocupação do solo e nos modos de povoamento, com características singulares que suportam parte da imagem natural-paisagística da Região, valorizada pela procura turística no Destino Madeira.

Não obstante importantes constrangimentos, parte dos quais de carácter permanente (orografia, dimensão do território e do potencial produtivo, distância económica, …), a evolução recente do setor agrícola mostra sinais de reestruturação produtiva:

- volume de explorações agrícolas decresceu 14,6% entre 2005 e 2016, com decréscimo da SAU de cerca de 10%, melhorando a área média por exploração, com abandono de áreas agrícolas de muito pequena dimensão;
- redução da área agrícola associada ao abandono de explorações marginais, com forte incorporação de mão-de-obra e totalmente ineficientes;
- áreas ocupadas por algumas produções tradicionais a aumentar naquele período: cana de açúcar (+41%), batata doce e inhame (+33%), frutos frescos (+44%) e frutos tropicais (+34%);
- reforço das culturas de frutos sub-tropicais com perspetivas de mercado supra-regional com destaque para a anona, abacate e maracujá;
- diversificação da produção transformada: vários tipos de rum agrícola, vinho de mesa, compotas, licores, produtos lácteos e da panificação e confeitaria - criando nova dinâmica nas atividades agroalimentares;
- aumento significativo do valor da produção agrícola (+13%, no triénio 2015/2017) e do Valor Acrescentado Bruto (+13,9%);
- aumento do Rendimento Empresarial Líquido (REL) de 12,8%, com forte contributo das ajudas ao rendimento veiculadas pelos programas comunitários (POSEI e PRODERAM) que representam cerca de 22% do REL, montante inferior à média comunitária (30%).

Os fenómenos de alteração climática colocam em causa a sustentabilidade da atividade agrícola, essencialmente, por via da escassez hídrica existindo a necessidade de reabilitar

ativos em virtude da antiguidade, acrescendo à ineficiência dos métodos de irrigação e à elevada extensão da rede de rega. Os investimentos realizados nos últimos anos com vista à gestão mais sustentável da água, ainda que relevantes, tem-se revelado insuficientes para inverter a generalizada indisponibilidade dos recursos hídricos decorrentes das alterações climáticas.

Entre o conjunto de obras infraestruturantes e essenciais ao desenvolvimento do setor hidroagrícola e da agricultura, realizado nas últimas duas décadas salienta-se os seguintes: Recuperação de um conjunto de canais principais de rega da ilha da Madeira; Construção e Recuperação de Lagoas; Sistema de Irrigação do Parque Agrícola de Porto Santo; Remodelação do sistema de regadio pela ARM na Ilha da Madeira (Fase 1); e Atualização do cadastro das infraestruturas do sistema de regadio agrícola regional.

- **Desenvolvimento Rural**

As intervenções financiadas pelo FEADER, no enquadramento do PRODERAM 2020, desempenham um relevante papel na promoção do desenvolvimento rural-local ao nível dos territórios rurais das zonas de intervenção das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL), com implicações em matéria de *coesão interna* (*sustentabilidade de limiares de povoamento* e *de atividade* e *ocupação dos ativos nos territórios*). Os *itens* seguintes constituem exemplos de intervenções apoiadas no enquadramento das referidas EDL, abrangendo projetos que se enquadram na perspetiva da coesão interna regional, com componentes de desenvolvimento socioeconómico territorial:

- Valorização de produtos frutícolas com expressão agro-rural abrangendo componentes de transformação (com aproveitamentos e fabrico de produtos derivados, doçaria, …) e de comercialização (castanha, maçã, cereja, ginja, frutos sub-tropicais, ...).
- Recuperação e restauro de património de matriz religiosa que integra parte das identidades das populações em diversas freguesias incluindo a criação de Roteiros turísticos culturais locais que podem contribuir para robustecer a participação dos territórios rurais em produtos turísticos do Destino Madeira.
- Apoio a idosos integrando componentes de melhoria de equipamentos, alargamento de valências e de ajudas técnicas, recurso a voluntariado de proximidade complementando intervenções dos serviços de Segurança Social e também estimulando lógicas de envelhecimento ativo. Trata-se de projetos com

uma matriz de intervenção social, de iniciativa de juntas de freguesia, em áreas com forte presença de situações de pobreza e exclusão social;

- Iniciativas na esfera da integração da gastronomia madeirense no produto turístico regional (eventos gastronómicos e projetos de investimento de alojamento em espaço rural que integram componentes de Restauração que se comprometem com a divulgação de identidades gastronómicas (produtos da terra e do mar);
- Recuperação de edifícios e casas tradicionais em quintas com património rural para instalação de unidades turísticas, contribuindo para fomentar a oferta de alojamento em freguesias rurais mais afastadas dos centros urbanos onde predominam ofertas mais clássicas;
- Preservação do património cultural rural abrangendo operações que visam recuperar práticas de plantio de espécies autóctones, história e tradição da criação artesanal de peças em vime, valorização do produto vinícola, etc.;
- Desenvolvimento de projetos no domínio formativo-educativo ligados a medidas de combate à exclusão social, à promoção do sucesso educativo e à integração social de crianças em frequências pré-escolar e de 1° ciclo, à formação em regime laboral e pós-laboral e também ao acesso a formações não formais;
- Desenvolvimento de serviços de atividades náuticas, numa ótica de resposta a novas procuras (mergulho, passeios marítimos, ...) contribuindo para atenuar a sazonalidade da oferta turística em vários concelhos da Madeira e no Porto Santo.

Florestas

As características territoriais especificas da Madeira e do Porto Santo estão na origem dos principais constrangimentos enfrentados pela Região na área das Florestas:

- Maior fragilidade dos ecossistemas naturais insulares, e consequente menor resiliência a perturbações que afetem o seu equilíbrio (espécies exóticas invasoras, degradação de habitats, alterações climáticas, pressão humana, …);
- Elevada biodiversidade num território, com cerca de 828 km2 (aproximadamente 1% da superfície de Portugal) que alberga 7571 espécies e subespécies, muitas das quais endémicas, fatores que dificultam a compatibilização entre a conservação da natureza e o desenvolvimento socioeconómico;
- Dificuldades acrescidas de intervenção quer devido ao regime de titularidade dos terrenos (caracterizado por minifúndio), quer pela orografia do território, com declives muito acentuados;

- Absentismo dos detentores de espaços florestais e consequente deficit na valorização dos mesmos, do ponto de vista económico e ecológico;
- Dificuldades de financiamento das atividades associadas à fileira florestal.

No passado recente, têm vindo a ser efetuados diversos investimentos nas áreas florestais, com destaque para os seguintes:

- Aprovação e implementação do Plano Regional de Ordenamento Florestal para a Região Autónoma da Madeira (PROF-RAM);
- Elaboração dos Planos de Gestão Florestal para as áreas sob gestão pública;
- Melhoria das condições de acessibilidade e usufruto das infraestruturas de apoio ao desenvolvimento de atividades lúdico-desportivas em espaço florestal;
- Beneficiação de rede viária florestal, através da limpeza de caminhos florestais, essenciais para uma correta gestão e utilização da floresta, bem como para a prevenção, vigilância e combate a incêndios florestais.
- Ações de Silvicultura preventiva (alterações estruturais de povoamentos florestais, criação de mosaicos de ocupação, limpezas de povoamentos, …), com destaque para as limpezas efetuadas nas serras do Funchal e Santa Cruz;
- Ações de reflorestação e combate a plantas invasoras (1074 hectares intervencionados);
- Infraestruturação da "Faixa corta-fogo" do Caminho dos Pretos - prevê a criação de uma zona de baixa combustibilidade, com o objetivo de diminuir o grau de vulnerabilidade da população do Funchal, reduzindo o risco de incêndios florestais;
- Recuperação de 6 torres de vigilância e 12 postos florestais com o objetivo de melhorar as condições de trabalho e conforto, bem como permitir uma melhor atuação ao nível da vigilância contra incêndios florestais;
- Criação de 2 equipas de Sapadores Florestais (com 5 elementos cada) e proposta de carreira profissional específica para a Região; estas equipas terão operacionalidade reforçada com a aquisição de veículos de combate a incêndios florestais (apoio POSEUR); e
- Elaboração do Plano de Prevenção e Vigilância aos Incêndios Florestais (PPVIF), que serve de base à elaboração do Plano Operacional de Combate aos Incêndios Florestais (POCIF), da responsabilidade da Proteção Civil.

(f) Adaptação às Alterações Climáticas e Proteção do Ambiente

A Resolução n.º 1062/2015 de 2 de dezembro publica a "Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas da Região Autónoma da Madeira - Estratégia CLIMA-MADEIRA" que na componente de Diagnóstico apresenta em detalhe a análise das vulnerabilidades setoriais existentes que adiante se sintetizam, em torno de excertos do documento.

(i)Agricultura. Do ponto de vista climático, a agricultura na Madeira poderá sofrer alterações na produtividade devido ao aumento da temperatura, à redução da precipitação e ao aumento da concentração atmosférica de CO2. Considerado isoladamente, o aumento da temperatura pode, por si só, ter efeitos benéficos sobre a produtividade, pois pode amplificar o período de produção e aumentar as taxas de crescimento. A redução da disponibilidade hídrica esperada para os períodos futuros é o fator limitante e determinante para a vulnerabilidade da agricultura na Madeira.

As principais opções para a adaptação da agricultura às alterações climáticas são: a disponibilização de água e a capacidade e eficiência da rega; a manutenção da fertilidade do solo e a prevenção da erosão; a gestão de risco face aos eventos extremos e à maior variabilidade climática; a alteração dos sistemas fitossanitários face ao ambiente potencialmente favorável à existência de organismos prejudiciais às culturas; bem como a disponibilidade de património genético adaptado às novas condições climáticas.

(ii) Florestas. A área florestal da RAM compreende cerca de 16000 hectares de floresta natural, 16500 hectares de floresta plantada e 1500 hectares de outras áreas arborizadas. A floresta natural é constituída, quase na totalidade, por floresta Laurissilva e a floresta plantada é constituída maioritariamente por pinheiro-bravo e eucalipto. O principal risco para a floresta na RAM são os incêndios florestais que, nos últimos anos, têm atingido proporções catastróficas. O histórico recente é tão preocupante que, mesmo num cenário onde a vulnerabilidade futura não aumentasse, a necessidade de adotar medidas para a redução dos incêndios florestais continuaria a ser urgente, já que representam elevados danos.

Na vertente sul, onde predomina a floresta plantada, o clima é mais seco que na vertente norte, aumentando o risco de incêndios. Dadas estas condicionantes naturais e o histórico recente de incêndios florestais, a vulnerabilidade atual da floresta a incêndios é classificada como negativa. O aumento do risco meteorológico de incêndio em todos os

cenários futuros considerados aumenta a vulnerabilidade da floresta a incêndios, em particular da floresta plantada, para muito negativa no longo prazo.

(iii) Biodiversidade. O arquipélago da Madeira apresenta uma fauna e flora únicas, sendo considerado um 'hot-spot' de biodiversidade mediterrânica. Localizado na região biogeográfica da macaronésia, tem um elevado número de endemismos e habitats ricos com uma elevada diversidade de espécies terrestes e marinhas. As alterações climáticas forçam a deslocação dos ecossistemas em altitude, com a potencial extinção local de algumas espécies cujo limiar fisiológico (ou mesmo fenológico) seja ultrapassado ou devido ao impacte de eventos extremos. Foi avaliada a vulnerabilidade atual e futura às alterações climáticas dos vários grupos taxonómicos, terrestres e marinhos, presentes no arquipélago da Madeira.

As espécies mais vulneráveis às alterações climáticas na RAM são as espécies endémicas, pela sua importância óbvia para o património natural mundial e porque serão das espécies mais afetadas, quando comparadas com as restantes.

As opções de adaptação neste setor passam por: medidas de conservação per se para as espécies e habitats mais vulneráveis; melhoria da conectividade entre habitats, para facilitar o carácter dinâmico introduzido pela variabilidade e alteração climática; monitorização e avaliação constante do estado e evolução da biodiversidade no arquipélago da Madeira; e o aumento do conhecimento para aquelas espécies e habitats cuja incerteza na resposta às alterações climáticas seja elevada.

(iv) Energia. Os impactes das alterações climáticas foram examinados para a procura e a oferta de energia, térmica e elétrica. A procura de energia é sensível ao clima. O impacte é positivo para o aquecimento de águas e a elevação da temperatura ambiente leva a uma redução das necessidades de aquecimento e um aumento das necessidades de arrefecimento em edifícios. Quanto à oferta de energia, na RAM, a situação é dominada pela insularidade e variabilidade climática pode condicionar a oferta segura e a preço razoável de energia na RAM, designadamente através de eventos extremos: tempestades no oceano que impeçam ou demorem o abastecimento de combustíveis, e cheias, aluviões, inundações, ou fogos que atinjam locais de armazenamento de combustíveis e/ou perturbem o seu transporte dentro das ilhas. Quanto aos sistemas de energias renováveis, são sensíveis ao clima pelo próprio facto de transformarem, direta ou indiretamente, a energia proveniente da radiação solar, vento, precipitação, etc.. Há

alguma sensibilidade a eventos extremos, mas essencialmente à variabilidade dos recursos renováveis em todas as escalas de tempo.

Neste panorama de impactes baixos e vulnerabilidade neutra ou até de oportunidades, a Energia é um dos setores cujas medidas de adaptação têm maior potencial de contribuir para a mitigação das alterações climáticas, através da melhoria da eficiência energética, do aproveitamento das fontes de energias renováveis e do aumento da capacidade de armazenamento de energia. Estas medidas já fazem parte da política energética regional e estão expressas nos instrumentos de planeamento energético e instrumentos legislativos, incluindo planos e regulamentos nacionais, planos regionais, como os Plano de Ação para a Energia Sustentável da Ilha da Madeira, do Porto Santo e dos Municípios, para além dos planos de investimento da Empresa de Eletricidade da Madeira, e iniciativas de outras entidades, como a Agência Regional da Energia e Ambiente da RAM.

(v) Recursos hídricos. Na Ilha da Madeira, os recursos hídricos subterrâneos constituem a principal fonte de abastecimento, satisfazendo, em grande parte, as necessidades de consumo da população. A análise dos impactes das alterações climáticas nos recursos hídricos subterrâneos da Madeira incidiu na qualidade e disponibilidade da água subterrânea. Quanto à qualidade, o impacte potencial analisado foi a salinização dos aquíferos cuja vulnerabilidade resultante se situou entre a muito negativa e a crítica, a longo prazo, sendo que o grau de confiança associado foi baixo. Quanto à disponibilidade de água subterrâneas, os resultados da modelação denunciam reduções significativas nos caudais drenados, quer pelas nascentes, quer pelas galerias. O comportamento futuro da precipitação oculta, num cenário de alterações climáticas, é ainda muito incerto. A diminuição significativa da água retida, através deste fenómeno, poderá levar a uma diminuição dos caudais das nascentes, galerias e túneis. Tem havido uma política ativa no sentido de contrariar os impactes sentidos nos recursos hídricos, promovendo assim a adaptação autónoma deste setor.

As opções de adaptação passam por reduzir as perdas de água no transporte e distribuição, na eficiência e racionalização dos consumos (sobretudo nos tipos de uso com maior procura, como são o agrícola e doméstico), no aumento da qualidade da água e na monitorização e aumento do conhecimento sobre as vulnerabilidades deste setor perante alterações climáticas.

(vi) Riscos Hidrogeomorfológicos. Dadas as suas características naturais e as especificidades na ocupação do território, a ilha da Madeira é particularmente vulnerável

a diversos fenómenos naturais e a alterações que possam induzir modificações nas condições dos sistemas. Torna-se, assim, premente promover a avaliação dos impactes provocados pelas alterações climáticas sobre esses fenómenos na Madeira, nomeadamente cheias e aluviões, movimentos de massa em vertentes, e subida do nível médio das águas do mar.

No contexto das projeções para a ocorrência de cheias e aluviões, não é possível concluir sobre uma tendência clara acerca da perigosidade das mesmas, pois os modelos climáticos regionalizados para a Madeira não permitem, ainda, fazer projeções fiáveis; no entanto, a vulnerabilidade atual é já crítica, dados os impactes observados resultantes destes fenómenos.

A subida do nível médio do mar aumenta severamente a vulnerabilidade às inundações, nos concelhos da Ribeira Brava e do Machico, onde as áreas urbanas costeiras se situam a cotas muito baixas, sem possibilidade de escoamento de águas em períodos de precipitação intensa e de marés vivas. Esta situação poderá agravar-se em períodos em que haja coincidência temporal e espacial de tempestades marítimas e cheias. A interação entre as tempestades e as cheias levará à intensificação dos impactes destas últimas nos aglomerados urbanos costeiros atravessados por ribeiras. Neste contexto, deve ser dada atenção particular à ilha de Porto Santo, devido à existência de condições litorais específicas (faixa costeira de praia e dunas de muito baixa altitude, que se estende ao longo da maior parte do setor sudeste da Ilha).

Da avaliação das vulnerabilidades atuais e futuras, emerge a noção clara de que é fundamental investir no aprofundamento dos conhecimentos e na monitorização dos processos, mas também na disciplina e ordenamento do território.

(vii) Saúde humana. A avaliação dos impactes das alterações climáticas na saúde humana dos residentes, com vista a reduzir a sua vulnerabilidade a doenças associadas às alterações climáticas, centrou-se nos impactes na saúde associados às ondas de calor, à qualidade do ar e às doenças transmitidas por vetores, sobretudo, mosquitos.

Os resultados obtidos mostram que, relativamente ao cenário de referência (1970-1999), em todos os cenários futuros, a temperatura aumenta, enquanto a precipitação diminui. O impacte na saúde resultante de episódios de onda de calor é muito baixo (vulnerabilidade atual neutra). Os impactes associados à qualidade do ar, apenas avaliados para o Funchal apontam para uma vulnerabilidade atual muito negativa à concentração de partículas inaláveis, sendo expectável o agravamento desta situação no futuro. Quanto

às doenças transmitidas por vetores as que oferecem uma maior preocupação, numa perspetiva de saúde pública, são as transmitidas pelas espécies de mosquito sendo expectável que, no futuro, a Madeira esteja especialmente vulnerável a estes impactes, devido ao seu clima ameno, à sua rica flora e fauna e à sua localização geográfica. O risco de transmissão tenderá a aumentar, sendo máximo no cenário climático de longo prazo.

As alterações climáticas na ilha da Madeira aumentarão, muito provavelmente, o risco de transmissão das doenças transmitidas por mosquitos, em todos os concelhos. Tendo em conta o elevado número de pessoas que visitam a ilha, e o intercâmbio de bens, é razoável assumir que existe um risco real de introdução destes vírus na Madeira e da sua propagação nos próximos anos.

Globalmente, as medidas de adaptação às alterações climáticas no setor da saúde humana têm vindo a desenvolver-se nos últimos anos, associadas a alguns dos recentes eventos climáticos extremos, por exemplo, ondas de calor e inundações. Uma das principais medidas de adaptação é o sistema de aviso e alerta, prevenindo as autoridades de saúde competentes, e a população em geral, para os riscos relacionados com as alterações climáticas.

(viii) Turismo. Para o turismo na RAM (ilhas da Madeira e do Porto Santo), promoveu-se a avaliação da vulnerabilidade do sistema turístico às alterações climáticas, através da identificação de impactes em quatro tipologias de oferta turística (Funchal e património cultural; Natureza e paisagem terrestre; Natureza e paisagem marinha; e Porto Santo), nas infraestruturas associadas ao turismo e na procura de turismo na RAM (enquadrados na avaliação dos impactes potenciais e na quantificação da vulnerabilidade às alterações climáticas).

A Cidade do Funchal apresenta-se já muito vulnerável, principalmente devido à ocorrência de cheias e movimentos de vertente, sendo que, no curto prazo, este nível de vulnerabilidade se deverá manter. A longo prazo, a subida do nível do mar, conjugada com outros fatores, promoverá um aumento da vulnerabilidade para crítico.

O sistema que permite a fruição da atual paisagem da Região Autónoma da Madeira, com as características atuais, que atrai turistas, apresenta, genericamente, uma vulnerabilidade com tendência negativa. Esta vulnerabilidade está associada à degradação de alguns habitats (como a Laurissilva), ao abandono da agricultura como

atividade económica relevante, à destruição de espécies endémicas e a vários riscos de ação cumulativa - incêndios, pragas e expansão de plantas invasoras exóticas.

As estruturas rodoviárias potencialmente relevantes, do ponto de vista turístico, são atualmente vulneráveis, existindo uma tendência para agravamento, a curto prazo, e manutenção a longo. Este comportamento deve-se ao aumento do risco de incêndio e o consequente aumento de material sólido disponível para ser transportado, bem como à manutenção dos níveis de vulnerabilidade associados à suscetibilidade à ocorrência de movimentos de massa em vertentes, e de cheias para o curto prazo. As estruturas marítimas (Ex: portos e marinas), relevantes do ponto de vista turístico, apresentam uma vulnerabilidade neutra, não apresentando tendência para agravamento a curto prazo, sendo que a longo prazo a vulnerabilidade será muito negativa, fruto da subida no nível médio do mar.

Considerando as vulnerabilidades identificadas, *a Estratégia CLIMA-Madeira recomenda* a adoção proactiva de: Medidas de adaptação prioritárias para aluviões e fogos florestais; Medidas de adaptação para os perigos climáticos considerados: aumento da temperatura, chuvas torrenciais, fogos florestais, ondas de calor, secas, nível médio do mar e tempestades; e Ações de Comunicação e Capacitação. Algumas Medidas encontram-se em fase de implementação com apoios do PO SEUR (sistema de alertas a diversos fenómenos, canalizações de ribeiras de maior vulnerabilidade, controlo de perdas de água potável, campanhas de sensibilização, etc.).

(g) Economia Circular e Gestão de Resíduos

A Águas e Resíduos da Madeira (ARM) é responsável pela gestão de resíduos em alta para toda a RAM e pela gestão de resíduos em baixa na área geográfica que coincide com as áreas administrativas dos cinco Municípios aderentes aos sistemas concessionados (Câmara de Lobos, Machico, Porto Santo, Ribeira Brava e Santana), os quais representam 40% da área da Região, assegurando a cobertura de cerca de 29% da população da Região; os municípios mais populosos (Funchal e Santa Cruz) não estão abrangidos pela intervenção da ARM.

A recolha seletiva e indiferenciada dos resíduos urbanos em alta em todo o espaço da RAM, tem associada as funções de valorização e eliminação.

Em termos gerais, verifica-se uma tendência para a produção de resíduos acompanhar a evolução dos ciclos económicos, indiciando a existência (ainda) de uma economia linear e não circular. A quantidade de resíduos recicláveis representou apenas cerca de 8% da

quantidade total de resíduos recolhidos em 2018 e a categoria "Outros Resíduos" que inclui madeiras, verdes, monstros, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, pneus, metais e pilhas e acumuladores representou 4% da quantidade de resíduos recolhidos.

Com exceção do Porto Santo, verificou-se um aumento generalizado da recolha de outras fileiras de resíduos, com especial enfoque para a recolha a pedido de resíduos verdes, o que demonstra o envolvimento da população para a recolha a pedido, bem como para as operações de desmatação dos terrenos.

A recolha de óleos alimentares usados pela ARM foi iniciada em 2017 através do lançamento de uma rede de recolha destes resíduos, com a colocação de oleões ao dispor da população, em colaboração com as autarquias dos cinco municípios aderentes.

Os municípios apresentam uma capitação média de resíduos urbanos inferior à capitação média nacional e europeia, a rondar os 480 kg por habitante/ano, com exceção do município do Porto Santo, fruto da elevada população flutuante.

No que se refere à transferência e triagem de resíduos, verifica-se que a ARM encaminhou para reciclagem ou para outras formas de valorização um total de 13.715 toneladas de resíduos, em 2018, o que representa um acréscimo face ao ano de 2017.

Os materiais enviados para reciclagem ou outras formas de valorização pela ARM que assumem especial relevância são os resíduos de papel/cartão, embalagens de vidro e de plástico/metal, que representam cerca de 87% do total dos fluxos de recicláveis processados; e os pneus usados, com cerca de 7%.

Em termos de valorização e tratamento de resíduos, a ARM rececionou cerca de 120 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos (RSU), em 2018, para tratamento por incineração (acréscimo de cerca de 3,5% face à quantidade rececionada em 2017).

Em 2018 foram ainda rececionadas pela ARM cerca de 3.441 toneladas de resíduos indiferenciados que foram encaminhados diretamente para aterro sanitário (inertes não combustíveis e não biodegradáveis), bem como alguns subprodutos de origem animal que, devido à carga húmida ou à sua dimensão, não são passíveis de ser incinerados.

A valorização energética de resíduos silvícolas conjuntamente com os RSU (3.181 tons, em 2018) tem por objetivo contribuir para a melhoria do ordenamento da floresta da Região e aproveitar a capacidade disponível na instalação de incineração da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra, originada pela diminuição significativa da produção de resíduos urbanos verificada na RAM a partir de 2013. As principais vantagens residem nas vertente seguintes: (i) produção de eletricidade a partir de

recursos energéticos regionais e renováveis; (ii) diminuição da dependência externa dos combustíveis fósseis na produção de energia; (iii) criação de emprego nas atividades de gestão florestal; e (iv) contribuição para uma gestão ordenada da floresta.

Os efeitos consequentes do investimento realizado nas duas últimas décadas, com a implementação de soluções técnicas ambiental e financeiramente sustentáveis, permitiram o cumprimento dos objetivos e metas de gestão de resíduos nesse período.

Os principais indicadores de resíduos mostram uma evolução muito acentuada entre 2013 e 2017, com destaque para o peso dos resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem, para a recolha seletiva e para a recolha total.

Tabela 44: Indicadores de Resíduos

	2013	2017	Var. 2013-17 (%)
Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem (%)	9,6	15,6	62,5
Deposição de resíduos urbanos biodegradáveis (RUB) em aterro (%)	1,3	1,4	7,7
Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/hab.)	411	487	18,5
Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante (kg/hab.)	58	131	125,9
Resíduos urbanos recolhidos (t)	6.179(a)	13.530	119,0
Resíduos urbanos geridos (t)	109.925(a)	122.230	11,2

(a)Dados 2015.

Fonte: INE, Estatísticas dos Resíduos Urbanos.

No entanto, subsistem necessidades de investimento para fazer face às exigências do mercado e de futuro, nomeadamente, a persistência de uma economia linear, a obsolescência das soluções instaladas, a necessidade de modernização e atualização da rede de recolha, necessidades de adaptação e otimização de sistemas de tratamento instalados, da inovação, investigação e desenvolvimento de novos produtos a partir dos resíduos e informação e sensibilização das populações.

Em matéria de instrumentos de planeamento, em articulação com a DROTA, estão em elaboração adiantada os seguintes documentos estratégicos:

- ✓ **Documento Estratégico de Resíduos** que tem por finalidade alinhar a RAM com o recente quadro estratégico e legal europeu para a gestão de resíduos, tendo em consideração as especificidades inerentes à Região que irá avaliar como deverá contribuir para a concretização dos objetivos nacionais elencados pelas Diretivas Comunitárias. Assim, deverão ser: definidos eixos de atuação e medidas a implementar; elaborado um programa de prevenção de resíduos; avaliados os custos e os impactos económicos e sociais; e definido um Modelo de Governança.

As áreas de atuação para a concretização da visão estratégica de Resíduos assentam na prevenção, gestão de resíduos urbanos, gestão de fluxos específicos, gestão de resíduos não urbanos, legislação e financiamento.

- ✓ **Agenda Regional para a Economia Circular** - No seguimento da estratégia europeia e nacional, pretende-se desenvolver a Agenda Regional para a Economia Circular de forma a acelerar a transição para uma economia regional mais circular, assente numa melhor gestão dos recursos naturais e dos resíduos. A DROTA considera particularmente relevante a Ambição do Plano de Ação para a Economia Circular, constituída por vários elementos: Neutralidade carbónica e uma economia eficiente e produtiva no uso de recursos; Conhecimento como impulso; Prosperidade económica inclusiva e resiliente; Sociedade florescente, responsável, dinâmica e inclusiva.

Em vários setores de atividade desenvolvidos pela ARM registam-se vários constrangimentos na investigação, inovação e desenvolvimento, p.ex., nos serviços de análise laboratorial, que criam limitações ao nível do desenvolvimento experimental, da produção de conhecimento, da capacitação da instituição e dos seus recursos humanos. Importa adotar soluções inovatórias que representem ganhos operacionais e também soluções de sustentabilidade na gestão dos recursos (economia circular).

Por último, salienta-se que a inexistência de compensação de sobrecustos de exploração para estes setores de atividade, essenciais à qualidade de vida e bem-estar das populações e ao ambiente em geral, causa diversas limitações e dificuldades estruturais à prestação do serviço público num território insular ultraperiférico.

(h) Ciclo Urbano da Água

No âmbito dos serviços de abastecimento de água em alta geridos pela ARM, nomeadamente a captação, transporte, produção, tratamento, armazenagem, adução e distribuição, verifica-se desde 2013 um aumento progressivo do volume fornecido aos reservatórios municipais, atingindo o valor de 58,3 Mm^3 de água em 2018.

O progressivo aumento do abastecimento de água em alta na Região evidencia a necessidade de apostar na requalificação das redes de abastecimento na generalidade dos municípios, dado os elevados volumes *per capita* que se registam atualmente e que não são sustentáveis a longo prazo.

Do volume total de água fornecida em alta pela ARM, o Município do Funchal é beneficiário de 50% desses fornecimentos. Os municípios aderentes (Câmara de Lobos,

Machico, Porto Santo, Ribeira Brava e Santana) representam em conjunto cerca de 30% do total do fornecimento em alta. Em termos de qualidade, a água que a ARM entrega "em alta" aos municípios é de excelente qualidade.

O abastecimento de água em "baixa" desenvolvido pela ARM abrange a distribuição de água para consumo urbano na área geográfica dos municípios aderentes aos sistemas concessionados. Para além do fornecimento de água em baixa aos clientes finais, a ARM assegura o fornecimento em baixa a clientes industriais relativamente aos quais os respetivos municípios não reúnam condições para prestar o serviço. As redes de distribuição de água sob gestão da ARM integram 1.432km de condutas nos cinco Municípios aderentes.

No sector das águas residuais, a ARM desenvolve as suas atividades em alta e em baixa na área geográfica que coincide com as áreas administrativas dos municípios aderentes ao abastecimento de água.

O tratamento de águas residuais sob a gestão da ARM registou em 2018 um decréscimo dos caudais afluentes às ETAR's, com consequente redução dos volumes totais tratados, contrariando a tendência geral que se verificava desde 2013. Não obstante, entre 2013 e 2018 assistiu-se a um acréscimo de 20% no tratamento sob gestão de empresa.

No tocante à drenagem de águas residuais - gestão de águas residuais em "baixa" - a rede de drenagem (incluindo os ramais) sob responsabilidade da ARM encontra-se em serviço atingindo 378 km. A taxa de cobertura da população residente por rede de drenagem nos municípios aderentes ronda os 44%, onde o Porto Santo é o município com maior taxa de cobertura (93%) e Santana o município com menor taxa de cobertura (4%).

Em termos globais, os dados do INE (Tabela seguinte) mostram uma evolução positiva dos indicadores de drenagem *per capita* e volume de águas residuais drenadas, com crescimentos superiores a 20%, entre 2014 e 2017.

Tabela 45: Indicadores de Águas Residuais

	2014	2017	Var. 2013-17 (%)
Águas residuais drenadas por habitante (m^3/hab.)	50	61,1	22,2
Águas residuais drenadas (m^3)	12.932.000	15.554.000	20,3

Fonte: INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas (vertente física e de funcionamento).

No setor das Águas e de Saneamento de Águas Residuais, o esforço de investimento público efetuado nos últimos anos em infraestruturação material contribuiu para o

desenvolvimento económico regional, para a atenuação de assimetrias territoriais e, em geral, para a melhoria das condições de vida das populações.

No entanto, persistem constrangimentos e desafios no setor do abastecimento de água, nomeadamente ao nível da baixa eficiência dos sistemas de distribuição e de drenagem de águas residuais: perdas de água, subdimensionamento, a necessidade de reabilitação de ativos, reduzida resiliência e vulnerabilidade dos sistemas face às alterações climáticas e outros riscos, antiguidade e/ou desadequação operacional, desaproveitamento do potencial hídrico para a produção de energia renovável, elevado consumo energético, necessidades pontuais de melhoria da qualidade da água, utilização indevida, desvalorização económica e ambiental do recurso natural água e a falta de integração de planeamento urbanístico com os planos de expansão de redes de água.

No setor do Saneamento de Águas Residuais, os principais constrangimentos derivam de: desadequação e/ou ineficiência dos sistemas de tratamento de águas residuais; reduzida cobertura da rede de drenagem; falta de adaptação das infraestruturas às alterações climáticas; confluência de água pluvial às redes de drenagem de água residuais; e reduzida resiliência dos sistemas.

ANEXO - Participação na programação do desenvolvimento regional Madeira, 2030

No âmbito do processo de programação do desenvolvimento regional Madeira, 2030, o Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR) promoveu a recolha de contributos junto de entidades públicas e associativas, designadamente: (i) Organismos do Governo Regional das diversas áreas de atribuições e competências/domínios de intervenção das políticas públicas regionais; e (ii) Entidades representadas no Conselho Económico e de Concertação Social da Região Autónoma da Madeira.

A grelha de recolha de contributos assentou nos *itens* seguintes:

1. Principais traços de caracterização da situação atual da Região (aspetos gerais e setoriais);
2. Identificação das dinâmicas recentes de afirmação competitiva da Região;
3. Principais constrangimentos da Região (estruturais e específicos);
4. Identificação de oportunidades de desenvolvimento para a Região em 2030;
5. Visão e Desafios estratégicos para a Região no horizonte 2030 (na ótica do setor e de âmbito mais geral);
6. Identificação de ajustamentos específicos/mudanças das políticas públicas regionais que melhor respondam aos problemas existentes, às necessidades dos setores e ao aproveitamento eficaz de oportunidades.

Os conteúdos resultantes do preenchimento da Grelha (pontos 1, 2, 3 e 5) foram processados no Diagnóstico Prospetivo e Estratégia Regional e os pontos 4 e 6 (oportunidades e políticas) serão processados no aprofundamento futuro do Bloco A.2.3. *Intervenções de programação por Objetivo Político/Agenda Temática*.

Contributos elaborados no âmbito da participação aberta de suporte ao processo de programação do Desenvolvimento Regional Madeira 2030

	Entidade
Organismos do Governo Regional	• ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.; • Direção Regional da Economia e Transportes; • Direção Regional de Agricultura; • Direção Regional de Ordenamento do Território e Ambiente; • Direção Regional de Pescas; • Direção Regional de Planeamento, Recursos e Gestão de Obras Públicas; • Direção Regional de Planeamento, Recursos e Infraestruturas; • Direção Regional do Trabalho e da Ação Inspetiva; • Direção Regional do Turismo; • Direção Regional dos Assuntos Europeus e da Cooperação Externa; • Empresa de Eletricidade; • Horários do Funchal; • IDE - Instituto de Desenvolvimento Empresarial, IP-RAM; • IDR - Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM; • Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM; • Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM; • Instituto de Florestas e Conservação da Natureza; • Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM; • Laboratório Regional de Engenharia Civil; • Madeira Parques Empresariais; • Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E.; • Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM; • Startup Madeira.
Entidades representadas no Conselho Económico e de Concertação Social da Região Autónoma da Madeira	• AAM - Associação de Agricultores da Madeira; • ACIF-CCIM - Associação de Comércio e Indústria do Funchal; • ARDITI - Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação; • AREAM - Agência Regional de Energia e Ambiente; • ASPFAM - Associação de Surdos, Pais, Familiares e Amigos da Madeira; • Associação de Socorros Mútuos - "4 de Setembro de 1862"; • Ordem dos Arquitetos - Delegação da Madeira; • Ordem dos Engenheiros da RAM; • UGT - União Geral dos Trabalhadores; • UMa - Universidade da Madeira.